

3. CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS A VÁRIAS FREGUESIAS:

Submetem-se à consideração do Executivo com vista à aprovação da Assembleia Municipal os Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências:

a) À Freguesia de Padim da Graça, para a execução da obra denominada "Requalificação do Salão Polivalente", montante de 6.482,12 €;

b) À União de Freguesias de Morreira e Trandeiras, destinado a apoiar a execução da obra "Sub-larguras da E.M. 584" no montante de 84.782,56 €;

c) À Freguesia de Adaúfe, para a execução da obra denominada "Rua dos Maiais", montante de 35.819,80 €;

d) À Freguesia de Tadim, para a execução da obra denominada "Construção de muro na Rua do Monte Novo", montante de 21.963,73 €;

e) À União de Freguesias de Escudeiros, Penso (Santo Estevão e S. Vicente, destinado a apoiar a execução da obra "Salão Multiusos - Escudeiros" no montante de 525.648,22 €;

f) À Freguesia de Esporões, para a execução da obra denominada "Pavimentação do Caminho de Acesso à Santa Marta das Cortiças - Esporões", montante de 102.873,45 €;

g) À Freguesia de Espinho, para a execução da obra denominada "Alargamento e Pavimentação da Rua da Devesa a Cristo Rei", montante de 157.780,56 €;

h) À União de Freguesias de Cabreiros e Passos, destinado a apoiar a execução da obra "Alargamento e Pavimentação das Rua da Corga e Sacota - Cabreiros" no montante de 70.544,91 €;

i) À União de Freguesias de Morreira e Trandeiras, destinado a apoiar a execução da obra "Pavimentação da Rua de Santa Marta - Morreira" no montante de 8.013,60 €;

j) À União de Freguesias de Santa Lucrecia de Algeriz e Navarra, destinado a apoiar a execução da obra "Rua de Acesso à Capela de Santa Catarina - Santa Lucrecia de Algeriz" no montante de 76.316,00 €;

l) À União de Freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro, destinado a apoiar a execução da obra "Repavimentação da Rua Nova das Corujeiras - Vimieiro " no montante de 87.751,27 €;

m) À União de Freguesias de Escudeiros, Penso (Santo Estevão e S. Vicente, destinado a apoiar a execução da obra **“Alargamento e pavimentação da Rua das Alminhas – Penso Stº. Estevão”** no montante de **33.450,90 €;**

n) À União de Freguesias de Escudeiros, Penso (Santo Estevão e S. Vicente, destinado a apoiar a execução da obra **“Rua da Barrosa – Penso S. Vicente”** no montante de **134.511,87 €;**

o) À União de Freguesias de Crespos e Pousada, destinado a apoiar a execução da obra **“Requalificação da Rua das Cruzes – Crespos”** no montante de **36.118,69€;**

CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA FREGUESIA DE PADIM DA GRAÇA

PRIMEIRO UTORGANTE: RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO, casado, natural da freguesia de Braga S. João do Souto, concelho de Braga, com domicílio profissional nos Paços do Concelho, sito na Praça do Município desta cidade, intervindo em representação do **MUNICÍPIO DE BRAGA** na qualidade de Presidente da respetiva Câmara Municipal, pessoa coletiva de direito público nº 506 901 173, com sede na morada acima referida, adiante designado *por* **MUNICÍPIO**.

SEGUNDO OUTORGANTE: JOÃO LAMEGO MOREIRA, intervindo em representação da **FREGUESIA DE PADIM DA GRAÇA**, pessoa coletiva de direito público nº 506 575 900, com sede na Rua DA Escola Velha, nº 27 – 4700-667 PADIM DA GRAÇA, adiante designada *por* **FREGUESIA**.

Considerando que:

- 1 - A concretização da delegação de competências visa a promoção da coesão territorial, o reforço da solidariedade inter-regional, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis, conforme preceituado pelo art.º 118º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;
- 2 - O **MUNICÍPIO**, por força do disposto na alínea d) do n.º 2 do artigo 23.º do Anexo I da referida Lei nº 75/2013, dispõe de atribuições no domínio social, do equipamento rural e urbano, promoção do desenvolvimento, entre outras e a Câmara Municipal dispõe de competências próprias, designadamente, em matéria de criação, construção de equipamentos, serviços e redes de circulação, conforme estabelecido na alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º do mesmo diploma legal,
- 3 - Da conjugação do disposto no n.º 2 do artigo 117.º com o artigo 131.º, ambos do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, os municípios, através dos seus órgãos, podem delegar competências nos órgãos das freguesias para a prossecução das suas atribuições em todos os domínios dos interesses próprios das populações, em especial no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e do apoio direto às comunidades locais;
- 4 - De acordo com os estudos que têm sido promovidos pelo **MUNICÍPIO** esta competência fica melhor acautelada se delegada na freguesia, em virtude de se encontrar mais perto da população e, por isso, melhor conhecedora das necessidades desta;
- 5 - Que a concretização da delegação de competências, materializada no presente contrato, respeita os princípios estabelecidos no art.º 135º da referida Lei nº 75/2013, bem como os demais princípios que devem reger a negociação, a celebração, a execução e a cessação dos

contratos, concretamente a estabilidade, a prossecução do interesse público, a continuidade da prestação do serviço público e a necessidade e suficiência dos recursos, constantes do art.º 121.º do mesmo diploma legal;

6 - Por força do disposto na alínea l) do n.º 1 do artigo 33.º da referida Lei nº 75/2013, conjugado com a alínea i) do nº 1, do art.º 16º do mesmo diploma legal, a Câmara Municipal de Braga preparou, com a **Freguesia de Padim da Graça**, o presente contrato de delegação de competências;

Entre os representados de ambos os outorgantes, e nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 120.º conjugado com o artigo 131.º da referida Lei nº 75/2013, é celebrado o presente contrato interadministrativo de delegação de competências, que se rege pelas cláusulas seguintes, e cuja minuta foi aprovada pela Assembleia Municipal, em sessão de----- de -----de 2016, sob proposta da Câmara Municipal, aprovada em reunião de -----de -----de 2016 e pela Assembleia de Freguesia de Padim da Graça, em sessão de----- de -----de 2016, sob proposta da respetiva Junta de Freguesia aprovada em reunião de ----- de ----- de 2016.

Cláusula 1ª **Objeto**

O presente contrato tem por objeto a delegação de competências na **Freguesia de Padim da Graça**, para a execução da obra denominada “**REQUALIFICAÇÃO DO SALÃO POLIVALENTE DE PADIM DA GRAÇA**”, prevista no plano de atividades para o ano em curso e dotada no respetivo orçamento.

Cláusula 2ª **Condições**

A obra será executada de acordo com o projeto aprovado pela Câmara Municipal que consta do respetivo processo administrativo.

Cláusula 3ª **(Recursos financeiros)**

1 - Para a prossecução do objeto definido na cláusula 1ª e a sua execução nos termos previstos na cláusula 2ª, é concedida, pelo **MUNICÍPIO** à **FREGUESIA**, uma verba de 6.115,21 €, à qual acresce a importância de 366,91 €, correspondente ao IVA, perfazendo o total de **6.482,12 €** (*seis mil quatrocentos oitenta e dois euros e doze cêntimos*), por conta da delegação efetuada.

2 – A referida verba será processada mensalmente, em conformidade com o valor de obra executada nesse período, tendo em vista a sua transferência para a **FREGUESIA**.

3 - Sem prejuízo do disposto no ponto 1, o montante da verba a conceder poderá ser, desde que devidamente fundamentado e justificado, objeto de acertos financeiros.

Cláusula 4ª
Recursos humanos

Não são afetos recursos humanos à execução do presente contrato por não ter sido considerado necessário.

Cláusula 5ª
Recursos patrimoniais

Não são afetos recursos patrimoniais à execução do presente contrato por não ter sido considerado necessário.

Cláusula 6ª
Prazo

1 - O prazo de execução da obra é de 90 dias.

2 - A Junta de Freguesia deverá comunicar à Câmara Municipal, com antecedência de 8 dias, o início dos trabalhos, bem como da sua conclusão.

Cláusula 7.ª
Obrigações do MUNICÍPIO

No âmbito do presente contrato de delegação de competências, o **MUNICÍPIO** obriga-se a:

- a) Prestar acompanhamento técnico à **FREGUESIA**,
- b) Designar um representante para a verificação do modo de cumprimento do contrato e apoio técnico;
- d) Elaborar autos de medição de forma regular e mensal referente à execução da obra, objeto das competências delegadas, que serão remetidos à **FREGUESIA**.

Cláusula 8.ª
Obrigações da FREGUESIA

1 - No âmbito do presente contrato de delegação de competências, a **FREGUESIA** fica obrigada a:

- a) Cumprir rigorosamente as condições constantes do projeto, cabendo-lhe a responsabilidade pela sua execução em conformidade com as regras legalmente aplicáveis;
- b) Designar um representante para a verificação do modo de cumprimento do contrato e acompanhamento técnico, de acordo com a Lei nº 31/2009 de 3 de Julho.

- c) Informar O **MUNICÍPIO** do início da obra com antecedência mínima de oito dias, bem como das eventuais suspensões e reinício dos trabalhos.
- d) Cumprir todas as orientações e normas técnicas, legais e regulamentares relacionadas com a execução da obra, designadamente publicitando a execução da obra, sob a forma de aviso, segundo modelo indicado pela Câmara, a colocar no local de execução de forma bem visível da via pública, no prazo de cinco dias antes de iniciar as obras.

Cláusula 9.ª
Obrigações adicionais

Para uma articulação permanente entre o **MUNICÍPIO** e a **FREGUESIA**, no âmbito da execução deste contrato, podem os representantes indicados por ambas reunir-se mensalmente, ou sempre que necessário.

Cláusula 10.ª
Informação a disponibilizar pela FREGUESIA

1 - Serão elaborados pela **FREGUESIA** os seguintes relatórios:

- a) Relatório Trimestral de Acompanhamento, que deve ser acompanhado dos respetivos documentos de despesa referentes aos recursos financeiros disponibilizados pelo **MUNICÍPIO**;
- b) Relatório de Avaliação, que deve ser entregue no final da obra.
- c) Autos de receção provisória e definitiva da obra, com parecer favorável dos serviços técnicos do **MUNICÍPIO**.

2 - O **MUNICÍPIO** pode, ainda, solicitar outros relatórios adicionais que visem uma melhor compreensão da satisfação do interesse público

Cláusula 11.ª
Ocorrências e emergências

A **FREGUESIA** deve comunicar ao **MUNICÍPIO**, imediatamente, por contacto pessoal e por escrito, qualquer anomalia que afete ou possa afetar de forma significativa o cumprimento do objeto do presente contrato.

Cláusula 12.ª
Verificação do cumprimento do objeto do contrato

1 - O **MUNICÍPIO** pode verificar o cumprimento do objeto do contrato pela **FREGUESIA**, mediante a realização de vistorias e inspeções, bem como exigir-lhe informações e documentos que julgue necessários.

2 - As determinações do **MUNICIPIO** emitidas no âmbito da verificação do cumprimento desse contrato são imediatamente aplicáveis e vinculam a **FREGUESIA**, devendo esta proceder à correção das situações em conformidade com aquelas.

Cláusula 13.ª

Modificação do contrato

1 - O presente contrato pode ser modificado por acordo das partes outorgantes, sempre que se verifique uma alteração anormal e imprevisível das circunstâncias em que as partes outorgantes fundaram a decisão de contratar a delegação de competências objeto do presente contrato ou que assim o imponham razões de interesse público, desde que devidamente fundamentadas.

2 - A modificação do contrato obedece a forma escrita.

Cláusula 14.ª

Suspensão do contrato

1 - A execução das prestações que constituem o objeto do presente contrato pode ser, total ou parcialmente, suspensa com os seguintes fundamentos:

a) Impossibilidade temporária de cumprimento do contrato, designadamente em virtude de mora de um dos Outorgantes na disponibilização de meios ou bens necessários à sua execução;

b) Por razões de relevante interesse público, devidamente fundamentadas.

2 - Quando a suspensão seja fundamentada nos termos da alínea b) do número anterior, os outorgantes devem, com as devidas adaptações, demonstrar o preenchimento dos requisitos previstos nas alíneas a) a e) do n.º 3 do artigo 115.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Cláusula 15.ª

Resolução pelas Partes Outorgantes

1 - Sem prejuízo dos fundamentos gerais de resolução do contrato, as partes outorgantes podem resolver o presente contrato quando se verifique:

a) Incumprimento definitivo por facto imputável a um dos outorgantes;

b) Por razões de relevante interesse público devidamente fundamentado.

2 - Quando a resolução seja fundamentada nos termos da alínea b) do número anterior, a Primeira Outorgante deve demonstrar o preenchimento dos requisitos previstos nas alíneas a) a e) do n.º 3 do artigo 115.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Cláusula 16.ª

Revogação

- 1 - As Partes podem, por mútuo acordo, revogar o presente contrato de delegação de competências.
- 2 - A revogação obedece a forma escrita.

Cláusula 17.ª

Comunicações e notificações

- 1 - Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as Partes do contrato, estas deverão ser dirigidas, através de correio eletrónico, com aviso de receção e leitura para o respetivo endereço eletrónico identificado neste contrato.
- 2 - Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deverá ser comunicada à outra parte.

Cláusula 18.ª

Entrada em vigor

O presente contrato entra em vigor no dia da sua assinatura.

Cláusula 19.ª

Publicidade

Este contrato é publicitado no sítio da *internet* do Município de Braga.

Cláusula 20ª

Cabimento e compromisso

A despesa relativa a este contrato encontra-se cabimentada pelas propostas de cabimento nº --
-----, correspondendo-lhe as requisições externas de despesa com os compromissos
nº-----.

Cláusula 21ª

Disposições legais aplicáveis

- 1 - Na execução do presente contrato de delegação de competências, observar-se-ão: a) o respetivo clausulado b) a Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;
- 2 - Subsidiariamente, observar-se-ão, ainda: a) As disposições constantes do Código dos Contratos Públicos, em especial a sua Parte III; b) O Código do Procedimento Administrativo.

Arquiva-se no maço de documentos:

- a) As referidas deliberações da Assembleia Municipal, da Câmara Municipal, da Assembleia de Freguesia e da Junta de Freguesia;
- b) O mencionado Mapa contendo as verbas a transferir para a **FREGUESIA**;
- c) Os identificados documentos de cabimento e compromisso.

Pelo segundo outorgante foram exibidas:

- a) Uma certidão comprovativa em como a sua representada tem a situação regularizada relativamente a impostos devidos ao Estado, emitida em ----de ----- de 2016 pelo --º Serviço de Finanças de Braga;
- b) Uma declaração comprovativa em como a sua representada tem a situação contributiva regularizada para com a Segurança Social, emitida automaticamente pelo Serviço Segurança Social Direta em -----de ----- de 2016.

Para constar se lavrou o presente contrato em duplicado, ficando um exemplar para cada uma das partes.

Braga, 7 de Setembro de 2016

O Presidente da Câmara Municipal de Braga

O Presidente da Junta de Freguesia de Padim da Graça



BRAGA
Município

REQUISIÇÃO : 2016016/237 (DIVISÃO DE APOIO ÀS FREGUESIAS)
Data : 2016-09-09

10630

FREGUESIA DE PADIM DA GRAÇA
RUA DA ESCOLA VELHA, N.º 27
BRAGA
4700-667 PADIM DA GRAÇA
PORTUGAL

Contribuinte: 506575900

Cabimento: 2016016/237 a 2016-09-09

Braga, 2016-09-09

Código de Produto/Conta	Data de Entrega	Designação	U.C.	Quantidade	Preço	Desc	I.V.A.	Valor	(EUR)
691362	2016-09-09	OBRAS E MELHORAM.FREGUESIAS	----	1,000	6482,12000	0		6 482,12	
		P/DELEG.COMP							
		Data Órgão Económica		Dotação	Valor				
	2016-09-09	01 0805010202		37 402,24	6 482,12				

Incidência	Taxa	Valor de Iva	Sub-Total	Valor IVA	Valor total
6 482,12	0,00	0,00	6 482,12	0,00	6 482,12

Observações:
Contrato: 2016016/7

Condições de pagamento :
Local de entrega : REQUALIFICAÇÃO DO SALÃO POLIVALENTE DE P

Divisão de Contabilidade
Planeamento e Controlo de Gestão

NIF: 506 901 173

Praça Municipal, 4704 514 Braga

Telefone: 253 203 150 - Fax: 253 613 387

e-mail: municipe@cm-braga.pt

Contrato: 2016016/7

FREGUESIA DE PADIM DA GRAÇA
RUA DA ESCOLA VELHA, N° 27
BRAGA
4700-667 PADIM DA GRAÇA

NIF: 506575900

Ano	Código	Designação	Entrega	Quantidade	Unid	Preço unitário	T	IVA	Dsc
2016	C 691362	OBRAS E MELHORAM.FREGUESIAS P/DELEG.COMP	09/09/2016	1,000000	----	6 482,1200	0	NN	

A obra em apreço está contemplada no Plano 2016 do Município. Apesar da diferença substancial do valor da obra, relativamente à estimativa orçamental, devidamente justificada, julgo que deverá merecer a aprovação e a sua delegação na Junta de Freguesia de Padim da Graça, através de um contrato interadministrativo a submeter à apreciação do executivo e, consequentemente, a aprovação da Assembleia Municipal.

Antes, porém, deverá o presente processo ser remetido à DNPT para junção dos elementos técnicos em falta.

A Consideração superior.

01.09.2016

[Assinatura]

Replicação do Polígrafo
Padim da Graça.

Ora justificada e contemplada no Plano para o ano de 2016.

Justificada a diferença orçamental entre o primeiro orçamento / projeto e o seu final, teve o mesmo regresso à DNPT para se ficar completo e pronto para execução, antes de ser apresentado à Junta do Executivo Municipal para deliberação.

Uma Voz

01.09.2016

Proceder em conformidade com o despacho do Sr. Vice-Presidente.

02.09.2016

[Assinatura]

À Sr. Eng. Francisco Marques
para elaboração do Contrato Inter-
administrativo. 02.09.2016 *[Assinatura]*

**CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS
NA UNIÃO DE FREGUESIAS DE MORREIRA E TRANDEIRAS.**

PRIMEIRO UTORGANTE: **RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO**, casado, natural da freguesia de Braga S. João do Souto, concelho de Braga, com domicílio profissional nos Paços do Concelho, sito na Praça do Município desta cidade, intervindo em representação do **MUNICÍPIO DE BRAGA** na qualidade de Presidente da respetiva Câmara Municipal, pessoa coletiva de direito público nº 506 901 173, com sede na morada acima referida, adiante designado *por* **MUNICÍPIO**.

SEGUNDO OUTORGANTE: **MANUEL AZEVEDO MARTINS**, intervindo em representação da **FREGUESIA DE MORREIRA E TRANDEIRAS**, pessoa coletiva de direito público nº 510 838 146, com sede na Rua de S. Miguel, nº 26 – 4705-488 MORREIRA, adiante designada *por* **FREGUESIA**.

Considerando que:

- 1 - A concretização da delegação de competências visa a promoção da coesão territorial, o reforço da solidariedade inter-regional, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis, conforme preceituado pelo art.º 118º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;
- 2 - O **MUNICÍPIO**, por força do disposto na alínea d) do n.º 2 do artigo 23.º do Anexo I da referida Lei nº 75/2013, dispõe de atribuições no domínio social, do equipamento rural e urbano, promoção do desenvolvimento, entre outras e a Câmara Municipal dispõe de competências próprias, designadamente, em matéria de criação, construção de equipamentos, serviços e redes de circulação, conforme estabelecido na alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º do mesmo diploma legal,
- 3 - Da conjugação do disposto no n.º 2 do artigo 117.º com o artigo 131.º, ambos do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, os municípios, através dos seus órgãos, podem delegar competências nos órgãos das freguesias para a prossecução das suas atribuições em todos os domínios dos interesses próprios das populações, em especial no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e do apoio direto às comunidades locais;
- 4 - De acordo com os estudos que têm sido promovidos pelo **MUNICÍPIO** esta competência fica melhor acautelada se delegada na freguesia, em virtude de se encontrar mais perto da população e, por isso, melhor conhecedora das necessidades desta;
- 5 - Que a concretização da delegação de competências, materializada no presente contrato, respeita os princípios estabelecidos no art.º 135º da referida Lei nº 75/2013, bem como os

demaís princípios que devem reger a negociação, a celebração, a execução e a cessação dos contratos, concretamente a estabilidade, a prossecução do interesse público, a continuidade da prestação do serviço público e a necessidade e suficiência dos recursos, constantes do art.º 121.º do mesmo diploma legal;

6 - Por força do disposto na alínea l) do n.º 1 do artigo 33.º da referida Lei nº 75/2013, conjugado com a alínea i) do n.º 1, do art.º 16º do mesmo diploma legal, a Câmara Municipal de Braga preparou, com a **Freguesia de Morreira e Trandeiras**, o presente contrato de delegação de competências;

Entre os representados de ambos os outorgantes, e nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 120.º conjugado com o artigo 131.º da referida Lei nº 75/2013, é celebrado o presente contrato interadministrativo de delegação de competências, que se rege pelas cláusulas seguintes, e cuja minuta foi aprovada pela Assembleia Municipal, em sessão de----- de ----- de 2016, sob proposta da Câmara Municipal, aprovada em reunião de ----- de ----- de 2016 e pela Assembleia de Freguesia de Morreira e Trandeiras, em sessão de----- de ----- de 2016, sob proposta da respetiva Junta de Freguesia aprovada em reunião de ----- de ----- de 2016.

Cláusula 1ª

Objeto

O presente contrato tem por objeto a delegação de competências na **Freguesia de Morreira e Trandeiras**, para a execução da obra denominada “**SUB-LARGURAS DA EM 584 - Morreira**”, prevista no plano de atividades para o ano em curso e dotada no respetivo orçamento.

Cláusula 2ª

Condições

A obra será executada de acordo com o projeto aprovado pela Câmara Municipal que consta do respetivo processo administrativo.

Cláusula 3ª

(Recursos financeiros)

1 - Para a prossecução do objeto definido na cláusula 1ª e a sua execução nos termos previstos na cláusula 2ª, é concedida, pelo **MUNICÍPIO** à **FREGUESIA**, uma verba de 79.983,55 €, à qual acresce a importância de 4.799,01 €, correspondente ao IVA, perfazendo o total de **84.782,56 €** (*oitenta e quatro mil setecentos oitenta e dois euros e cinquenta e seis cêntimos*), por conta da delegação efetuada.

2 – A referida verba será processada mensalmente, em conformidade com o valor de obra executada nesse período, tendo em vista a sua transferência para a **FREGUESIA**.

3 - Sem prejuízo do disposto no ponto 1, o montante da verba a conceder poderá ser, desde que devidamente fundamentado e justificado, objeto de acertos financeiros.

4 - Repartição de encargos:

Ano de 2016 – 20.000,00 €

Ano de 2017 – 64.782,56 €

Cláusula 4ª
Recursos humanos

Não são afetos recursos humanos à execução do presente contrato por não ter sido considerado necessário.

Cláusula 5ª
Recursos patrimoniais

Não são afetos recursos patrimoniais à execução do presente contrato por não ter sido considerado necessário.

Cláusula 6ª
Prazo

1 - O prazo de execução da obra é de 90 dias.

2 - A Junta de Freguesia deverá comunicar à Câmara Municipal, com antecedência de 8 dias, o início dos trabalhos, bem como da sua conclusão.

Cláusula 7.ª
Obrigações do MUNICÍPIO

No âmbito do presente contrato de delegação de competências, o **MUNICÍPIO** obriga-se a:

- a) Prestar acompanhamento técnico à **FREGUESIA**,
- b) Designar um representante para a verificação do modo de cumprimento do contrato e apoio técnico;
- d) Elaborar autos de medição de forma regular e mensal referente à execução da obra, objeto das competências delegadas, que serão remetidos à **FREGUESIA**.

Cláusula 8.ª
Obrigações da FREGUESIA

1 - No âmbito do presente contrato de delegação de competências, a **FREGUESIA** fica obrigada a:

- a) Cumprir rigorosamente as condições constantes do projeto, cabendo-lhe a responsabilidade pela sua execução em conformidade com as regras legalmente aplicáveis;
- b) Designar um representante para a verificação do modo de cumprimento do contrato e acompanhamento técnico, de acordo com a Lei nº 31/2009 de 3 de Julho.
- c) Informar O **MUNICÍPIO** do início da obra com antecedência mínima de oito dias, bem como das eventuais suspensões e reinício dos trabalhos.
- d) Cumprir todas as orientações e normas técnicas, legais e regulamentares relacionadas com a execução da obra, designadamente publicitando a execução da obra, sob a forma de aviso, segundo modelo indicado pela Câmara, a colocar no local de execução de forma bem visível da via pública, no prazo de cinco dias antes de iniciar as obras.

Cláusula 9.ª **Obrigações adicionais**

Para uma articulação permanente entre o **MUNICÍPIO** e a **FREGUESIA**, no âmbito da execução deste contrato, podem os representantes indicados por ambas reunir-se mensalmente, ou sempre que necessário.

Cláusula 10.ª **Informação a disponibilizar pela FREGUESIA**

1 - Serão elaborados pela **FREGUESIA** os seguintes relatórios:

- a) Relatório Trimestral de Acompanhamento, que deve ser acompanhado dos respetivos documentos de despesa referentes aos recursos financeiros disponibilizados pelo **MUNICÍPIO**;
- b) Relatório de Avaliação, que deve ser entregue no final da obra.
- c) Autos de receção provisória e definitiva da obra, com parecer favorável dos serviços técnicos do **MUNICÍPIO**.

2 - O **MUNICÍPIO** pode, ainda, solicitar outros relatórios adicionais que visem uma melhor compreensão da satisfação do interesse público

Cláusula 11.ª **Ocorrências e emergências**

A **FREGUESIA** deve comunicar ao **MUNICÍPIO**, imediatamente, por contacto pessoal e por escrito, qualquer anomalia que afete ou possa afetar de forma significativa o cumprimento do objeto do presente contrato.

Cláusula 12.ª

Verificação do cumprimento do objeto do contrato

1 - O **MUNICÍPIO** pode verificar o cumprimento do objeto do contrato pela **FREGUESIA**, mediante a realização de vistorias e inspeções, bem como exigir-lhe informações e documentos que julgue necessários.

2 - As determinações do **MUNICÍPIO** emitidas no âmbito da verificação do cumprimento desse contrato são imediatamente aplicáveis e vinculam a **FREGUESIA**, devendo esta proceder à correção das situações em conformidade com aquelas.

Cláusula 13.ª

Modificação do contrato

1 - O presente contrato pode ser modificado por acordo das partes outorgantes, sempre que se verifique uma alteração anormal e imprevisível das circunstâncias em que as partes outorgantes fundaram a decisão de contratar a delegação de competências objeto do presente contrato ou que assim o imponham razões de interesse público, desde que devidamente fundamentadas.

2 - A modificação do contrato obedece a forma escrita.

Cláusula 14.ª

Suspensão do contrato

1 - A execução das prestações que constituem o objeto do presente contrato pode ser, total ou parcialmente, suspensa com os seguintes fundamentos:

a) Impossibilidade temporária de cumprimento do contrato, designadamente em virtude de mora de um dos Outorgantes na disponibilização de meios ou bens necessários à sua execução;

b) Por razões de relevante interesse público, devidamente fundamentadas.

2 - Quando a suspensão seja fundamentada nos termos da alínea b) do número anterior, os outorgantes devem, com as devidas adaptações, demonstrar o preenchimento dos requisitos previstos nas alíneas a) a e) do n.º 3 do artigo 115.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Cláusula 15.ª

Resolução pelas Partes Outorgantes

1 - Sem prejuízo dos fundamentos gerais de resolução do contrato, as partes outorgantes podem resolver o presente contrato quando se verifique:

a) Incumprimento definitivo por facto imputável a um dos outorgantes;

b) Por razões de relevante interesse público devidamente fundamentado.

2 - Quando a resolução seja fundamentada nos termos da alínea b) do número anterior, a Primeira Outorgante deve demonstrar o preenchimento dos requisitos previstos nas alíneas a) a e) do n.º 3 do artigo 115.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Cláusula 16.ª

Revogação

1 - As Partes podem, por mútuo acordo, revogar o presente contrato de delegação de competências.

2 - A revogação obedece a forma escrita.

Cláusula 17.ª

Comunicações e notificações

1 - Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as Partes do contrato, estas deverão ser dirigidas, através de correio eletrónico, com aviso de receção e leitura para o respetivo endereço eletrónico identificado neste contrato.

2 - Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deverá ser comunicada à outra parte.

Cláusula 18.ª

Entrada em vigor

O presente contrato entra em vigor no dia da sua assinatura.

Cláusula 19.ª

Publicidade

Este contrato é publicitado no sítio da *internet* do Município de Braga.

Cláusula 20.ª

Cabimento e compromisso

A despesa relativa a este contrato encontra-se cabimentada pelas propostas de cabimento nº --
-----, correspondendo-lhe as requisições externas de despesa com os compromissos
nº-----.

Cláusula 21.ª

Disposições legais aplicáveis

1 - Na execução do presente contrato de delegação de competências, observar-se-ão:

a) o respetivo clausulado b) a Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

2 - Subsidiariamente, observar-se-ão, ainda:

- a) As disposições constantes do Código dos Contratos Públicos, em especial a sua Parte III;
- b) O Código do Procedimento Administrativo.

Arquiva-se no maço de documentos:

- a) As referidas deliberações da Assembleia Municipal, da Câmara Municipal, da Assembleia de Freguesia e da Junta de Freguesia;
- b) O mencionado Mapa contendo as verbas a transferir para a **FREGUESIA**;
- c) Os identificados documentos de cabimento e compromisso.

Pelo segundo outorgante foram exibidas:

- a) Uma certidão comprovativa em como a sua representada tem a situação regularizada relativamente a impostos devidos ao Estado, emitida em ----de ----- de 2016 pelo --º Serviço de Finanças de Braga;
- b) Uma declaração comprovativa em como a sua representada tem a situação contributiva regularizada para com a Segurança Social, emitida automaticamente pelo Serviço Segurança Social Direta em -----de ----- de 2016.

Para constar se lavrou o presente contrato em duplicado, ficando um exemplar para cada uma das partes.

Braga, 8 de Setembro de 2016

O Presidente da Câmara Municipal de Braga

**O Presidente da Junta da União de Freguesias de
Morreira e Trandeiras**



BRAGA
Município

DAF - DIVISÃO DE APOIO ÀS FREGUESIAS

Ofício n.º PED/11264/2016

Assunto: Sub-larguras E.M.584 Morreira

Freguesia: UF de Morreira e Trandeiras

Informação do Coordenador da DAF	Informação do Adjunto do Sr. Vereador
<p>Ao Sr. Eng. Francisco Marques para elaboração do contrato inter-administrativo relativo.</p> <p>08.09.2016</p> <p><i>[Signature]</i></p> <p>De remeter a DE para cabimento e submeter à reunião do executivo.</p> <p>08.09.2016</p> <p><i>[Signature]</i></p>	<p>A obra em apuro representa um anseio antigo da junta da extinta freguesia da Morreira. Em visita ao local com o Sr. Vice-Presidente e o actual presidente da junta, constatou-se a necessidade da sua execução. Assim sendo, julgo de merecer a aprovação e a sua delegação na junta da União de Freguesias de Morreira e Trandeiras, através de um contrato interadministrativo a submeter à apreciação do executivo e, consequentemente à Assembleia Municipal.</p> <p>A consideração superior: 08.09.2016</p> <p>Despacho do Sr. Vereador</p> <p><i>[Signature]</i></p> <p>Expectativa de obra desde 2003 necessitando a execução por melhoria de localidade e de () a demanda. Deve receber a validação do Sr. Presidente da Câmara para ser submetida à apreciação do Executivo Municipal por primeira delegação na UF de Morreira e Trandeiras através de contrato inter-administrativo.</p> <p>Despacho do Sr. Presidente da Câmara a 7/9/2016</p> <p>A NS do Excmo.</p> <p>16.09.2016</p> <p><i>[Signature]</i></p>

REQUISIÇÃO : 2016016/236 (DIVISÃO DE APOIO ÀS FREGUESIAS)
Data : 2016-09-09

2276

MORREIRA E TRANDEIRAS
RUA DE S. MIGUEL, N° 26
MORREIRA
4700-488 BRAGA
PORTUGAL

Contribuinte: 510838146

Braga, 2016-09-09

Cabimento: 2016016/236 a 2016-09-09

Código de	Data de	Designação	U.C.	Quantidade	Preço	Desc%	I.V.A.	Valor
Produto/Conta	Entrega							
691362	2016-09-09	OBRAS E MELHORAM.FREGUESIAS						
		P/DELEG.COMP	----	1,000	20000,00000	0		20 000,00
		Data Órgão Económica			Valor			
	2016-09-09 01	0805010202		57 402,24		20 000,00		
	Ano	Exercícios futuros			Valor			
	2016 041	EXERCICIO (N+1)			64 782,56			

Incidência	Taxa	Valor de Iva	Sub-Total	Valor IVA	Valor total
20 000,00	0,00	0,00	20 000,00	0,00	20 000,00

Observações:

Contrato: 2016016/4

Condições de pagamento :

Local de entrega : DAF

Divisão de Contabilidade
Planeamento e Controlo de Gestão

NIF: 506 901 173

Praça Municipal, 4704-514 Braga

Telefone: 253 203 150 - Fax: 253 613 387

e-mail: municipe@cm-braga.pt

Contrato: 2016016/4

MORREIRA E TRANDEIRAS
RUA DE S. MIGUEL, N° 26
MORREIRA
4700-488 BRAGA

NIF: 510838146

Ano	Código	Designação	Entrega	Quantidade	Unid	Preço unitário	T IVA	Dsc
2016	C 691362	OBRAS E MELHORAM.FREGUESIAS P/DELEG.COMP	09/09/2016	1,000000	----	20 000,0000	0 NN	
	2016016/236	09/09/2016	Orgão Económica	Data	Valor			
		01 0805010202	09/09/2016	20 000,00				
2017	C 691362	OBRAS E MELHORAM.FREGUESIAS P/DELEG.COMP	09/09/2017	1,000000	----	64 782,5600	0 NN	

**CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE
COMPETÊNCIAS NA FREGUESIA DE ADAÚFE**

PRIMEIRO UTOORGANTE: RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO, casado, natural da freguesia de Braga S. João do Souto, concelho de Braga, com domicílio profissional nos Paços do Concelho, sito na Praça do Município desta cidade, intervindo em representação do **MUNICÍPIO DE BRAGA** na qualidade de Presidente da respetiva Câmara Municipal, pessoa coletiva de direito público nº 506 901 173, com sede na morada acima referida, adiante designado *por* **MUNICÍPIO**.

SEGUNDO OUTORGANTE: AGOSTINHO FERNANDO MONTEIRO FERNANDES, intervindo em representação da **FREGUESIA DE ADAÚFE**, pessoa coletiva de direito público nº 507 144 775, com sede na Avenida Imaculada Conceição, nº 135 – 4710-820 ADAÚFE, adiante designada por **FREGUESIA**.

Considerando que:

- 1 - A concretização da delegação de competências visa a promoção da coesão territorial, o reforço da solidariedade inter-regional, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis, conforme preceituado pelo art.º 118º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;
- 2 - O **MUNICÍPIO**, por força do disposto na alínea d) do n.º 2 do artigo 23.º do Anexo I da referida Lei nº 75/2013, dispõe de atribuições no domínio social, do equipamento rural e urbano, promoção do desenvolvimento, entre outras e a Câmara Municipal dispõe de competências próprias, designadamente, em matéria de criação, construção de equipamentos, serviços e redes de circulação, conforme estabelecido na alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º do mesmo diploma legal,
- 3 - Da conjugação do disposto no n.º 2 do artigo 117.º com o artigo 131.º, ambos do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, os municípios, através dos seus órgãos, podem delegar competências nos órgãos das freguesias para a prossecução das suas atribuições em todos os domínios dos interesses próprios das populações, em especial no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e do apoio direto às comunidades locais;
- 4 - De acordo com os estudos que têm sido promovidos pelo **MUNICÍPIO** esta competência fica melhor acautelada se delegada na freguesia, em virtude de se encontrar mais perto da população e, por isso, melhor conhecedora das necessidades desta;
- 5 - Que a concretização da delegação de competências, materializada no presente contrato, respeita os princípios estabelecidos no art.º 135º da referida Lei nº 75/2013, bem como os demais princípios que devem reger a negociação, a celebração, a execução e a cessação dos

contratos, concretamente a estabilidade, a prossecução do interesse público, a continuidade da prestação do serviço público e a necessidade e suficiência dos recursos, constantes do art.º 121.º do mesmo diploma legal;

6 - Por força do disposto na alínea l) do n.º 1 do artigo 33.º da referida Lei nº 75/2013, conjugado com a alínea i) do nº 1, do art.º 16º do mesmo diploma legal, a Câmara Municipal de Braga preparou, com a **FREGUESIA DE ADAÚFE**, o presente contrato de delegação de competências;

Entre os representados de ambos os outorgantes, e nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 120.º conjugado com o artigo 131.º da referida Lei nº 75/2013, é celebrado o presente contrato interadministrativo de delegação de competências, que se rege pelas cláusulas seguintes, e cuja minuta foi aprovada pela Assembleia Municipal, em sessão de----- de -----de 2016, sob proposta da Câmara Municipal, aprovada em reunião de ---de ----- de 2016 e pela Assembleia de Freguesia de Adaúfe, em sessão de----- de ----de ----- de 2016, sob proposta da respetiva Junta de Freguesia aprovada em reunião de ----- de ----- de 2016.

Cláusula 1ª

Objeto

O presente contrato tem por objeto a delegação de competências na **FREGUESIA DE ADAÚFE** para a execução da obra denominada “**RUA DOS MAIAS**”, prevista no plano de atividades para o ano em curso e dotada no respetivo orçamento.

Cláusula 2ª

Condições

A obra será executada de acordo com o projeto aprovado pela Câmara Municipal que consta do respetivo processo administrativo.

Cláusula 3ª

(Recursos financeiros)

1 - Para a prossecução do objeto definido na cláusula 1ª e a sua execução nos termos previstos na cláusula 2ª, é concedida, pelo **MUNICÍPIO** à **FREGUESIA**, uma verba de 33.843,21 €, à qual acresce a importância de 1.976,59 €, correspondente ao IVA, perfazendo o total de **35.819,80 €** (*trinta e cinco mil oitocentos e dezanove euros e oitenta cêntimos*), por conta da delegação efetuada.

2 – A referida verba será processada mensalmente, em conformidade com o valor de obra executada nesse período, tendo em vista a sua transferência para a **FREGUESIA**.

3 - Sem prejuízo do disposto no ponto 1, o montante da verba a conceder poderá ser, desde que devidamente fundamentado e justificado, objeto de acertos financeiros.

4 – Repartição de encargos:

Ano de 2016 – 17.909,90 €

Ano de 2017 – 17.909,90 €

Cláusula 4ª
Recursos humanos

Não são afetos recursos humanos à execução do presente contrato por não ter sido considerado necessário.

Cláusula 5ª
Recursos patrimoniais

Não são afetos recursos patrimoniais à execução do presente contrato por não ter sido considerado necessário.

Cláusula 6ª
Prazo

1 - O prazo de execução da obra é de 90 dias.

2 - A Junta de Freguesia deverá comunicar à Câmara Municipal, com antecedência de 8 dias, o início dos trabalhos, bem como da sua conclusão.

Cláusula 7.ª
Obrigações do MUNICÍPIO

No âmbito do presente contrato de delegação de competências, o **MUNICÍPIO** obriga-se a:

- a) Prestar acompanhamento técnico à **FREGUESIA**,
- b) Designar um representante para a verificação do modo de cumprimento do contrato e apoio técnico;
- d) Elaborar autos de medição de forma regular e mensal referente à execução da obra, objeto das competências delegadas, que serão remetidos à **FREGUESIA**.

Cláusula 8.ª
Obrigações da FREGUESIA

1 - No âmbito do presente contrato de delegação de competências, a **FREGUESIA** fica obrigada a:

- a) Cumprir rigorosamente as condições constantes do projeto, cabendo-lhe a responsabilidade pela sua execução em conformidade com as regras legalmente aplicáveis;

- b) Designar um representante para a verificação do modo de cumprimento do contrato e acompanhamento técnico, de acordo com a Lei nº 31/2009 de 3 de Julho.
- c) Informar O **MUNICÍPIO** do início da obra com antecedência mínima de oito dias, bem como das eventuais suspensões e reinício dos trabalhos.
- d) Cumprir todas as orientações e normas técnicas, legais e regulamentares relacionadas com a execução da obra, designadamente publicitando a execução da obra, sob a forma de aviso, segundo modelo indicado pela Câmara, a colocar no local de execução de forma bem visível da via pública, no prazo de cinco dias antes de iniciar as obras.

Cláusula 9.ª
Obrigações adicionais

Para uma articulação permanente entre o **MUNICÍPIO** e a **FREGUESIA**, no âmbito da execução deste contrato, podem os representantes indicados por ambas reunir-se mensalmente, ou sempre que necessário.

Cláusula 10.ª
Informação a disponibilizar pela FREGUESIA

1 - Serão elaborados pela **FREGUESIA** os seguintes relatórios:

- a) Relatório Trimestral de Acompanhamento, que deve ser acompanhado dos respetivos documentos de despesa referentes aos recursos financeiros disponibilizados pelo **MUNICÍPIO**;
- b) Relatório de Avaliação, que deve ser entregue no final da obra.
- c) Autos de receção provisória e definitiva da obra, com parecer favorável dos serviços técnicos do **MUNICÍPIO**.

2 - O **MUNICÍPIO** pode, ainda, solicitar outros relatórios adicionais que visem uma melhor compreensão da satisfação do interesse público

Cláusula 11.ª
Ocorrências e emergências

A **FREGUESIA** deve comunicar ao **MUNICÍPIO**, imediatamente, por contacto pessoal e por escrito, qualquer anomalia que afete ou possa afetar de forma significativa o cumprimento do objeto do presente contrato.

Cláusula 12.ª
Verificação do cumprimento do objeto do contrato

1 - O **MUNICÍPIO** pode verificar o cumprimento do objeto do contrato pela **FREGUESIA**, mediante a realização de vistorias e inspeções, bem como exigir-lhe informações e documentos que julgue necessários.

2 - As determinações do **MUNICIPIO** emitidas no âmbito da verificação do cumprimento desse contrato são imediatamente aplicáveis e vinculam a **FREGUESIA**, devendo esta proceder à correção das situações em conformidade com aquelas.

Cláusula 13.ª
Modificação do contrato

1 - O presente contrato pode ser modificado por acordo das partes outorgantes, sempre que se verifique uma alteração anormal e imprevisível das circunstâncias em que as partes outorgantes fundaram a decisão de contratar a delegação de competências objeto do presente contrato ou que assim o imponham razões de interesse público, desde que devidamente fundamentadas.

2 - A modificação do contrato obedece a forma escrita.

Cláusula 14.ª
Suspensão do contrato

1 - A execução das prestações que constituem o objeto do presente contrato pode ser, total ou parcialmente, suspensa com os seguintes fundamentos:

a) Impossibilidade temporária de cumprimento do contrato, designadamente em virtude de mora de um dos Outorgantes na disponibilização de meios ou bens necessários à sua execução;

b) Por razões de relevante interesse público, devidamente fundamentadas.

2 - Quando a suspensão seja fundamentada nos termos da alínea b) do número anterior, os outorgantes devem, com as devidas adaptações, demonstrar o preenchimento dos requisitos previstos nas alíneas a) a e) do n.º 3 do artigo 115.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Cláusula 15.ª
Resolução pelas Partes Outorgantes

1 - Sem prejuízo dos fundamentos gerais de resolução do contrato, as partes outorgantes podem resolver o presente contrato quando se verifique:

a) Incumprimento definitivo por facto imputável a um dos outorgantes;

b) Por razões de relevante interesse público devidamente fundamentado.

2 - Quando a resolução seja fundamentada nos termos da alínea b) do número anterior, a Primeira Outorgante deve demonstrar o preenchimento dos requisitos previstos nas alíneas a) a e) do n.º 3 do artigo 115.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Cláusula 16.ª

Revogação

- 1 - As Partes podem, por mútuo acordo, revogar o presente contrato de delegação de competências.
- 2 - A revogação obedece a forma escrita.

Cláusula 17.ª

Comunicações e notificações

- 1 - Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as Partes do contrato, estas deverão ser dirigidas, através de correio eletrónico, com aviso de receção e leitura para o respetivo endereço eletrónico identificado neste contrato.
- 2 - Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deverá ser comunicada à outra parte.

Cláusula 18.ª

Entrada em vigor

O presente contrato entra em vigor no dia da sua assinatura.

Cláusula 19.ª

Publicidade

Este contrato é publicitado no sítio da *internet* do Município de Braga.

Cláusula 20ª

Cabimento e compromisso

A despesa relativa a este contrato encontra-se cabimentada pelas propostas de cabimento nº -----, correspondendo-lhe as requisições externas de despesa com os compromissos nº-----.

Cláusula 21ª

Disposições legais aplicáveis

- 1 - Na execução do presente contrato de delegação de competências, observar-se-ão: **a)** o respetivo clausulado **b)** a Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;
 - 2 - Subsidiariamente, observar-se-ão, ainda: **a)** As disposições constantes do Código dos Contratos Públicos, em especial a sua Parte III; **b)** O Código do Procedimento Administrativo.
- Arquiva-se no maço de documentos:** **a)** As referidas deliberações da Assembleia Municipal, da Câmara Municipal, da Assembleia de Freguesia e da Junta de Freguesia;

b) O mencionado Mapa contendo as verbas a transferir para a **FREGUESIA**; c) Os identificados documentos de cabimento e compromisso.

Pelo segundo outorgante foram exibidas:

a) Uma certidão comprovativa em como a sua representada tem a situação regularizada relativamente a impostos devidos ao Estado, emitida em ----de ----- de 2016 pelo --º Serviço de Finanças de Braga;

b) Uma declaração comprovativa em como a sua representada tem a situação contributiva regularizada para com a Segurança Social, emitida automaticamente pelo Serviço Segurança Social Direta em -----de ----- de 2016.

Para constar se lavrou o presente contrato em duplicado, ficando um exemplar para cada uma das partes.

Braga, 6 de Setembro de 2016

O Presidente da Câmara Municipal de Braga

O Presidente da Junta de Freguesia de Adaúfe

Ofício n.º E/5304/BU/2016

Assunto: Rua dos Maias

Freguesia: Junta de Freguesia de Adaúfe

Informação do Coordenador da DAF	Informação do Adjunto do Sr. Vereador
<p>A Junta de Freguesia de Adaúfe apresenta o processo tendo em vista a requalificação da Rua das Maias, em Adaúfe. Esta obra pretende colmatar os problemas de águas pluviais existentes no local e substituir o pavimento da rua.</p> <p>O projeto apresentado está elaborado de acordo com as normas técnicas em vigor pelo que tem condições de ser aprovado.</p> <p>O valor da obra foi calculado em 35.819,80€, com IVA incluído, considerando-se correntes os preços unitários dos diferentes trabalhos.</p> <p>Posteriormente, caso haja concordância superior, será preparado um Contrato Interadministrativo, à Junta de Freguesia de Adaúfe para aprovação em reunião de Câmara e de Assembleia Municipal de acordo com a Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro.</p> <p>À consideração superior,</p> <p>Braga, 31 de Agosto de 2016</p> <p><i>Harques</i></p> <p>Ào Sr. Eng. Francisco Marques para elaboração do Contrato Interadministrativo.</p> <p>05.09.2016</p> <p><i>Harques</i></p> <p>De remeter à DC para cabimentar e submeter à reunião do executivo.</p> <p>06.09.2016</p> <p><i>Harques</i></p>	<p>A obra em apreço está contemplada no Plano 2016 do município, pelo que deverá merecer a aprovação e a sua delegação na Junta de Freguesia de Adaúfe, através de um contrato interadministrativo a submeter à apreciação do executivo e, consequentemente, à aprovação da Assembleia Municipal.</p> <p>- À consideração superior.</p> <p>02.09.2016</p> <p><i>Harques</i></p> <p>Despacho do Sr. Vereador</p> <p>De acud.</p> <p>Outro projeto - Plano 2016, que se submeterá para aprovação, ao Executivo Municipal.</p> <p><i>Harques</i></p> <p>02 Set 2016</p> <p>Despacho do Sr. Presidente da Câmara</p>



BRAGA
Município

REQUISIÇÃO : 2016016/235 (DIVISÃO DE APOIO ÀS FREGUESIAS)
Data : 2016-09-09

10601

FREGUESIA DE ADAUFE
AVENIDA IMACULADA CONCEIÇÃO N°135
BRAGA
4710-820 ADAUFE
PORTUGAL

Contribuinte: 507144775

Braga, 2016-09-09

Cabimento: 2016016/235 a 2016-09-09

Código de Produto/Conta	Data de Entrega	Designação	U.C.	Quantidade	Preço	Desc%	I.V.A.	Valor
691362	2016-09-09	OBRAS E MELHORAM.FREGUESIAS						
		P/DELEG.COMP	----	1,000	17909,90000	0		17 909,90
		Data Órgão Económica	Dotação		Valor			
	2016-09-09 01	0805010202		75 312,14		17 909,90		
	Ano	Exercícios futuros		Valor				
	2016 041	EXERCICIO (N+1)				17 909,90		

Incidência	Taxa	Valor de Iva	Sub-Total	Valor IVA	Valor total
17 909,90	0,00	0,00	17 909,90	0,00	17 909,90

Observações:
Contrato: 2016016/5

Condições de pagamento :
Local de entrega : DAF

Divisão de Contabilidade
Planeamento e Controlo de Gestão

NIF: 506 901 173

Praça Municipal, 4704-514 Braga

Telefone: 253 203 150 - Fax: 253 613 387

e-mail: munic@cm-braga.pt

Contrato: 2016016/5

FREGUESIA DE ADAUFE
AVENIDA IMACULADA CONCEIÇÃO N°135
BRAGA
4710-820 ADAÚFE

NIF: 507144775

<u>Ano</u>	<u>Código</u>	<u>Designação</u>	<u>Entrega</u>	<u>Quantidade</u>	<u>Unid</u>	<u>Preço unitário</u>	<u>T</u>	<u>IVA</u>	<u>Dsc</u>
2016	C 691362	OBRAS E MELHORAM.FREGUESIAS P/DELEG.COMP	09/09/2016	1,000000	----	17 909,9000	0	NN	
2017	C 691362	OBRAS E MELHORAM.FREGUESIAS P/DELEG.COMP	09/09/2017	1,000000	----	17 909,9000	0	NN	

CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA FREGUESIA DE TADIM.

PRIMEIRO UTORGANTE: RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO, casado, natural da freguesia de Braga S. João do Souto, concelho de Braga, com domicílio profissional nos Paços do Concelho, sito na Praça do Município desta cidade, intervindo em representação do **MUNICÍPIO DE BRAGA** na qualidade de Presidente da respetiva Câmara Municipal, pessoa coletiva de direito público nº 506 901 173, com sede na morada acima referida, adiante designado *por* **MUNICÍPIO**.

SEGUNDO OUTORGANTE: MANUEL PEREIRA FARIA, intervindo em representação da **FREGUESIA DE TADIM**, pessoa coletiva de direito público nº 507 007 239, com sede no Largo de S. Bartolomeu, nº 2 – 4705-671 TADIM, adiante designada por **FREGUESIA**.

Considerando que:

- 1 - A concretização da delegação de competências visa a promoção da coesão territorial, o reforço da solidariedade inter-regional, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis, conforme preceituado pelo art.º 118º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;
- 2 - O **MUNICÍPIO**, por força do disposto na alínea d) do n.º 2 do artigo 23.º do Anexo I da referida Lei nº 75/2013, dispõe de atribuições no domínio social, do equipamento rural e urbano, promoção do desenvolvimento, entre outras e a Câmara Municipal dispõe de competências próprias, designadamente, em matéria de criação, construção de equipamentos, serviços e redes de circulação, conforme estabelecido na alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º do mesmo diploma legal,
- 3 - Da conjugação do disposto no n.º 2 do artigo 117.º com o artigo 131.º, ambos do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, os municípios, através dos seus órgãos, podem delegar competências nos órgãos das freguesias para a prossecução das suas atribuições em todos os domínios dos interesses próprios das populações, em especial no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e do apoio direto às comunidades locais;
- 4 - De acordo com os estudos que têm sido promovidos pelo **MUNICÍPIO** esta competência fica melhor acautelada se delegada na freguesia, em virtude de se encontrar mais perto da população e, por isso, melhor conhecedora das necessidades desta;
- 5 - Que a concretização da delegação de competências, materializada no presente contrato, respeita os princípios estabelecidos no art.º 135º da referida Lei nº 75/2013, bem como os demais princípios que devem reger a negociação, a celebração, a execução e a cessação dos

contratos, concretamente a estabilidade, a prossecução do interesse público, a continuidade da prestação do serviço público e a necessidade e suficiência dos recursos, constantes do art.º 121.º do mesmo diploma legal;

6 - Por força do disposto na alínea l) do n.º 1 do artigo 33.º da referida Lei nº 75/2013, conjugado com a alínea i) do n.º 1, do art.º 16º do mesmo diploma legal, a Câmara Municipal de Braga preparou, com a **Freguesia de Tadim**, o presente contrato de delegação de competências;

Entre os representados de ambos os outorgantes, e nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 120.º conjugado com o artigo 131.º da referida Lei nº 75/2013, é celebrado o presente contrato interadministrativo de delegação de competências, que se rege pelas cláusulas seguintes, e cuja minuta foi aprovada pela Assembleia Municipal, em sessão de----- de -----de 2016, sob proposta da Câmara Municipal, aprovada em reunião de -----de -----de 2016 e pela Assembleia de Freguesia de Tadim, em sessão de----- de ----- de 2016, sob proposta da respetiva Junta de Freguesia aprovada em reunião de ----- de ----- de 2016.

Cláusula 1ª **Objeto**

O presente contrato tem por objeto a delegação de competências na **Freguesia de Tadim**, para a execução da obra denominada “**CONSTRUÇÃO DE MURO NA RUA DE MONTE NOVO**”, prevista no plano de atividades para o ano em curso e dotada no respetivo orçamento.

Cláusula 2ª **Condições**

A obra será executada de acordo com o projeto aprovado pela Câmara Municipal que consta do respetivo processo administrativo.

Cláusula 3ª **(Recursos financeiros)**

1 - Para a prossecução do objeto definido na cláusula 1ª e a sua execução nos termos previstos na cláusula 2ª, é concedida, pelo **MUNICÍPIO** à **FREGUESIA**, uma verba de 20.720,50 €, à qual acresce a importância de 1.243,23 €, correspondente ao IVA, perfazendo o total de **21.963,73 €** (*vinte e um mil novecentos sessenta e três euros e setenta e três cêntimos*), por conta da delegação efetuada.

2 – A referida verba será processada mensalmente, em conformidade com o valor de obra executada nesse período, tendo em vista a sua transferência para a **FREGUESIA**.

3 - Sem prejuízo do disposto no ponto 1, o montante da verba a conceder poderá ser, desde que devidamente fundamentado e justificado, objeto de acertos financeiros.

Cláusula 4ª
Recursos humanos

Não são afetos recursos humanos à execução do presente contrato por não ter sido considerado necessário.

Cláusula 5ª
Recursos patrimoniais

Não são afetos recursos patrimoniais à execução do presente contrato por não ter sido considerado necessário.

Cláusula 6ª
Prazo

- 1 - O prazo de execução da obra é de 60 dias.
- 2 - A Junta de Freguesia deverá comunicar à Câmara Municipal, com antecedência de 8 dias, o início dos trabalhos, bem como da sua conclusão.

Cláusula 7ª
Obrigações do MUNICÍPIO

No âmbito do presente contrato de delegação de competências, o **MUNICÍPIO** obriga-se a:

- a) Prestar acompanhamento técnico à **FREGUESIA**,
- b) Designar um representante para a verificação do modo de cumprimento do contrato e apoio técnico;
- d) Elaborar autos de medição de forma regular e mensal referente à execução da obra, objeto das competências delegadas, que serão remetidos à **FREGUESIA**.

Cláusula 8ª
Obrigações da FREGUESIA

1 - No âmbito do presente contrato de delegação de competências, a **FREGUESIA** fica obrigada a:

- a) Cumprir rigorosamente as condições constantes do projeto, cabendo-lhe a responsabilidade pela sua execução em conformidade com as regras legalmente aplicáveis;
- b) Designar um representante para a verificação do modo de cumprimento do contrato e acompanhamento técnico, de acordo com a Lei nº 31/2009 de 3 de Julho.

- c) Informar O **MUNICÍPIO** do início da obra com antecedência mínima de oito dias, bem como das eventuais suspensões e reinício dos trabalhos.
- d) Cumprir todas as orientações e normas técnicas, legais e regulamentares relacionadas com a execução da obra, designadamente publicitando a execução da obra, sob a forma de aviso, segundo modelo indicado pela Câmara, a colocar no local de execução de forma bem visível da via pública, no prazo de cinco dias antes de iniciar as obras.

Cláusula 9.ª
Obrigações adicionais

Para uma articulação permanente entre o **MUNICÍPIO** e a **FREGUESIA**, no âmbito da execução deste contrato, podem os representantes indicados por ambas reunir-se mensalmente, ou sempre que necessário.

Cláusula 10.ª
Informação a disponibilizar pela FREGUESIA

1 - Serão elaborados pela **FREGUESIA** os seguintes relatórios:

- a) Relatório Trimestral de Acompanhamento, que deve ser acompanhado dos respetivos documentos de despesa referentes aos recursos financeiros disponibilizados pelo **MUNICÍPIO**;
- b) Relatório de Avaliação, que deve ser entregue no final da obra.
- c) Autos de receção provisória e definitiva da obra, com parecer favorável dos serviços técnicos do **MUNICÍPIO**.

2 - O **MUNICÍPIO** pode, ainda, solicitar outros relatórios adicionais que visem uma melhor compreensão da satisfação do interesse público

Cláusula 11.ª
Ocorrências e emergências

A **FREGUESIA** deve comunicar ao **MUNICÍPIO**, imediatamente, por contacto pessoal e por escrito, qualquer anomalia que afete ou possa afetar de forma significativa o cumprimento do objeto do presente contrato.

Cláusula 12.ª
Verificação do cumprimento do objeto do contrato

1 - O **MUNICÍPIO** pode verificar o cumprimento do objeto do contrato pela **FREGUESIA**, mediante a realização de vistorias e inspeções, bem como exigir-lhe informações e documentos que julgue necessários.

2 - As determinações do **MUNICIPIO** emitidas no âmbito da verificação do cumprimento desse contrato são imediatamente aplicáveis e vinculam a **FREGUESIA**, devendo esta proceder à correção das situações em conformidade com aquelas.

Cláusula 13.^a
Modificação do contrato

1 - O presente contrato pode ser modificado por acordo das partes outorgantes, sempre que se verifique uma alteração anormal e imprevisível das circunstâncias em que as partes outorgantes fundaram a decisão de contratar a delegação de competências objeto do presente contrato ou que assim o imponham razões de interesse público, desde que devidamente fundamentadas.

2 - A modificação do contrato obedece a forma escrita.

Cláusula 14.^a
Suspensão do contrato

1 - A execução das prestações que constituem o objeto do presente contrato pode ser, total ou parcialmente, suspensa com os seguintes fundamentos:

a) Impossibilidade temporária de cumprimento do contrato, designadamente em virtude de mora de um dos Outorgantes na disponibilização de meios ou bens necessários à sua execução;

b) Por razões de relevante interesse público, devidamente fundamentadas.

2 - Quando a suspensão seja fundamentada nos termos da alínea b) do número anterior, os outorgantes devem, com as devidas adaptações, demonstrar o preenchimento dos requisitos previstos nas alíneas a) a e) do n.º 3 do artigo 115.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Cláusula 15.^a
Resolução pelas Partes Outorgantes

1 - Sem prejuízo dos fundamentos gerais de resolução do contrato, as partes outorgantes podem resolver o presente contrato quando se verifique:

a) Incumprimento definitivo por facto imputável a um dos outorgantes;

b) Por razões de relevante interesse público devidamente fundamentado.

2 - Quando a resolução seja fundamentada nos termos da alínea b) do número anterior, a Primeira Outorgante deve demonstrar o preenchimento dos requisitos previstos nas alíneas a) a e) do n.º 3 do artigo 115.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Cláusula 16.ª

Revogação

- 1 - As Partes podem, por mútuo acordo, revogar o presente contrato de delegação de competências.
- 2 - A revogação obedece a forma escrita.

Cláusula 17.ª

Comunicações e notificações

- 1 - Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as Partes do contrato, estas deverão ser dirigidas, através de correio eletrónico, com aviso de receção e leitura para o respetivo endereço eletrónico identificado neste contrato.
- 2 - Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deverá ser comunicada à outra parte.

Cláusula 18.ª

Entrada em vigor

O presente contrato entra em vigor no dia da sua assinatura.

Cláusula 19.ª

Publicidade

Este contrato é publicitado no sítio da *internet* do Município de Braga.

Cláusula 20ª

Cabimento e compromisso

A despesa relativa a este contrato encontra-se cabimentada pelas propostas de cabimento nº --
-----, correspondendo-lhe as requisições externas de despesa com os compromissos
nº-----.

Cláusula 21ª

Disposições legais aplicáveis

- 1 - Na execução do presente contrato de delegação de competências, observar-se-ão:
 - a) o respetivo clausulado b) a Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;
- 2 - Subsidiariamente, observar-se-ão, ainda:
 - a) As disposições constantes do Código dos Contratos Públicos, em especial a sua Parte III;
 - b) O Código do Procedimento Administrativo.

Arquiva-se no maço de documentos:

- a) As referidas deliberações da Assembleia Municipal, da Câmara Municipal, da Assembleia de Freguesia e da Junta de Freguesia;
- b) O mencionado Mapa contendo as verbas a transferir para a **FREGUESIA**;
- c) Os identificados documentos de cabimento e compromisso.

Pelo segundo outorgante foram exibidas:

- a) Uma certidão comprovativa em como a sua representada tem a situação regularizada relativamente a impostos devidos ao Estado, emitida em -----de ----- de 2016 pelo --º Serviço de Finanças de Braga;
- b) Uma declaração comprovativa em como a sua representada tem a situação contributiva regularizada para com a Segurança Social, emitida automaticamente pelo Serviço Segurança Social Direta em -----de ----- de 2016.

Para constar se lavrou o presente contrato em duplicado, ficando um exemplar para cada uma das partes.

Braga, 8 de Setembro de 2016

O Presidente da Câmara Municipal de Braga

O Presidente da Junta de Freguesia de Tadem

De remeter à DE para
calimentar e submeter à
apreciação do executivo.
08.09.2016

Atuado
à 16.09.2016

16.09.2016



BRAGA
Município

Documento nº: PED/7781/2015/1

Data Registo: 22-06-2015

Assunto: AIC - Apoio Institucional e Cidadania - Freguesias - Trabalhos/ serviços da competência de outras unidades orgânicas - FREGUESIA DE TADIM.

Classificador: 010302 - Apoio financeiro e fornecimentos a juntas de freguesia

Tipo Documento: Requerimento

Livro: Requerimentos_PED

Entidade:

Nome/Designação: FREGUESIA DE TADIM

Endereço: Rua Dr. Guilherme Braga da Cruz, nº 2

Utilizador: Nuno Azevedo (Arqt)

Conhecimentos:

Data: 06/09/2016 08:21:00

Destinatário: Gaspar Silva (Eng)

Documento: PED/7781/2015/1

A pedido do Sr. Prof. António Barbosa envio físico, para nova apreciação superior, do projecto para "Construção de Muro na Rua de Monte Novo" na freguesia de Tadim cujo orçamento ascende a 20.720,50€ + IVA. O projecto, depois de validado, deverá voltar à DEPM para completar processo para procedimento concursal.

Os dados disponibilizados, válidos à data da sua divulgação, são da responsabilidade das respectivas fontes, sendo qualquer utilização ou manipulação posteriores da exclusiva responsabilidade do seu autor.

De remeter ao Sr. Vice-Presidente
para validação 06.09.2016

Ao Sr. Eng. Francisco Marques
para subordinação do respectivo con-
trato interadministrativo.
08.09.2016

A alçada do Sr. Vice-Presidente para validação
do subido apresentado em anexo.

Alzira Torm.



2016/09/06

Estando concluído o
projeto em anexo e sendo
uma aspiração da junta de
Freguesia de Tadim a execução
da obra, ainda este ano, dado o
estado de degradação em que se
encontra o muro e respetivo
fornecimento, julgo de utilidade a
aprovação e a sua delegação
na junta, através de um contrato
interadministrativo. 07.09.2016

De acordo. Trata-se de um
problema crítico de
desregulação de "ajun-
flecione", pelo que a
construção deste muro é
necessária de terra e de
solos para um projecto
de construção de uma
também de construção
decolun vertical de 10
presença de 100% por
validação...

Obra Construção de Muro na Rua de Monte Novo - Tadim
Assunto:

Ofício: Freguesia de TADIM

Informação do Coordenador do D.A.F.	Informação do Adjunto do Sr. Vereador
	<p>Julgo de que a obra em apreço deverá integrar o Plano de Atividades da DAF para 2017, sendo que o projeto poderá, entretanto, ser executado. A consideração superior. 27.07.2016 </p> <p>Proceder em conformidade com o despacho do Sr. Vice-Presidente. 28.08.2016 </p>
	<p>Despacho do Sr. Vereador</p> <p>Podendo integrar a obra em apreço o Plano de atividades para 2017, deve promover-se entretanto a execução do respetivo projeto. V.ªs. A.ªs. 28 julho 2016</p>
	<p>Despacho do Sr. Presidente da Câmara</p>

REQUISIÇÃO : 2016016/272 (DIVISÃO DE APOIO ÀS FREGUESIAS)
Data : 2016-09-12

10656

FREGUESIA DE TADIM
RUA DR. GUILHERME BRAGA DA CRUZ, Nº2
BRAGA
4705-671 BRAGA
PORTUGAL

Contribuinte: 507007239

Braga, 2016-09-12

Cabimento: 2016016/272 a 2016-09-12

(EUR)

Código de	Data de	Designação	U.C.	Quantidade	Preço	Desc	I.V.A.	Valor
691362	2016-09-12	OBRAS E MELHORAM. FREGUESIAS	----	1,000	21963,73000	0		21 963,73
		P/DELEG.COMP						
		Data Órgão Económica	Dotação		Valor			
	2016-09-12	01 0805010202		188 830,02				21 963,73

Incidência	Taxa	Valor de Iva	Sub-Total	Valor total
21 963,73	0,00	0,00	21 963,73	21 963,73
			Valor IVA	0,00

Condições de pagamento :
Local de entrega : CONTRATO NTERADMINISTRATIVO

Divisão de Contabilidade
Planeamento e Controlo de Gestão

NIF: 506 901 173

**CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS
NA UNIÃO DE FREGUESIAS DE ESCUDEIROS E PENSO (STO. ESTÊVÃO E
S. VICENTE)**

PRIMEIRO UTORGANTE: RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO, casado, natural da freguesia de Braga S. João do Souto, concelho de Braga, com domicílio profissional nos Paços do Concelho, sito na Praça do Município desta cidade, intervindo em representação do **MUNICÍPIO DE BRAGA** na qualidade de Presidente da respetiva Câmara Municipal, pessoa coletiva de direito público nº 506 901 173, com sede na morada acima referida, adiante designado por **MUNICÍPIO**.

SEGUNDO OUTORGANTE: ORLANDO AGOSTINHO MARQUES FERNANDES GOMES, intervindo em representação da **FREGUESIA DE ESCUDEIROS E PENSO (STO. ESTÊVÃO E S. VICENTE)**, pessoa coletiva de direito público nº 510 836 569, com sede no Lugar do Assento – 4705-473 ESCUDEIROS, adiante designada por **FREGUESIA**.
Considerando que:

- 1 - A concretização da delegação de competências visa a promoção da coesão territorial, o reforço da solidariedade inter-regional, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis, conforme preceituado pelo art.º 118º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;
- 2 - O **MUNICÍPIO**, por força do disposto na alínea d) do n.º 2 do artigo 23.º do Anexo I da referida Lei n.º 75/2013, dispõe de atribuições no domínio social, do equipamento rural e urbano, promoção do desenvolvimento, entre outras e a Câmara Municipal dispõe de competências próprias, designadamente, em matéria de criação, construção de equipamentos, serviços e redes de circulação, conforme estabelecido na alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º do mesmo diploma legal,
- 3 - Da conjugação do disposto no n.º 2 do artigo 117.º com o artigo 131.º, ambos do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, os municípios, através dos seus órgãos, podem delegar competências nos órgãos das freguesias para a prossecução das suas atribuições em todos os domínios dos interesses próprios das populações, em especial no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e do apoio direto às comunidades locais;
- 4 - De acordo com os estudos que têm sido promovidos pelo **MUNICÍPIO** esta competência fica melhor acautelada se delegada na freguesia, em virtude de se encontrar mais perto da população e, por isso, melhor conhecedora das necessidades desta;
- 5 - Que a concretização da delegação de competências, materializada no presente contrato, respeita os princípios estabelecidos no art.º 135º da referida Lei n.º 75/2013, bem como os demais princípios que devem reger a negociação, a celebração, a execução e a cessação dos

contratos, concretamente a estabilidade, a prossecução do interesse público, a continuidade da prestação do serviço público e a necessidade e suficiência dos recursos, constantes do art.º 121.º do mesmo diploma legal;

6 - Por força do disposto na alínea l) do n.º 1 do artigo 33.º da referida Lei nº 75/2013, conjugado com a alínea i) do n.º 1, do art.º 16º do mesmo diploma legal, a Câmara Municipal de Braga preparou, com a **Freguesia de Escudeiros e Penso (S.to Estêvão e S. Vicente)**, o presente contrato de delegação de competências;

Entre os representados de ambos os outorgantes, e nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 120.º conjugado com o artigo 131.º da referida Lei nº 75/2013, é celebrado o presente contrato interadministrativo de delegação de competências, que se rege pelas cláusulas seguintes, e cuja minuta foi aprovada pela Assembleia Municipal, em sessão de----- de -----de 2016, sob proposta da Câmara Municipal, aprovada em reunião de -----de -----de 2016 e pela Assembleia de Freguesia de Escudeiros e Penso (Sto Estêvão e S. Vicente), em sessão de----- de ----- de 2016, sob proposta da respetiva Junta de Freguesia aprovada em reunião de ----- de ----- de 2016.

Cláusula 1ª **Objeto**

O presente contrato tem por objeto a delegação de competências na **Freguesia de Escudeiros e Penso (S.to Estêvão e S. Vicente)**, para a execução da obra denominada “**SALÃO MULTIUSOS DE ESCUDEIROS**”, prevista no plano de atividades para o ano em curso e dotada no respetivo orçamento.

Cláusula 2ª **Condições**

A obra será executada de acordo com o projeto aprovado pela Câmara Municipal que consta do respetivo processo administrativo.

Cláusula 3ª **(Recursos financeiros)**

1 - Para a prossecução do objeto definido na cláusula 1ª e a sua execução nos termos previstos na cláusula 2ª, é concedida, pelo **MUNICÍPIO** à **FREGUESIA**, uma verba de 495.894,55 €, à qual acresce a importância de 29.753.67 €, correspondente ao IVA, perfazendo o total de **525.648,22 €** (*quinhentos vinte e cinco mil seiscientos quarenta e oito euros e vinte e dois centimos*), por conta da delegação efetuada.

2 – A referida verba será processada mensalmente, em conformidade com o valor de obra executada nesse período, tendo em vista a sua transferência para a **FREGUESIA**.

3 - Sem prejuízo do disposto no ponto 1, o montante da verba a conceder poderá ser, desde que devidamente fundamentado e justificado, objeto de acertos financeiros.

4 - Repartição de encargos:

Ano de 2016 – 120.000,00 €

Ano de 2017 – 405.648,22 €

Cláusula 4ª

Recursos humanos

Não são afetos recursos humanos à execução do presente contrato por não ter sido considerado necessário.

Cláusula 5ª

Recursos patrimoniais

Não são afetos recursos patrimoniais à execução do presente contrato por não ter sido considerado necessário.

Cláusula 6ª

Prazo

1 - O prazo de execução da obra é de 270 dias.

2 - A Junta de Freguesia deverá comunicar à Câmara Municipal, com antecedência de 8 dias, o início dos trabalhos, bem como da sua conclusão.

Cláusula 7ª

Obrigações do MUNICÍPIO

No âmbito do presente contrato de delegação de competências, o **MUNICÍPIO** obriga-se a:

- a) Prestar acompanhamento técnico à **FREGUESIA**,
- b) Designar um representante para a verificação do modo de cumprimento do contrato e apoio técnico;
- d) Elaborar autos de medição de forma regular e mensal referente à execução da obra, objeto das competências delegadas, que serão remetidos à **FREGUESIA**.

Cláusula 8ª

Obrigações da FREGUESIA

1 - No âmbito do presente contrato de delegação de competências, a **FREGUESIA** fica obrigada a:

- a) Cumprir rigorosamente as condições constantes do projeto, cabendo-lhe a responsabilidade pela sua execução em conformidade com as regras legalmente aplicáveis;

- b) Designar um representante para a verificação do modo de cumprimento do contrato e acompanhamento técnico, de acordo com a Lei nº 31/2009 de 3 de Julho.
- c) Informar O **MUNICÍPIO** do início da obra com antecedência mínima de oito dias, bem como das eventuais suspensões e reinício dos trabalhos.
- d) Cumprir todas as orientações e normas técnicas, legais e regulamentares relacionadas com a execução da obra, designadamente publicitando a execução da obra, sob a forma de aviso, segundo modelo indicado pela Câmara, a colocar no local de execução de forma bem visível da via pública, no prazo de cinco dias antes de iniciar as obras.

Cláusula 9.ª
Obrigações adicionais

Para uma articulação permanente entre o **MUNICÍPIO** e a **FREGUESIA**, no âmbito da execução deste contrato, podem os representantes indicados por ambas reunir-se mensalmente, ou sempre que necessário.

Cláusula 10.ª
Informação a disponibilizar pela FREGUESIA

1 - Serão elaborados pela **FREGUESIA** os seguintes relatórios:

- a) Relatório Trimestral de Acompanhamento, que deve ser acompanhado dos respetivos documentos de despesa referentes aos recursos financeiros disponibilizados pelo **MUNICÍPIO**;
- b) Relatório de Avaliação, que deve ser entregue no final da obra.
- c) Autos de receção provisória e definitiva da obra, com parecer favorável dos serviços técnicos do **MUNICÍPIO**.

2 - O **MUNICÍPIO** pode, ainda, solicitar outros relatórios adicionais que visem uma melhor compreensão da satisfação do interesse público

Cláusula 11.ª
Ocorrências e emergências

A **FREGUESIA** deve comunicar ao **MUNICÍPIO**, imediatamente, por contacto pessoal e por escrito, qualquer anomalia que afete ou possa afetar de forma significativa o cumprimento do objeto do presente contrato.

Cláusula 12.ª
Verificação do cumprimento do objeto do contrato

1 - O **MUNICÍPIO** pode verificar o cumprimento do objeto do contrato pela **FREGUESIA**, mediante a realização de vistorias e inspeções, bem como exigir-lhe informações e documentos que julgue necessários.

2 - As determinações do **MUNICIPIO** emitidas no âmbito da verificação do cumprimento desse contrato são imediatamente aplicáveis e vinculam a **FREGUESIA**, devendo esta proceder à correção das situações em conformidade com aquelas.

Cláusula 13.ª
Modificação do contrato

1 - O presente contrato pode ser modificado por acordo das partes outorgantes, sempre que se verifique uma alteração anormal e imprevisível das circunstâncias em que as partes outorgantes fundaram a decisão de contratar a delegação de competências objeto do presente contrato ou que assim o imponham razões de interesse público, desde que devidamente fundamentadas.

2 - A modificação do contrato obedece a forma escrita.

Cláusula 14.ª
Suspensão do contrato

1 - A execução das prestações que constituem o objeto do presente contrato pode ser, total ou parcialmente, suspensa com os seguintes fundamentos:

a) Impossibilidade temporária de cumprimento do contrato, designadamente em virtude de mora de um dos Outorgantes na disponibilização de meios ou bens necessários à sua execução;

b) Por razões de relevante interesse público, devidamente fundamentadas.

2 - Quando a suspensão seja fundamentada nos termos da alínea b) do número anterior, os outorgantes devem, com as devidas adaptações, demonstrar o preenchimento dos requisitos previstos nas alíneas a) a e) do n.º 3 do artigo 115.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Cláusula 15.ª
Resolução pelas Partes Outorgantes

1 - Sem prejuízo dos fundamentos gerais de resolução do contrato, as partes outorgantes podem resolver o presente contrato quando se verifique:

a) Incumprimento definitivo por facto imputável a um dos outorgantes;

b) Por razões de relevante interesse público devidamente fundamentado.

2 - Quando a resolução seja fundamentada nos termos da alínea b) do número anterior, a Primeira Outorgante deve demonstrar o preenchimento dos requisitos previstos nas alíneas a) a e) do n.º 3 do artigo 115.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Cláusula 16.ª

Revogação

- 1 - As Partes podem, por mútuo acordo, revogar o presente contrato de delegação de competências.
- 2 - A revogação obedece a forma escrita.

Cláusula 17.ª

Comunicações e notificações

- 1 - Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as Partes do contrato, estas deverão ser dirigidas, através de correio eletrónico, com aviso de receção e leitura para o respetivo endereço eletrónico identificado neste contrato.
- 2 - Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deverá ser comunicada à outra parte.

Cláusula 18.ª

Entrada em vigor

O presente contrato entra em vigor no dia da sua assinatura.

Cláusula 19.ª

Publicidade

Este contrato é publicitado no sítio da *internet* do Município de Braga.

Cláusula 20.ª

Cabimento e compromisso

A despesa relativa a este contrato encontra-se cabimentada pelas propostas de cabimento nº --
-----, correspondendo-lhe as requisições externas de despesa com os compromissos
nº-----.

Cláusula 21.ª

Disposições legais aplicáveis

- 1 - Na execução do presente contrato de delegação de competências, observar-se-ão: a) o respetivo clausulado b) a Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;
- 2 - Subsidiariamente, observar-se-ão, ainda: a) As disposições constantes do Código dos Contratos Públicos, em especial a sua Parte III; b) O Código do Procedimento Administrativo.

Arquiva-se no maço de documentos:

- a) As referidas deliberações da Assembleia Municipal, da Câmara Municipal, da Assembleia de Freguesia e da Junta de Freguesia;

b) O mencionado Mapa contendo as verbas a transferir para a **FREGUESIA**;

c) Os identificados documentos de cabimento e compromisso.

Pelo segundo outorgante foram exibidas:

a) Uma certidão comprovativa em como a sua representada tem a situação regularizada relativamente a impostos devidos ao Estado, emitida em ----de ----- de 2016 pelo --º Serviço de Finanças de Braga;

b) Uma declaração comprovativa em como a sua representada tem a situação contributiva regularizada para com a Segurança Social, emitida automaticamente pelo Serviço Segurança Social Direta em -----de ----- de 2016.

Para constar se lavrou o presente contrato em duplicado, ficando um exemplar para cada uma das partes.

Braga, 7 de Setembro de 2016

O Presidente da Câmara Municipal de Braga

**O Presidente da Junta da União de Freguesias de
Escudeiros e Penso (Sto Estêvão e S. Vicente)**



BRAGA
Município

REQUISIÇÃO : 2016016/277 (DIVISÃO DE APOIO ÀS FREGUESIAS)
Data : 2016-09-12

2269

ESCUDEIROS E PENSO (S. ESTEVÃO, S. VICENTE)
LARGO DO ASSENTO
BRAGA
4705-473 ESCUDEIROS
PORTUGAL

Contribuinte: 510836569

Braga, 2016-09-12

Cabimento: 2016016/277 a 2016-09-12

(BUR)								
Código de Produto/Conta	Data de Entrega	Designação	U.C.	Quantidade	Preço	Desc%	I.V.A.	Valor
691362	2016-09-12	OBRAS E MELHORAM. FREGUESIAS						
		P/DELEG.COMP	----	1,000	120000,00000	I 0,0		120 000,00
		Data Órgão Económica			Valor			
	2016-09-12 01	0805010202		122 072,13				120 000,00
	Ano Exercícios futuros				Valor			
	2016 04: EXERCICIO (N+1)							405 648,22

Incidência	Taxa	Valor de Iva	Sub-Total	Valor IVA	Valor total
120 000,00	0,00	0,00	120 000,00	0,00	120 000,00

Observações:

Contrato: 2016016/8

Condições de pagamento :

Local de entrega : SALÃO MULTIUSO DE ESCUDEIROS

Divisão de Contabilidade
Planeamento e Controlo de Gestão

NIF: 506 901 173

Praça Municipal, 4704-514 Braga

Telefone: 253 203 150 - Fax: 253 613 387

e-mail: municipe@cm-braga.pt

Contrato: 2016016/12

ESCUDEIROS E PENSO(S.ESTEVÃO, S.VICENTE)
LARGO DO ASSENTO
BRAGA
4705-473 ESCUDEIROS

NIF: 510836569

Ano	Código	Designação	Entrega	Quantidade	Unid	Preço unitário	T	IVA	Dsc
2016	C 691362	OBRAS E MELHORAM.FREGUESIAS P/DELEG.COMP	12/09/2016	1,000000	----	120 000,0000	0	M99	
2017	C 691362	OBRAS E MELHORAM.FREGUESIAS P/DELEG.COMP	12/09/2017	1,000000	----	405 648,2200	0	M99	

A obra em apreço está contemplada no Plano 2016 do Município e dispõe já do despacho favorável do Sr. Presidente da Câmara. Nestes termos, julgo de merecer a aprovação e a sua delegação na Junta da União de Freguesias de Escudeiros, Pense Sto Estêvão e Pense S. Vicente, através de um Contrato Interadministrativo a submeter à apreciação de executivo e, consequentemente, a aprovação da Assembleia Municipal.

A consideração superior,

06.09.2016



Obra prevista no plano
para 2016, é o concretizar
de um soubo de comunidade
local e de todo o resto
envolvente.

Deve o processo ser
submetido à apreciação
do Executivo Municipal,
no sentido de utilizar
a Delegação de obras
de UF de Escudeiros,
Pense Sto Estêvão e S. Vicente
através do estabelecimento
de um contrato Interadmini-
strativo.

Francisco Moura
06 SET 2016

Ao Sr. Eng. Francisco Marques
para elaborar o respetivo contrato inter-
administrativo.

07.09.2016



De remeter à DE para cabi-
mentar e submeter à reunião do
Executivo.

07.09.2016



CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA FREGUESIA DE ESPORÕES

PRIMEIRO UTORGANTE: RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO, casado, natural da freguesia de Braga S. João do Souto, concelho de Braga, com domicílio profissional nos Paços do Concelho, sito na Praça do Município desta cidade, intervindo em representação do **MUNICÍPIO DE BRAGA** na qualidade de Presidente da respetiva Câmara Municipal, pessoa coletiva de direito público nº 506 901 173, com sede na morada acima referida, adiante designado *por* **MUNICÍPIO**.

SEGUNDO OUTORGANTE: JOÃO DA SILVA OLIVEIRA, intervindo em representação da **FREGUESIA DE ESPORÕES**, pessoa coletiva de direito público nº 680 032 860, com sede na Rua José Loureiro Duarte, nº 2 - 4705-474 ESPORÕES, adiante designada *por* **FREGUESIA**.

Considerando que:

- 1 - A concretização da delegação de competências visa a promoção da coesão territorial, o reforço da solidariedade inter-regional, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis, conforme preceituado pelo art.º 118º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;
- 2 - O **MUNICÍPIO**, por força do disposto na alínea d) do n.º 2 do artigo 23.º do Anexo I da referida Lei nº 75/2013, dispõe de atribuições no domínio social, do equipamento rural e urbano, promoção do desenvolvimento, entre outras e a Câmara Municipal dispõe de competências próprias, designadamente, em matéria de criação, construção de equipamentos, serviços e redes de circulação, conforme estabelecido na alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º do mesmo diploma legal,
- 3 - Da conjugação do disposto no n.º 2 do artigo 117.º com o artigo 131.º, ambos do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, os municípios, através dos seus órgãos, podem delegar competências nos órgãos das freguesias para a prossecução das suas atribuições em todos os domínios dos interesses próprios das populações, em especial no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e do apoio direto às comunidades locais;
- 4 - De acordo com os estudos que têm sido promovidos pelo **MUNICÍPIO** esta competência fica melhor acautelada se delegada na freguesia, em virtude de se encontrar mais perto da população e, por isso, melhor conhecedora das necessidades desta;
- 5 - Que a concretização da delegação de competências, materializada no presente contrato, respeita os princípios estabelecidos no art.º 135º da referida Lei nº 75/2013, bem como os demais princípios que devem reger a negociação, a celebração, a execução e a cessação dos

contratos, concretamente a estabilidade, a prossecução do interesse público, a continuidade da prestação do serviço público e a necessidade e suficiência dos recursos, constantes do art.º 121.º do mesmo diploma legal;

6 - Por força do disposto na alínea l) do n.º 1 do artigo 33.º da referida Lei nº 75/2013, conjugado com a alínea i) do nº 1, do art.º 16º do mesmo diploma legal, a Câmara Municipal de Braga preparou, com a **Freguesia de Esporões**, o presente contrato de delegação de competências;

Entre os representados de ambos os outorgantes, e nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 120.º conjugado com o artigo 131.º da referida Lei nº 75/2013, é celebrado o presente contrato interadministrativo de delegação de competências, que se rege pelas cláusulas seguintes, e cuja minuta foi aprovada pela Assembleia Municipal, em sessão de----- de ----- de 2016, sob proposta da Câmara Municipal, aprovada em reunião de ----- de ----- de 2016 e pela Assembleia de Freguesia de Esporões, em sessão de----- de ----- de 2016, sob proposta da respetiva Junta de Freguesia aprovada em reunião de ----- de ----- de 2016.

Cláusula 1ª **Objeto**

O presente contrato tem por objeto a delegação de competências na **Freguesia de Esporões**, para a execução da obra denominada “**PAVIMENTAÇÃO DO CAMINHO DE ACESSO À SANTA MARTA DAS CORTIÇAS - Esporões**”, prevista no plano de atividades para o ano em curso e dotada no respetivo orçamento.

Cláusula 2ª **Condições**

A obra será executada de acordo com o projeto aprovado pela Câmara Municipal que consta do respetivo processo administrativo.

Cláusula 3ª **(Recursos financeiros)**

1 - Para a prossecução do objeto definido na cláusula 1ª e a sua execução nos termos previstos na cláusula 2ª, é concedida, pelo **MUNICÍPIO** à **FREGUESIA**, uma verba de 97.050,42 €, à qual acresce a importância de 5.823,03 €, correspondente ao IVA, perfazendo o total de **102.873,45 €** (*cento e dois mil oitocentos setenta e três euros e quarenta e cinco cêntimos*), por conta da delegação efetuada.

2 – A referida verba será processada mensalmente, em conformidade com o valor de obra executada nesse período, tendo em vista a sua transferência para a **FREGUESIA**.

3 - Sem prejuízo do disposto no ponto 1, o montante da verba a conceder poderá ser, desde que devidamente fundamentado e justificado, objeto de acertos financeiros.

4 - Repartição de encargos:

Ano de 2016 – 10.000,00 € -

Ano de 2017 – 92.873,45 €

Cláusula 4ª
Recursos humanos

Não são afetos recursos humanos à execução do presente contrato por não ter sido considerado necessário.

Cláusula 5ª
Recursos patrimoniais

Não são afetos recursos patrimoniais à execução do presente contrato por não ter sido considerado necessário.

Cláusula 6ª
Prazo

1 - O prazo de execução da obra é de 90 dias.

2 - A Junta de Freguesia deverá comunicar à Câmara Municipal, com antecedência de 8 dias, o início dos trabalhos, bem como da sua conclusão.

Cláusula 7ª
Obrigações do MUNICÍPIO

No âmbito do presente contrato de delegação de competências, o **MUNICÍPIO** obriga-se a:

- a) Prestar acompanhamento técnico à **FREGUESIA**,
- b) Designar um representante para a verificação do modo de cumprimento do contrato e apoio técnico;
- d) Elaborar autos de medição de forma regular e mensal referente à execução da obra, objeto das competências delegadas, que serão remetidos à **FREGUESIA**.

Cláusula 8ª
Obrigações da FREGUESIA

1 - No âmbito do presente contrato de delegação de competências, a **FREGUESIA** fica obrigada a:

- a) Cumprir rigorosamente as condições constantes do projeto, cabendo-lhe a responsabilidade pela sua execução em conformidade com as regras legalmente aplicáveis;
- b) Designar um representante para a verificação do modo de cumprimento do contrato e acompanhamento técnico, de acordo com a Lei nº 31/2009 de 3 de Julho.
- c) Informar O **MUNICÍPIO** do início da obra com antecedência mínima de oito dias, bem como das eventuais suspensões e reinício dos trabalhos.
- d) Cumprir todas as orientações e normas técnicas, legais e regulamentares relacionadas com a execução da obra, designadamente publicitando a execução da obra, sob a forma de aviso, segundo modelo indicado pela Câmara, a colocar no local de execução de forma bem visível da via pública, no prazo de cinco dias antes de iniciar as obras.

Cláusula 9.ª **Obrigações adicionais**

Para uma articulação permanente entre o **MUNICÍPIO** e a **FREGUESIA**, no âmbito da execução deste contrato, podem os representantes indicados por ambas reunir-se mensalmente, ou sempre que necessário.

Cláusula 10.ª **Informação a disponibilizar pela FREGUESIA**

1 - Serão elaborados pela **FREGUESIA** os seguintes relatórios:

- a) Relatório Trimestral de Acompanhamento, que deve ser acompanhado dos respetivos documentos de despesa referentes aos recursos financeiros disponibilizados pelo **MUNICÍPIO**;
- b) Relatório de Avaliação, que deve ser entregue no final da obra.
- c) Autos de receção provisória e definitiva da obra, com parecer favorável dos serviços técnicos do **MUNICÍPIO**.

2 - O **MUNICÍPIO** pode, ainda, solicitar outros relatórios adicionais que visem uma melhor compreensão da satisfação do interesse público

Cláusula 11.ª **Ocorrências e emergências**

A **FREGUESIA** deve comunicar ao **MUNICÍPIO**, imediatamente, por contacto pessoal e por escrito, qualquer anomalia que afete ou possa afetar de forma significativa o cumprimento do objeto do presente contrato.

Cláusula 12.ª

Verificação do cumprimento do objeto do contrato

1 - O **MUNICÍPIO** pode verificar o cumprimento do objeto do contrato pela **FREGUESIA**, mediante a realização de vistorias e inspeções, bem como exigir-lhe informações e documentos que julgue necessários.

2 - As determinações do **MUNICÍPIO** emitidas no âmbito da verificação do cumprimento desse contrato são imediatamente aplicáveis e vinculam a **FREGUESIA**, devendo esta proceder à correção das situações em conformidade com aquelas.

Cláusula 13.ª

Modificação do contrato

1 - O presente contrato pode ser modificado por acordo das partes outorgantes, sempre que se verifique uma alteração anormal e imprevisível das circunstâncias em que as partes outorgantes fundaram a decisão de contratar a delegação de competências objeto do presente contrato ou que assim o imponham razões de interesse público, desde que devidamente fundamentadas.

2 - A modificação do contrato obedece a forma escrita.

Cláusula 14.ª

Suspensão do contrato

1 - A execução das prestações que constituem o objeto do presente contrato pode ser, total ou parcialmente, suspensa com os seguintes fundamentos:

a) Impossibilidade temporária de cumprimento do contrato, designadamente em virtude de mora de um dos Outorgantes na disponibilização de meios ou bens necessários à sua execução;

b) Por razões de relevante interesse público, devidamente fundamentadas.

2 - Quando a suspensão seja fundamentada nos termos da alínea b) do número anterior, os outorgantes devem, com as devidas adaptações, demonstrar o preenchimento dos requisitos previstos nas alíneas a) a e) do n.º 3 do artigo 115.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Cláusula 15.ª

Resolução pelas Partes Outorgantes

1 - Sem prejuízo dos fundamentos gerais de resolução do contrato, as partes outorgantes podem resolver o presente contrato quando se verifique:

a) Incumprimento definitivo por facto imputável a um dos outorgantes;

b) Por razões de relevante interesse público devidamente fundamentado.

2 - Quando a resolução seja fundamentada nos termos da alínea b) do número anterior, a Primeira Outorgante deve demonstrar o preenchimento dos requisitos previstos nas alíneas a) a e) do n.º 3 do artigo 115.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Cláusula 16.ª

Revogação

1 - As Partes podem, por mútuo acordo, revogar o presente contrato de delegação de competências.

2 - A revogação obedece a forma escrita.

Cláusula 17.ª

Comunicações e notificações

1 - Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as Partes do contrato, estas deverão ser dirigidas, através de correio eletrónico, com aviso de receção e leitura para o respetivo endereço eletrónico identificado neste contrato.

2 - Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deverá ser comunicada à outra parte.

Cláusula 18.ª

Entrada em vigor

O presente contrato entra em vigor no dia da sua assinatura.

Cláusula 19.ª

Publicidade

Este contrato é publicitado no sítio da *internet* do Município de Braga.

Cláusula 20ª

Cabimento e compromisso

A despesa relativa a este contrato encontra-se cabimentada pelas propostas de cabimento nº --
-----, correspondendo-lhe as requisições externas de despesa com os compromissos
nº-----.

Cláusula 21ª

Disposições legais aplicáveis

1 - Na execução do presente contrato de delegação de competências, observar-se-ão: a) o respetivo clausulado b) a Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

2 - Subsidiariamente, observar-se-ão, ainda: a) As disposições constantes do Código dos Contratos Públicos, em especial a sua Parte III; b) O Código do Procedimento Administrativo.

Arquiva-se no maço de documentos:

- a) As referidas deliberações da Assembleia Municipal, da Câmara Municipal, da Assembleia de Freguesia e da Junta de Freguesia;
- b) O mencionado Mapa contendo as verbas a transferir para a **FREGUESIA**;
- c) Os identificados documentos de cabimento e compromisso.

Pelo segundo outorgante foram exibidas:

- a) Uma certidão comprovativa em como a sua representada tem a situação regularizada relativamente a impostos devidos ao Estado, emitida em -----de ----- de 2016 pelo --º Serviço de Finanças de Braga;
- b) Uma declaração comprovativa em como a sua representada tem a situação contributiva regularizada para com a Segurança Social, emitida automaticamente pelo Serviço Segurança Social Direta em -----de ----- de 2016.

Para constar se lavrou o presente contrato em duplicado, ficando um exemplar para cada uma das partes.

Braga, 7 de Setembro de 2016

O Presidente da Câmara Municipal de Braga

O Presidente da Junta de Freguesia de Esporões

Numa visita ao local, com o Sr. Presidente da junta, constatou-se que a execução da obra em apreço é absolutamente necessária, pelo que, julgo, deverá merecer a aprovação e a sua delegação na Junta do Freguesia de Esforões, através de um contrato interadministrativo a submeter à apreciação do executivo e, consequentemente, a aprovação da Assembleia Municipal.

A consideração superior.

06.09.2016



De coud.

Dur o contido o processo respectivo na validade pelo Senhor Presidente do Camara Municipal de Esforões, para posterior submissão à reunião do Executivo Municipal por despacho.

F. do Amaral

06 SET 2016

A. S. do Executivo.

16.09.07



À Sr. Eng. Francisco Marques para elaboração do respectivo contrato interadministrativo.

07.09.2016



De remeter à DE para calimentar e submeter à reunião do executivo.

07.09.2016

M. N.



BRAGA
Município

REQUISIÇÃO : 2016016/238 (DIVISÃO DE APOIO ÀS FREGUESIAS)
Data : 2016-09-09

10613

FREGUESIA DE ESPORÕES
RUA JOSÉ LOUREIRO DUARTE, N.º2
ESPORÕES
4700-637 ESPORÕES
PORTUGAL

Contribuinte: 507166337

Braga, 2016-09-09

Cabimento: 2016016/238 a 2016-09-09

Cabimento: 2016016/238 a 2016-09-09										(EUR)
Código de Produto/Conta	Data de Entrega	Designação	U.C.	Quantidade	Preço	Desc	I.V.A.	Valor		
691362	2016-09-09	OBRAS E MELHORAM.FREGUESIAS	---	1,000	10000,00000	0		10 000,00		
		P/DELEG.COMP								
		Data Órgão Económica		Dotação	Valor					
	2016-09-09 01	0805010202		30 920,12	10 000,00					
	Ano	Exercícios futuros			Valor					
	2016 041	EXERCICIO (N+1)			92 873,45					

Incidência	Taxa	Valor de Iva	Sub-Total	Valor IVA	Valor total
10 000,00	0,00	0,00	10 000,00	0,00	10 000,00

Observações:
Contrato: 2016016/6

Condições de pagamento :
Local de entrega : DAF - PAV. CAM. A.SANTA MARTA CORTIÇAS

Divisão de Contabilidade
Planeamento e Controlo de Gestão

NIF: 506 901 173

Praça Municipal, 4704-514 Braga

Telefone: 253 203 150 - Fax: 253 613 387

e-mail: municipe@cm-braga.pt

Contrato: 2016016/6

FREGUESIA DE ESPORÕES
RUA JOSÉ LOUREIRO DUARTE, N.º 2
ESPORÕES
4700-637 ESPORÕES

NIF: 507166337

Ano	Código	Designação	Entrega	Quantidade	Unid	Preço unitário	T	IVA	Dsc
2016	C 691362	OBRAS E MELHORAM.FREGUESIAS P/DELEG.COMP	09/09/2016	1,000000	----	10 000,0000	0	NN	
		2016016/238 09/09/2016 Orgão Económica	Data	Valor					
		01 0805010202	09/09/2016	10 000,00					
2017	C 691362	OBRAS E MELHORAM.FREGUESIAS P/DELEG.COMP	09/09/2017	1,000000	----	92 873,4500	0	NN	

CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA FREGUESIA DE ESPINHO

PRIMEIRO UTORGANTE: RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO, casado, natural da freguesia de Braga S. João do Souto, concelho de Braga, com domicílio profissional nos Paços do Concelho, sito na Praça do Município desta cidade, intervindo em representação do **MUNICÍPIO DE BRAGA** na qualidade de Presidente da respetiva Câmara Municipal, pessoa coletiva de direito público nº 506 901 173, com sede na morada acima referida, adiante designado *por* **MUNICÍPIO**.

SEGUNDO OUTORGANTE: JOAQUIM OLIVEIRA RODRIGUES, intervindo em representação da **FREGUESIA DE ESPINHO**, pessoa coletiva de direito público nº 501 460 896, com sede na Rua do Clamor, nº 49 (Espinho) – 4715-423 BRAGA, adiante designada *por* **FREGUESIA**.

Considerando que:

- 1 - A concretização da delegação de competências visa a promoção da coesão territorial, o reforço da solidariedade inter-regional, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis, conforme preceituado pelo art.º 118º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;
- 2 - O **MUNICÍPIO**, por força do disposto na alínea d) do n.º 2 do artigo 23.º do Anexo I da referida Lei nº 75/2013, dispõe de atribuições no domínio social, do equipamento rural e urbano, promoção do desenvolvimento, entre outras e a Câmara Municipal dispõe de competências próprias, designadamente, em matéria de criação, construção de equipamentos, serviços e redes de circulação, conforme estabelecido na alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º do mesmo diploma legal,
- 3 - Da conjugação do disposto no n.º 2 do artigo 117.º com o artigo 131.º, ambos do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, os municípios, através dos seus órgãos, podem delegar competências nos órgãos das freguesias para a prossecução das suas atribuições em todos os domínios dos interesses próprios das populações, em especial no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e do apoio direto às comunidades locais;
- 4 - De acordo com os estudos que têm sido promovidos pelo **MUNICÍPIO** esta competência fica melhor acautelada se delegada na freguesia, em virtude de se encontrar mais perto da população e, por isso, melhor conhecedora das necessidades desta;
- 5 - Que a concretização da delegação de competências, materializada no presente contrato, respeita os princípios estabelecidos no art.º 135º da referida Lei nº 75/2013, bem como os demais princípios que devem reger a negociação, a celebração, a execução e a cessação dos

contratos, concretamente a estabilidade, a prossecução do interesse público, a continuidade da prestação do serviço público e a necessidade e suficiência dos recursos, constantes do art.º 121.º do mesmo diploma legal;

6 - Por força do disposto na alínea l) do n.º 1 do artigo 33.º da referida Lei nº 75/2013, conjugado com a alínea i) do n.º 1, do art.º 16º do mesmo diploma legal, a Câmara Municipal de Braga preparou, com a **FREGUESIA DE ESPINHO**, o presente contrato de delegação de competências;

Entre os representados de ambos os outorgantes, e nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 120.º conjugado com o artigo 131.º da referida Lei nº 75/2013, é celebrado o presente contrato interadministrativo de delegação de competências, que se rege pelas cláusulas seguintes, e cuja minuta foi aprovada pela Assembleia Municipal, em sessão de----- de -----de 2016, sob proposta da Câmara Municipal, aprovada em reunião de ---de ----- de 2016 e pela Assembleia de Freguesia de Espinho, em sessão de----- de ---de ----- de 2016, sob proposta da respetiva Junta de Freguesia aprovada em reunião de ----- de ----- de 2016.

Cláusula 1ª **Objeto**

O presente contrato tem por objeto a delegação de competências na **FREGUESIA DE ESPINHO** para a execução da obra denominada “**ALARGAMENTO E PAVIMENTAÇÃO DA RUA DA DEVESA A CRISTO REI**”, prevista no plano de atividades para o ano em curso e dotada no respetivo orçamento.

Cláusula 2ª **Condições**

A obra será executada de acordo com o projeto aprovado pela Câmara Municipal que consta do respetivo processo administrativo.

Cláusula 3ª **(Recursos financeiros)**

1 - Para a prossecução do objeto definido na cláusula 1ª e a sua execução nos termos previstos na cláusula 2ª, é concedida, pelo **MUNICÍPIO** à **FREGUESIA**, uma verba de 149.193,38 €, à qual acresce a importância de 8.587,18 €, correspondente ao IVA, perfazendo o total de **157.780,56 €** (*cento e cinquenta e sete mil setecentos e oitenta euros e cinquenta e seis cêntimos*), por conta da delegação efetuada.

2 – A referida verba será processada mensalmente, em conformidade com o valor de obra executada nesse período, tendo em vista a sua transferência para a **FREGUESIA**.

3 - Sem prejuízo do disposto no ponto 1, o montante da verba a conceder poderá ser, desde que devidamente fundamentado e justificado, objeto de acertos financeiros.

4 - Repartição de encargos:

Ano de 2016 – 57.780,56 €

Ano de 2017 – 100.000,00 €

Cláusula 4ª
Recursos humanos

Não são afetos recursos humanos à execução do presente contrato por não ter sido considerado necessário.

Cláusula 5ª
Recursos patrimoniais

Não são afetos recursos patrimoniais à execução do presente contrato por não ter sido considerado necessário.

Cláusula 6ª
Prazo

1 - O prazo de execução da obra é de 180 dias.

2 - A Junta de Freguesia deverá comunicar à Câmara Municipal, com antecedência de 8 dias, o início dos trabalhos, bem como da sua conclusão.

Cláusula 7.ª
Obrigações do MUNICÍPIO

No âmbito do presente contrato de delegação de competências, o **MUNICÍPIO** obriga-se a:

- a) Prestar acompanhamento técnico à **FREGUESIA**,
- b) Designar um representante para a verificação do modo de cumprimento do contrato e apoio técnico;
- d) Elaborar autos de medição de forma regular e mensal referente à execução da obra, objeto das competências delegadas, que serão remetidos à **FREGUESIA**.

Cláusula 8.ª
Obrigações da FREGUESIA

1 - No âmbito do presente contrato de delegação de competências, a **FREGUESIA** fica obrigada a:

- a) Cumprir rigorosamente as condições constantes do projeto, cabendo-lhe a responsabilidade pela sua execução em conformidade com as regras legalmente aplicáveis;

- b) Designar um representante para a verificação do modo de cumprimento do contrato e acompanhamento técnico, de acordo com a Lei nº 31/2009 de 3 de Julho.
- c) Informar O **MUNICÍPIO** do início da obra com antecedência mínima de oito dias, bem como das eventuais suspensões e reinício dos trabalhos.
- d) Cumprir todas as orientações e normas técnicas, legais e regulamentares relacionadas com a execução da obra, designadamente publicitando a execução da obra, sob a forma de aviso, segundo modelo indicado pela Câmara, a colocar no local de execução de forma bem visível da via pública, no prazo de cinco dias antes de iniciar as obras.

Cláusula 9.ª
Obrigações adicionais

Para uma articulação permanente entre o **MUNICÍPIO** e a **FREGUESIA**, no âmbito da execução deste contrato, podem os representantes indicados por ambas reunir-se mensalmente, ou sempre que necessário.

Cláusula 10.ª
Informação a disponibilizar pela FREGUESIA

1 - Serão elaborados pela **FREGUESIA** os seguintes relatórios:

- a) Relatório Trimestral de Acompanhamento, que deve ser acompanhado dos respetivos documentos de despesa referentes aos recursos financeiros disponibilizados pelo **MUNICÍPIO**;
- b) Relatório de Avaliação, que deve ser entregue no final da obra.
- c) Autos de receção provisória e definitiva da obra, com parecer favorável dos serviços técnicos do **MUNICÍPIO**.

2 - O **MUNICÍPIO** pode, ainda, solicitar outros relatórios adicionais que visem uma melhor compreensão da satisfação do interesse público

Cláusula 11.ª
Ocorrências e emergências

A **FREGUESIA** deve comunicar ao **MUNICÍPIO**, imediatamente, por contacto pessoal e por escrito, qualquer anomalia que afete ou possa afetar de forma significativa o cumprimento do objeto do presente contrato.

Cláusula 12.ª
Verificação do cumprimento do objeto do contrato

1 - O **MUNICÍPIO** pode verificar o cumprimento do objeto do contrato pela **FREGUESIA**, mediante a realização de vistorias e inspeções, bem como exigir-lhe informações e documentos que julgue necessários.

2 - As determinações do **MUNICIPIO** emitidas no âmbito da verificação do cumprimento desse contrato são imediatamente aplicáveis e vinculam a **FREGUESIA**, devendo esta proceder à correção das situações em conformidade com aquelas.

Cláusula 13.ª
Modificação do contrato

1 - O presente contrato pode ser modificado por acordo das partes outorgantes, sempre que se verifique uma alteração anormal e imprevisível das circunstâncias em que as partes outorgantes fundaram a decisão de contratar a delegação de competências objeto do presente contrato ou que assim o imponham razões de interesse público, desde que devidamente fundamentadas.

2 - A modificação do contrato obedece a forma escrita.

Cláusula 14.ª
Suspensão do contrato

1 - A execução das prestações que constituem o objeto do presente contrato pode ser, total ou parcialmente, suspensa com os seguintes fundamentos:

a) Impossibilidade temporária de cumprimento do contrato, designadamente em virtude de mora de um dos Outorgantes na disponibilização de meios ou bens necessários à sua execução;

b) Por razões de relevante interesse público, devidamente fundamentadas.

2 - Quando a suspensão seja fundamentada nos termos da alínea b) do número anterior, os outorgantes devem, com as devidas adaptações, demonstrar o preenchimento dos requisitos previstos nas alíneas a) a e) do n.º 3 do artigo 115.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Cláusula 15.ª
Resolução pelas Partes Outorgantes

1 - Sem prejuízo dos fundamentos gerais de resolução do contrato, as partes outorgantes podem resolver o presente contrato quando se verifique:

a) Incumprimento definitivo por facto imputável a um dos outorgantes;

b) Por razões de relevante interesse público devidamente fundamentado.

2 - Quando a resolução seja fundamentada nos termos da alínea b) do número anterior, a Primeira Outorgante deve demonstrar o preenchimento dos requisitos previstos nas alíneas a) a e) do n.º 3 do artigo 115.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Cláusula 16.ª

Revogação

- 1 - As Partes podem, por mútuo acordo, revogar o presente contrato de delegação de competências.
- 2 - A revogação obedece a forma escrita.

Cláusula 17.ª

Comunicações e notificações

- 1 - Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as Partes do contrato, estas deverão ser dirigidas, através de correio eletrónico, com aviso de receção e leitura para o respetivo endereço eletrónico identificado neste contrato.
- 2 - Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deverá ser comunicada à outra parte.

Cláusula 18.ª

Entrada em vigor

O presente contrato entra em vigor no dia da sua assinatura.

Cláusula 19.ª

Publicidade

Este contrato é publicitado no sítio da *internet* do Município de Braga.

Cláusula 20ª

Cabimento e compromisso

A despesa relativa a este contrato encontra-se cabimentada pelas propostas de cabimento nº -----, correspondendo-lhe as requisições externas de despesa com os compromissos nº-----.

Cláusula 21ª

Disposições legais aplicáveis

- 1 - Na execução do presente contrato de delegação de competências, observar-se-ão: a) o respetivo clausulado b) a Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;
- 2 - Subsidiariamente, observar-se-ão, ainda: a) As disposições constantes do Código dos Contratos Públicos, em especial a sua Parte III; b) O Código do Procedimento Administrativo.

Arquiva-se no maço de documentos: a) As referidas deliberações da Assembleia Municipal, da Câmara Municipal, da Assembleia de Freguesia e da Junta de Freguesia;

b) O mencionado Mapa contendo as verbas a transferir para a **FREGUESIA**; c) Os identificados documentos de cabimento e compromisso.

Pelo segundo outorgante foram exibidas:

a) Uma certidão comprovativa em como a sua representada tem a situação regularizada relativamente a impostos devidos ao Estado, emitida em ----de ----- de 2016 pelo --º Serviço de Finanças de Braga;

b) Uma declaração comprovativa em como a sua representada tem a situação contributiva regularizada para com a Segurança Social, emitida automaticamente pelo Serviço Segurança Social Direta em -----de ----- de 2016.

Para constar se lavrou o presente contrato em duplicado, ficando um exemplar para cada uma das partes.

Braga, 6 de Setembro de 2016

O Presidente da Câmara Municipal de Braga

O Presidente da Junta de Freguesia de Espinho



BRAGA
Município

DAF - DIVISÃO DE APOIO ÀS FREGUESIAS

Ofício n.º E/5307/BU/2016

Assunto: Alargamento e pavimentação da rua da Devesa a Cristo Rei

Freguesia: Junta de Freguesia de Espinho

Informação do Coordenador da DAF	Informação do Adjunto do Sr. Vereador
<p>A Junta de Freguesia de Espinho apresenta o processo tendo em vista o Alargamento e pavimentação da Rua da Devesa a Cristo-rei, em Espinho. Esta obra pretende melhorar substancialmente a referida rua, conferindo-lhe outra largura e outras condições ao nível de piso.</p> <p>O projeto apresentado está elaborado de acordo com as normas técnicas em vigor pelo que tem condições de ser aprovado.</p> <p>O valor da obra foi calculado em 157.780,56€, com IVA incluído, considerando-se correntes os preços unitários dos diferentes trabalhos.</p> <p>Posteriormente, caso haja concordância superior, será preparado um Contrato Interadministrativo, à Junta de Freguesia de Espinho para aprovação em reunião de Câmara e de Assembleia Municipal de acordo com a Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro.</p> <p>À consideração superior,</p> <p>Braga, 2 de Setembro de 2016</p> <p><i>Harques</i></p> <p>Ao Sr. Eng. Francisco Marques para a elaboração do respectivo Contrato Interadministrativo.</p> <p>05.09.2016</p> <p><i>[Signature]</i></p> <p>De remeter à DC para calibrar e submeter à reunião do executivo.</p> <p>06.09.2016</p> <p><i>[Signature]</i></p>	<p>A obra em apreço está contemplada no Plano 2016 do Município, pelo que deverá merecer a aprovação e a sua delegação na Junta de Freguesia de Espinho, através de um contrato interadministrativo a submeter à apreciação do executivo e, consequentemente, à aprovação da Assembleia Municipal.</p> <p>A consideração superior.</p> <p>02.09.2016</p> <p><i>[Signature]</i></p> <p>Despacho do Sr. Vereador</p> <p>De acordo.</p> <p>Estendo a obra prevista no Plano 2016, deve o mesmo ser submetido à apreciação do Executivo Municipal para a elaboração do respectivo CI - contrato Interadministrativo.</p> <p>4 - 11/09/2016</p> <p>Despacho do Sr. Presidente da Câmara</p>

REQUISIÇÃO : 2016016/276 (DIVISÃO DE APOIO ÀS FREGUESIAS)
Data : 2016-09-12

10612

FREGUESIA DE ESPINHO
LUGAR DA CACHADA
BRAGA
4700-011 BRAGA
PORTUGAL

Contribuinte: 507047320

Braga, 2016-09-12

Cabimento: 2016016/276 a 2016-09-12

Código de Produto/Conta	Data de Entrega	Designação	U.C.	Quantidade	Preço	Desc't	I.V.A.	Valor
691362	2016-09-12	OBRAS E MELHORAM.FREGUESIAS	----	1,000	57780,56000	0		57 780,56
		P/DELEG.COMP						
	Data	Órgão Económica		Dotação	Valor			
	2016-09-12 01	0805010202		57 866,29	57 780,56			
	Ano	Exercícios futuros			Valor			
	2016 041	EXERCICIO (N+1)			100 000,00			

Incidência	Taxa	Valor de Iva	Sub-Total	Valor IVA	Valor total
57 780,56	0,00	0,00	57 780,56	0,00	57 780,56

Observações:
ALARGAMENTO E PAVIMENTAÇÃO DA RUA DA DEVESA A CRISTO REI

Condições de pagamento :
Local de entrega : CONTRATO INTERADMINISTRATIVO

Divisão de Contabilidade
Planeamento e Controlo de Gestão

NIF: 506 901 173

Praça Municipal, 4704-514 Braga

Telefone: 253 203 150 - Fax: 253 613 387

e-mail: municipe@cm-braga.pt

Contrato: 2016016/11

FREGUESIA DE ESPINHO
LUGAR DA CACHADA
BRAGA
4700-011 BRAGA

NIF: 507047320

Ano	Código	Designação	Entrega	Quantidade	Unid	Preço unitário	T	IVA	Osc
2016	C 691362	OBRAS E MELHORAM.FREGUESIAS P/DELEG.COMP	12/09/2016	1,000000	----	57 780,5600	0	M99	
2017	C 691362	OBRAS E MELHORAM.FREGUESIAS P/DELEG.COMP	12/09/2017	1,000000	----	100 000,0000	0	M99	

**CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS
NA UNIÃO DE FREGUESIAS DE CABREIROS E PASSOS (S.JULIÃO).**

PRIMEIRO OUTORGANTE: RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO, casado, natural da freguesia de Braga S. João do Souto, concelho de Braga, com domicílio profissional nos Paços do Concelho, sito na Praça do Município desta cidade, intervindo em representação do **MUNICÍPIO DE BRAGA** na qualidade de Presidente da respetiva Câmara Municipal, pessoa coletiva de direito público nº 506 901 173, com sede na morada acima referida, adiante designado *por* **MUNICÍPIO**.

SEGUNDO OUTORGANTE: JOSÉ OLIVEIRA DA SILVA, intervindo em representação da **FREGUESIA DE CABREIROS E PASSOS (S. JULIÃO)**, pessoa coletiva de direito público nº 510 835 260, com sede na Avenida de S. Miguel, nº 1 – 4705-383 CABREIROS BRG, adiante designada *por* **FREGUESIA**.

Considerando que:

- 1 - A concretização da delegação de competências visa a promoção da coesão territorial, o reforço da solidariedade inter-regional, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis, conforme preceituado pelo art.º 118º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;
- 2 - O **MUNICÍPIO**, por força do disposto na alínea d) do n.º 2 do artigo 23.º do Anexo I da referida Lei nº 75/2013, dispõe de atribuições no domínio social, do equipamento rural e urbano, promoção do desenvolvimento, entre outras e a Câmara Municipal dispõe de competências próprias, designadamente, em matéria de criação, construção de equipamentos, serviços e redes de circulação, conforme estabelecido na alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º do mesmo diploma legal,
- 3 - Da conjugação do disposto no n.º 2 do artigo 117.º com o artigo 131.º, ambos do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, os municípios, através dos seus órgãos, podem delegar competências nos órgãos das freguesias para a prossecução das suas atribuições em todos os domínios dos interesses próprios das populações, em especial no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e do apoio direto às comunidades locais;
- 4 - De acordo com os estudos que têm sido promovidos pelo **MUNICÍPIO** esta competência fica melhor acautelada se delegada na freguesia, em virtude de se encontrar mais perto da população e, por isso, melhor conhecedora das necessidades desta;
- 5 - Que a concretização da delegação de competências, materializada no presente contrato, respeita os princípios estabelecidos no art.º 135º da referida Lei nº 75/2013, bem como os

demais princípios que devem reger a negociação, a celebração, a execução e a cessação dos contratos, concretamente a estabilidade, a prossecução do interesse público, a continuidade da prestação do serviço público e a necessidade e suficiência dos recursos, constantes do art.º 121.º do mesmo diploma legal;

6 - Por força do disposto na alínea l) do n.º 1 do artigo 33.º da referida Lei nº 75/2013, conjugado com a alínea i) do nº 1, do art.º 16º do mesmo diploma legal, a Câmara Municipal de Braga preparou, com a **Freguesia de Cabreiros e Passos (S. Julião)**, o presente contrato de delegação de competências;

Entre os representados de ambos os outorgantes, e nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 120.º conjugado com o artigo 131.º da referida Lei nº 75/2013, é celebrado o presente contrato interadministrativo de delegação de competências, que se rege pelas cláusulas seguintes, e cuja minuta foi aprovada pela Assembleia Municipal, em sessão de----- de -----de 2016, sob proposta da Câmara Municipal, aprovada em reunião de -----de -----de 2016 e pela Assembleia de Freguesia de Cabreiros e Passos (S. Julião), em sessão de----- de ----- de 2016, sob proposta da respetiva Junta de Freguesia aprovada em reunião de -- ---- de ----- de 2016.

Cláusula 1ª

Objeto

O presente contrato tem por objeto a delegação de competências na **Freguesia de Cabreiros e Passos (S. Julião)**, para a execução da obra denominada “**ALARGAMENTO E PAVIMENTAÇÃO DAS RUAS DA CORGA E SACOTA - Cabreiros**”, prevista no plano de atividades para o ano em curso e dotada no respetivo orçamento.

Cláusula 2ª

Condições

A obra será executada de acordo com o projeto aprovado pela Câmara Municipal que consta do respetivo processo administrativo.

Cláusula 3ª

(Recursos financeiros)

1 - Para a prossecução do objeto definido na cláusula 1ª e a sua execução nos termos previstos na cláusula 2ª, é concedida, pelo **MUNICÍPIO** à **FREGUESIA**, uma verba de 67.399,62 €, à qual acresce a importância de 3.145,29 €, correspondente ao IVA, perfazendo o total de **70.544,91 €** (*setenta mil quinhentos quarenta e quatro euros e noventa e um cêntimos*), por conta da delegação efetuada.

2 – A referida verba será processada mensalmente, em conformidade com o valor de obra executada nesse período, tendo em vista a sua transferência para a **FREGUESIA**.

3 - Sem prejuízo do disposto no ponto 1, o montante da verba a conceder poderá ser, desde que devidamente fundamentado e justificado, objeto de acertos financeiros.

4 - Repartição de encargos:

Ano de 2016 – 20.000,00 €

Ano de 2017 – 50.544,91 €

Cláusula 4ª
Recursos humanos

Não são afetos recursos humanos à execução do presente contrato por não ter sido considerado necessário.

Cláusula 5ª
Recursos patrimoniais

Não são afetos recursos patrimoniais à execução do presente contrato por não ter sido considerado necessário.

Cláusula 6ª
Prazo

1 - O prazo de execução da obra é de 180 dias.

2 - A Junta de Freguesia deverá comunicar à Câmara Municipal, com antecedência de 8 dias, o início dos trabalhos, bem como da sua conclusão.

Cláusula 7.ª
Obrigações do MUNICÍPIO

No âmbito do presente contrato de delegação de competências, o **MUNICÍPIO** obriga-se a:

- a) Prestar acompanhamento técnico à **FREGUESIA**,
- b) Designar um representante para a verificação do modo de cumprimento do contrato e apoio técnico;
- d) Elaborar autos de medição de forma regular e mensal referente à execução da obra, objeto das competências delegadas, que serão remetidos à **FREGUESIA**.

Cláusula 8.ª
Obrigações da FREGUESIA

1 - No âmbito do presente contrato de delegação de competências, a **FREGUESIA** fica obrigada a:

- a) Cumprir rigorosamente as condições constantes do projeto, cabendo-lhe a responsabilidade pela sua execução em conformidade com as regras legalmente aplicáveis;
- b) Designar um representante para a verificação do modo de cumprimento do contrato e acompanhamento técnico, de acordo com a Lei nº 31/2009 de 3 de Julho.
- c) Informar O **MUNICÍPIO** do início da obra com antecedência mínima de oito dias, bem como das eventuais suspensões e reinício dos trabalhos.
- d) Cumprir todas as orientações e normas técnicas, legais e regulamentares relacionadas com a execução da obra, designadamente publicitando a execução da obra, sob a forma de aviso, segundo modelo indicado pela Câmara, a colocar no local de execução de forma bem visível da via pública, no prazo de cinco dias antes de iniciar as obras.

Cláusula 9.ª
Obrigações adicionais

Para uma articulação permanente entre o **MUNICÍPIO** e a **FREGUESIA**, no âmbito da execução deste contrato, podem os representantes indicados por ambas reunir-se mensalmente, ou sempre que necessário.

Cláusula 10.ª
Informação a disponibilizar pela FREGUESIA

1 - Serão elaborados pela **FREGUESIA** os seguintes relatórios:

- a) Relatório Trimestral de Acompanhamento, que deve ser acompanhado dos respetivos documentos de despesa referentes aos recursos financeiros disponibilizados pelo **MUNICÍPIO**;
- b) Relatório de Avaliação, que deve ser entregue no final da obra.
- c) Autos de receção provisória e definitiva da obra, com parecer favorável dos serviços técnicos do **MUNICÍPIO**.

2 - O **MUNICÍPIO** pode, ainda, solicitar outros relatórios adicionais que visem uma melhor compreensão da satisfação do interesse público

Cláusula 11.ª
Ocorrências e emergências

A **FREGUESIA** deve comunicar ao **MUNICÍPIO**, imediatamente, por contacto pessoal e por escrito, qualquer anomalia que afete ou possa afetar de forma significativa o cumprimento do objeto do presente contrato.

Cláusula 12.ª

Verificação do cumprimento do objeto do contrato

1 - O **MUNICÍPIO** pode verificar o cumprimento do objeto do contrato pela **FREGUESIA**, mediante a realização de vistorias e inspeções, bem como exigir-lhe informações e documentos que julgue necessários.

2 - As determinações do **MUNICÍPIO** emitidas no âmbito da verificação do cumprimento desse contrato são imediatamente aplicáveis e vinculam a **FREGUESIA**, devendo esta proceder à correção das situações em conformidade com aquelas.

Cláusula 13.ª

Modificação do contrato

1 - O presente contrato pode ser modificado por acordo das partes outorgantes, sempre que se verifique uma alteração anormal e imprevisível das circunstâncias em que as partes outorgantes fundaram a decisão de contratar a delegação de competências objeto do presente contrato ou que assim o imponham razões de interesse público, desde que devidamente fundamentadas.

2 - A modificação do contrato obedece a forma escrita.

Cláusula 14.ª

Suspensão do contrato

1 - A execução das prestações que constituem o objeto do presente contrato pode ser, total ou parcialmente, suspensa com os seguintes fundamentos:

a) Impossibilidade temporária de cumprimento do contrato, designadamente em virtude de mora de um dos Outorgantes na disponibilização de meios ou bens necessários à sua execução;

b) Por razões de relevante interesse público, devidamente fundamentadas.

2 - Quando a suspensão seja fundamentada nos termos da alínea *b)* do número anterior, os outorgantes devem, com as devidas adaptações, demonstrar o preenchimento dos requisitos previstos nas alíneas *a)* a *e)* do n.º 3 do artigo 115.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Cláusula 15.ª

Resolução pelas Partes Outorgantes

1 - Sem prejuízo dos fundamentos gerais de resolução do contrato, as partes outorgantes podem resolver o presente contrato quando se verifique:

a) Incumprimento definitivo por facto imputável a um dos outorgantes;

b) Por razões de relevante interesse público devidamente fundamentado.

2 - Quando a resolução seja fundamentada nos termos da alínea b) do número anterior, a Primeira Outorgante deve demonstrar o preenchimento dos requisitos previstos nas alíneas a) a e) do n.º 3 do artigo 115.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Cláusula 16.ª

Revogação

1 - As Partes podem, por mútuo acordo, revogar o presente contrato de delegação de competências.

2 - A revogação obedece a forma escrita.

Cláusula 17.ª

Comunicações e notificações

1 - Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as Partes do contrato, estas deverão ser dirigidas, através de correio eletrónico, com aviso de receção e leitura para o respetivo endereço eletrónico identificado neste contrato.

2 - Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deverá ser comunicada à outra parte.

Cláusula 18.ª

Entrada em vigor

O presente contrato entra em vigor no dia da sua assinatura.

Cláusula 19.ª

Publicidade

Este contrato é publicitado no sítio da *internet* do Município de Braga.

Cláusula 20ª

Cabimento e compromisso

A despesa relativa a este contrato encontra-se cabimentada pelas propostas de cabimento nº --
-----, correspondendo-lhe as requisições externas de despesa com os compromissos
nº-----.

Cláusula 21ª

Disposições legais aplicáveis

1 - Na execução do presente contrato de delegação de competências, observar-se-ão:

a) o respetivo clausulado b) a Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

2 - Subsidiariamente, observar-se-ão, ainda:

- a) As disposições constantes do Código dos Contratos Públicos, em especial a sua Parte III;
- b) O Código do Procedimento Administrativo.

Arquiva-se no maço de documentos:

- a) As referidas deliberações da Assembleia Municipal, da Câmara Municipal, da Assembleia de Freguesia e da Junta de Freguesia;
- b) O mencionado Mapa contendo as verbas a transferir para a **FREGUESIA**;
- c) Os identificados documentos de cabimento e compromisso.

Pelo segundo outorgante foram exibidas:

- a) Uma certidão comprovativa em como a sua representada tem a situação regularizada relativamente a impostos devidos ao Estado, emitida em -----de ----- de 2016 pelo --º Serviço de Finanças de Braga;
- b) Uma declaração comprovativa em como a sua representada tem a situação contributiva regularizada para com a Segurança Social, emitida automaticamente pelo Serviço Segurança Social Direta em -----de ----- de 2016.

Para constar se lavrou o presente contrato em duplicado, ficando um exemplar para cada uma das partes.

Braga, 8 de Setembro de 2016

O Presidente da Câmara Municipal de Braga

**O Presidente da Junta da União de Freguesias de
Cabreiros e Passos (S. Julião)**



BRAGA
Município

DAF - DIVISÃO DE APOIO ÀS FREGUESIAS

Ofício n.º E/5371/BU/2016

Assunto: Alargamento e Pavimentação da Rua Corga-Sacota - Cabreiros

Freguesia: UF de Cabreiros e Passos S. Julião

Informação do Coordenador da DAF	Informação do Adjunto do Sr. Vereador
<p>A UF de Cabreiros e Passos S. Julião apresenta o processo tendo em vista a requalificação da Rua da Sacota, em Cabreiros. Esta obra pretende melhorar substancialmente a referida rua.</p> <p>O projeto apresentado está elaborado de acordo com as normas técnicas em vigor pelo que tem condições de ser aprovado.</p> <p>O valor da obra foi calculado em 70.544,91€, com IVA incluído, considerando-se correntes os preços unitários dos diferentes trabalhos.</p> <p>Posteriormente, caso haja concordância superior, será preparado um Contrato Interadministrativo, à UF de Cabreiros e Passos S. Julião para aprovação em reunião de Câmara e de Assembleia Municipal de acordo com a Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro.</p> <p>À consideração superior,</p> <p>Braga, 7 de Setembro de 2016</p> <p><i>[Assinatura]</i></p> <p>À Sr. Eng. Francisco Marques para elaboração do respetivo contrato interadministrativo 08.09.2016 <i>[Assinatura]</i></p> <p>De remeter à DE para cabimento e submeter à reunião do executivo. 08.09.2016 <i>[Assinatura]</i></p>	<p>A obra em apreço está contemplada no Plano 2016 do Município, pelo que deverá merecer a aprovação e a sua delegação na Junta da União de Freguesias de Cabreiros e Passos S. Julião, através de um contrato interadministrativo a submeter à apreciação do executivo e, consequentemente, à aprovação da Assembleia Municipal.</p> <p>À consideração superior 07.09.2016 <i>[Assinatura]</i></p> <p>Despacho do Sr. Vereador</p> <p>De acodr. Gbrz prov. 12 - Plano para o ano de 2016, foram me submeter e apreciação do Executivo Municipal para delegação de contrato interadministrativo de referida UF de Cabreiros e S. Julião de Passos.</p> <p>4 - ao N.º 07.09.2016</p> <p>Despacho do Sr. Presidente da Câmara</p>

REQUISIÇÃO : 2016016/273 (DIVISÃO DE APOIO ÀS FREGUESIAS)
Data : 2016-09-12

2266

CABREIROS E PASSOS (S.JULIÃO)
AVª DE S.MIGUEL, Nº1
BRAGA
4705-383 CABREIROS - BRG
PORTUGAL

Contribuinte: 510835260

Cabimento: 2016016/273 a 2016-09-12

Braga, 2016-09-12

Código de Produto/Conta	Data de Entrega	Designação	U.C.	Quantidade	Preço	Desc%	I.V.A.	Valor
691362	2016-09-12	OBRAS E MELHORAM.FREGUESIAS	----	1,000	20000,00000	0		20 000,00
		P/DELEG.COMP						
		Data Órgão Económica						
		2016-09-12 01 0805010202						
					166 866,29			20 000,00

Incidência	Taxa	Valor de Iva	Sub-Total	Valor IVA	Valor total
20 000,00	0,00	0,00	20 000,00	0,00	20 000,00

Observações:

ALARGAMENTO E PAVIMENTAÇÃO DAS RUAS DA CORGA E SACOTA -CABREIROS

Condições de pagamento :

Local de entrega : CONTRATO INTERADMINISTRATIVO

Divisão de Contabilidade
Planeamento e Controlo de Gestão

NIF: 506 901 173

Praça Municipal, 4704-514 Braga

Telefone: 253 203 150 - Fax: 253 613 387

e-mail: municipe@cm-braga.pt

Contrato: 2016016/10

CABREIROS E PASSOS (S.JULIÃO)
AVª DE S.MIGUEL, Nº1
BRAGA
4705-383 CABREIROS - BRG

NIP: 510835260

Ano	Código	Designação	Entrega	Quantidade	Unid	Preço unitário	T IVA	Dsc
2016	C 691362	OBRAS E MELHORAM.FREGUESIAS P/DELEG.COMP	12/09/2016	1,000000	----	20 000,0000	0 M99	
2017	C 691362	OBRAS E MELHORAM.FREGUESIAS P/DELEG.COMP	12/09/2017	1,000000	----	50 544,9100	0 M99	

CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA UNIÃO DE FREGUESIAS DE MORREIRA E TRANDEIRAS.

PRIMEIRO OUTORGANTE: RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO, casado, natural da freguesia de Braga S. João do Souto, concelho de Braga, com domicílio profissional nos Paços do Concelho, sito na Praça do Município desta cidade, intervindo em representação do **MUNICÍPIO DE BRAGA** na qualidade de Presidente da respetiva Câmara Municipal, pessoa coletiva de direito público nº 506 901 173, com sede na morada acima referida, adiante designado *por* **MUNICÍPIO**.

SEGUNDO OUTORGANTE: MANUEL AZEVEDO MARTINS, intervindo em representação da **FREGUESIA DE MORREIRA E TRANDEIRAS**, pessoa coletiva de direito público nº 510 838 146, com sede na Rua de S. Miguel, nº 26 – 4705-488 MORREIRA, adiante designada *por* **FREGUESIA**.

Considerando que:

- 1 - A concretização da delegação de competências visa a promoção da coesão territorial, o reforço da solidariedade inter-regional, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis, conforme preceituado pelo art.º 118º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;
- 2 - O **MUNICÍPIO**, por força do disposto na alínea d) do n.º 2 do artigo 23.º do Anexo I da referida Lei nº 75/2013, dispõe de atribuições no domínio social, do equipamento rural e urbano, promoção do desenvolvimento, entre outras e a Câmara Municipal dispõe de competências próprias, designadamente, em matéria de criação, construção de equipamentos, serviços e redes de circulação, conforme estabelecido na alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º do mesmo diploma legal,
- 3 - Da conjugação do disposto no n.º 2 do artigo 117.º com o artigo 131.º, ambos do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, os municípios, através dos seus órgãos, podem delegar competências nos órgãos das freguesias para a prossecução das suas atribuições em todos os domínios dos interesses próprios das populações, em especial no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e do apoio direto às comunidades locais;
- 4 - De acordo com os estudos que têm sido promovidos pelo **MUNICÍPIO** esta competência fica melhor acautelada se delegada na freguesia, em virtude de se encontrar mais perto da população e, por isso, melhor conhecedora das necessidades desta;
- 5 - Que a concretização da delegação de competências, materializada no presente contrato, respeita os princípios estabelecidos no art.º 135º da referida Lei nº 75/2013, bem como os

demais princípios que devem reger a negociação, a celebração, a execução e a cessação dos contratos, concretamente a estabilidade, a prossecução do interesse público, a continuidade da prestação do serviço público e a necessidade e suficiência dos recursos, constantes do art.º 121.º do mesmo diploma legal;

6 - Por força do disposto na alínea l) do n.º 1 do artigo 33.º da referida Lei nº 75/2013, conjugado com a alínea i) do nº 1, do art.º 16º do mesmo diploma legal, a Câmara Municipal de Braga preparou, com a **Freguesia de Morreira e Trandeiras**, o presente contrato de delegação de competências;

Entre os representados de ambos os outorgantes, e nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 120.º conjugado com o artigo 131.º da referida Lei nº 75/2013, é celebrado o presente contrato interadministrativo de delegação de competências, que se rege pelas cláusulas seguintes, e cuja minuta foi aprovada pela Assembleia Municipal, em sessão de----- de -----de 2016, sob proposta da Câmara Municipal, aprovada em reunião de -----de -----de 2016 e pela Assembleia de Freguesia de Morreira e Trandeiras, em sessão de----- de ----- de 2016, sob proposta da respetiva Junta de Freguesia aprovada em reunião de ----- de ----- de 2016.

Cláusula 1ª

Objeto

O presente contrato tem por objeto a delegação de competências na **Freguesia de Morreira e Trandeiras**, para a execução da obra denominada “**PAVIMENTAÇÃO DA RUA DE SANTA MARTA - Morreira**”, prevista no plano de atividades para o ano em curso e dotada no respetivo orçamento.

Cláusula 2ª

Condições

A obra será executada de acordo com o projeto aprovado pela Câmara Municipal que consta do respetivo processo administrativo.

Cláusula 3ª

(Recursos financeiros)

1 - Para a prossecução do objeto definido na cláusula 1ª e a sua execução nos termos previstos na cláusula 2ª, é concedida, pelo **MUNICÍPIO** à **FREGUESIA**, uma verba de 7.560,00 €, à qual acresce a importância de 453,60 €, correspondente ao IVA, perfazendo o total de **8.013,60 €** (*oito mil e treze euros e sessenta cêntimos*), por conta da delegação efetuada.

2 – A referida verba será processada mensalmente, em conformidade com o valor de obra executada nesse período, tendo em vista a sua transferência para a **FREGUESIA**.

3 - Sem prejuízo do disposto no ponto 1, o montante da verba a conceder poderá ser, desde que devidamente fundamentado e justificado, objeto de acertos financeiros.

Cláusula 4ª

Recursos humanos

Não são afetos recursos humanos à execução do presente contrato por não ter sido considerado necessário.

Cláusula 5ª

Recursos patrimoniais

Não são afetos recursos patrimoniais à execução do presente contrato por não ter sido considerado necessário.

Cláusula 6ª

Prazo

1 - O prazo de execução da obra é de 30 dias.

2 - A Junta de Freguesia deverá comunicar à Câmara Municipal, com antecedência de 8 dias, o início dos trabalhos, bem como da sua conclusão.

Cláusula 7ª

Obrigações do MUNICÍPIO

No âmbito do presente contrato de delegação de competências, o **MUNICÍPIO** obriga-se a:

- a) Prestar acompanhamento técnico à **FREGUESIA**,
- b) Designar um representante para a verificação do modo de cumprimento do contrato e apoio técnico;
- d) Elaborar autos de medição de forma regular e mensal referente à execução da obra, objeto das competências delegadas, que serão remetidos à **FREGUESIA**.

Cláusula 8ª

Obrigações da FREGUESIA

1 - No âmbito do presente contrato de delegação de competências, a **FREGUESIA** fica obrigada a:

- a) Cumprir rigorosamente as condições constantes do projeto, cabendo-lhe a responsabilidade pela sua execução em conformidade com as regras legalmente aplicáveis;

- b) Designar um representante para a verificação do modo de cumprimento do contrato e acompanhamento técnico, de acordo com a Lei nº 31/2009 de 3 de Julho.
- c) Informar O **MUNICÍPIO** do início da obra com antecedência mínima de oito dias, bem como das eventuais suspensões e reinício dos trabalhos.
- d) Cumprir todas as orientações e normas técnicas, legais e regulamentares relacionadas com a execução da obra, designadamente publicitando a execução da obra, sob a forma de aviso, segundo modelo indicado pela Câmara, a colocar no local de execução de forma bem visível da via pública, no prazo de cinco dias antes de iniciar as obras.

Cláusula 9.^a
Obrigações adicionais

Para uma articulação permanente entre o **MUNICÍPIO** e a **FREGUESIA**, no âmbito da execução deste contrato, podem os representantes indicados por ambas reunir-se mensalmente, ou sempre que necessário.

Cláusula 10.^a
Informação a disponibilizar pela FREGUESIA

1 - Serão elaborados pela **FREGUESIA** os seguintes relatórios:

- a) Relatório Trimestral de Acompanhamento, que deve ser acompanhado dos respetivos documentos de despesa referentes aos recursos financeiros disponibilizados pelo **MUNICÍPIO**;
- b) Relatório de Avaliação, que deve ser entregue no final da obra.
- c) Autos de receção provisória e definitiva da obra, com parecer favorável dos serviços técnicos do **MUNICÍPIO**.

2 - O **MUNICÍPIO** pode, ainda, solicitar outros relatórios adicionais que visem uma melhor compreensão da satisfação do interesse público

Cláusula 11.^a
Ocorrências e emergências

A **FREGUESIA** deve comunicar ao **MUNICÍPIO**, imediatamente, por contacto pessoal e por escrito, qualquer anomalia que afete ou possa afetar de forma significativa o cumprimento do objeto do presente contrato.

Cláusula 12.ª

Verificação do cumprimento do objeto do contrato

1 - O **MUNICÍPIO** pode verificar o cumprimento do objeto do contrato pela **FREGUESIA**, mediante a realização de vistorias e inspeções, bem como exigir-lhe informações e documentos que julgue necessários.

2 - As determinações do **MUNICÍPIO** emitidas no âmbito da verificação do cumprimento desse contrato são imediatamente aplicáveis e vinculam a **FREGUESIA**, devendo esta proceder à correção das situações em conformidade com aquelas.

Cláusula 13.ª

Modificação do contrato

1 - O presente contrato pode ser modificado por acordo das partes outorgantes, sempre que se verifique uma alteração anormal e imprevisível das circunstâncias em que as partes outorgantes fundaram a decisão de contratar a delegação de competências objeto do presente contrato ou que assim o imponham razões de interesse público, desde que devidamente fundamentadas.

2 - A modificação do contrato obedece a forma escrita.

Cláusula 14.ª

Suspensão do contrato

1 - A execução das prestações que constituem o objeto do presente contrato pode ser, total ou parcialmente, suspensa com os seguintes fundamentos:

a) Impossibilidade temporária de cumprimento do contrato, designadamente em virtude de mora de um dos Outorgantes na disponibilização de meios ou bens necessários à sua execução;

b) Por razões de relevante interesse público, devidamente fundamentadas.

2 - Quando a suspensão seja fundamentada nos termos da alínea b) do número anterior, os outorgantes devem, com as devidas adaptações, demonstrar o preenchimento dos requisitos previstos nas alíneas a) a e) do n.º 3 do artigo 115.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Cláusula 15.ª

Resolução pelas Partes Outorgantes

1 - Sem prejuízo dos fundamentos gerais de resolução do contrato, as partes outorgantes podem resolver o presente contrato quando se verifique:

a) Incumprimento definitivo por facto imputável a um dos outorgantes;

b) Por razões de relevante interesse público devidamente fundamentado.

2 - Quando a resolução seja fundamentada nos termos da alínea b) do número anterior, a Primeira Outorgante deve demonstrar o preenchimento dos requisitos previstos nas alíneas a) a e) do n.º 3 do artigo 115.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Cláusula 16.ª

Revogação

1 - As Partes podem, por mútuo acordo, revogar o presente contrato de delegação de competências.

2 - A revogação obedece a forma escrita.

Cláusula 17.ª

Comunicações e notificações

1 - Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as Partes do contrato, estas deverão ser dirigidas, através de correio eletrónico, com aviso de receção e leitura para o respetivo endereço eletrónico identificado neste contrato.

2 - Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deverá ser comunicada à outra parte.

Cláusula 18.ª

Entrada em vigor

O presente contrato entra em vigor no dia da sua assinatura.

Cláusula 19.ª

Publicidade

Este contrato é publicitado no sítio da *internet* do Município de Braga.

Cláusula 20ª

Cabimento e compromisso

A despesa relativa a este contrato encontra-se cabimentada pelas propostas de cabimento nº --
-----, correspondendo-lhe as requisições externas de despesa com os compromissos
nº-----.

Cláusula 21ª

Disposições legais aplicáveis

1 - Na execução do presente contrato de delegação de competências, observar-se-ão:

a) o respetivo clausulado b) a Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

2 - Subsidiariamente, observar-se-ão, ainda:

- a) As disposições constantes do Código dos Contratos Públicos, em especial a sua Parte III;
- b) O Código do Procedimento Administrativo.

Arquiva-se no maço de documentos:

- a) As referidas deliberações da Assembleia Municipal, da Câmara Municipal, da Assembleia de Freguesia e da Junta de Freguesia;
- b) O mencionado Mapa contendo as verbas a transferir para a **FREGUESIA**;
- c) Os identificados documentos de cabimento e compromisso.

Pelo segundo outorgante foram exibidas:

- a) Uma certidão comprovativa em como a sua representada tem a situação regularizada relativamente a impostos devidos ao Estado, emitida em -----de ----- de 2016 pelo --º Serviço de Finanças de Braga;
- b) Uma declaração comprovativa em como a sua representada tem a situação contributiva regularizada para com a Segurança Social, emitida automaticamente pelo Serviço Segurança Social Direta em -----de ----- de 2016.

Para constar se lavrou o presente contrato em duplicado, ficando um exemplar para cada uma das partes.

Braga, 8 de Setembro de 2016

O Presidente da Câmara Municipal de Braga

**O Presidente da Junta da União de Freguesias de
Morreira e Trandeiras**



BRAGA
Município

DAF - DIVISÃO DE APOIO ÀS FREGUESIAS

Ofício n.º PED/11503/2016

Assunto: Pavimentação da Rua da St.ª Marta – Morreira
Pedido de apoio

Freguesia: UF de Morreira e Trandeiras

Informação do Coordenador da DAF	Informação do Adjunto do Sr. Vereador
<p>A UF de Morreira e Trandeiras vem pelo presente ofício solicitar apoio para o material gasto na pavimentação da Rua da Santa Marta, na Morreira (ver fotos em anexo).</p> <p>Para procedimento em conformidade com o solicitado pela UF da Morreira e Trandeiras, o custo de aquisição dos 840,00 m² (140,00 x 6,00m²) de calçada e respetivo areão de assentamento importa em 8 013,60€ com IVA.</p> <p>À consideração superior,</p> <p>Braga, 30 de Agosto de 2016</p> <p><i>[Assinatura]</i></p> <p>Proceder em conformidade com o despacho do Sr. Vice-Presidente. 05.09.2016 <i>[Assinatura]</i></p> <p>À DAF-Secretaria (Sra. Cunha)</p> <p>Proceder à elaboração da proposta de apoio financeiro.</p> <p>2016.09.06 <i>[Assinatura]</i></p> <p>De remeter a DE para cobrimos e submeter a reunião do executivo. 06.09.2016 <i>[Assinatura]</i></p>	<p>Na obra em apreço, a junta da freguesia solicitou o paralelo para o calçamento da St.ª Marta e, antes de qualquer decisão, avançou com a obra, apresentando-a como um facto consumado. Não obstante tratar-se de uma atitude aprovável, julgo de aprovar a respetiva comparticipação, atribuindo um apoio financeiro à junta da União de Freguesias de Morreira e Trandeiras.</p> <p>A Consideração Superior. 02.09.2016 <i>[Assinatura]</i></p> <p>Despacho do Sr. Vereador</p> <p>Deve a JF em convicção para a comunicação formal do ofício proposto (apelo financeiro) e transmitir por o facto consumado <u>NÃO DOE</u> seu modelo a seguir.</p> <p>Posteriormente propor a reunião do Executivo Municipal ou a reunião pública, o ofício proposto</p> <p>UF de Morreira 02.09.2016 <i>[Assinatura]</i></p> <p>Despacho do Sr. Presidente da Câmara</p> <p>At. Excmo. Senhor 16.09.12 <i>[Assinatura]</i></p>

REQUISIÇÃO : 2016016/234 (DIVISÃO DE APOIO ÀS FREGUESIAS)
Data : 2016-09-09

2276

MORREIRA E TRANDEIRAS
RUA DE S. MIGUEL, N° 26
MORREIRA
4700-488 BRAGA
PORTUGAL

Contribuinte: 510838146

Braga, 2016-09-12

Cabimento: 2016016/234 a 2016-09-12

Código de	Data de	Designação	U.C.	Quantidade	Preço	Desc%	I.V.A.	Valor
Produto/Conta	Entrega							
691362	2016-09-09	OBRAS E MELHORAM.FREGUESIAS	----	1,000	8013,60000	0		8 013,60
		P/DELEG.COMP						
		Data Órgão Económica			Valor			
		2016-09-12 01 0805010202		10 085,73				8 013,60

Incidência	Taxa	Valor de Iva	Sub-Total	Valor IVA	Valor total
8 013,60	0,00	0,00	8 013,60	0,00	8 013,60

Observações:

PAVIMENTAÇÃO DA RUA DE SANTA MARTA - MORREIRA

Condições de pagamento :

Local de entrega : CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS

Divisão de Contabilidade
Planeamento e Controlo de Gestão

NIF: 506 901 173

Praça Municipal, 4704-514 Braga

Telefone: 253 203 150 - Fax: 253 613 387

e-mail: municipe@cm-braga.pt

CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA UNIÃO DE FREGUESIAS DE SANTA LUCRÉCIA DE ALGERIZ E NAVARRA

PRIMEIRO OUTORGANTE: RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO, casado, natural da freguesia de Braga S. João do Souto, concelho de Braga, com domicílio profissional nos Paços do Concelho, sito na Praça do Município desta cidade, intervindo em representação do **MUNICÍPIO DE BRAGA** na qualidade de Presidente da respetiva Câmara Municipal, pessoa coletiva de direito público nº 506 901 173, com sede na morada acima referida, adiante designado *por* **MUNICÍPIO**.

SEGUNDO OUTORGANTE: MÁRIO JOSÉ REIS VIEIRA, intervindo em representação da **FREGUESIA DE SANTA LUCRÉCIA DE ALGERIZ E NAVARRA**, pessoa coletiva de direito público nº 510 839 541, com sede na Avenida de S. Tiago, nº 2 – 4710-741 SANTA LUCRÉCIA DE ALGERIZ, adiante designada *por* **FREGUESIA**.

Considerando que:

- 1 - A concretização da delegação de competências visa a promoção da coesão territorial, o reforço da solidariedade inter-regional, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis, conforme preceituado pelo art.º 118º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;
- 2 - O **MUNICÍPIO**, por força do disposto na alínea d) do n.º 2 do artigo 23.º do Anexo I da referida Lei nº 75/2013, dispõe de atribuições no domínio social, do equipamento rural e urbano, promoção do desenvolvimento, entre outras e a Câmara Municipal dispõe de competências próprias, designadamente, em matéria de criação, construção de equipamentos, serviços e redes de circulação, conforme estabelecido na alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º do mesmo diploma legal,
- 3 - Da conjugação do disposto no n.º 2 do artigo 117.º com o artigo 131.º, ambos do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, os municípios, através dos seus órgãos, podem delegar competências nos órgãos das freguesias para a prossecução das suas atribuições em todos os domínios dos interesses próprios das populações, em especial no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e do apoio direto às comunidades locais;
- 4 - De acordo com os estudos que têm sido promovidos pelo **MUNICÍPIO** esta competência fica melhor acautelada se delegada na freguesia, em virtude de se encontrar mais perto da população e, por isso, melhor conhecedora das necessidades desta;
- 5 - Que a concretização da delegação de competências, materializada no presente contrato, respeita os princípios estabelecidos no art.º 135º da referida Lei nº 75/2013, bem como os

demaís princípios que devem reger a negociação, a celebração, a execução e a cessação dos contratos, concretamente a estabilidade, a prossecução do interesse público, a continuidade da prestação do serviço público e a necessidade e suficiência dos recursos, constantes do art.º 121.º do mesmo diploma legal;

6 - Por força do disposto na alínea l) do n.º 1 do artigo 33.º da referida Lei nº 75/2013, conjugado com a alínea i) do n.º 1, do art.º 16º do mesmo diploma legal, a Câmara Municipal de Braga preparou, com a **Freguesia de Santa Lucrécia de Algeriz e Navarra**, o presente contrato de delegação de competências;

Entre os representados de ambos os outorgantes, e nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 120.º conjugado com o artigo 131.º da referida Lei nº 75/2013, é celebrado o presente contrato interadministrativo de delegação de competências, que se rege pelas cláusulas seguintes, e cuja minuta foi aprovada pela Assembleia Municipal, em sessão de----- de -----de 2016, sob proposta da Câmara Municipal, aprovada em reunião de -----de -----de 2016 e pela Assembleia de Freguesia de Santa Lucrécia de Algeriz e Navarra, em sessão de----- de ----- de 2016, sob proposta da respetiva Junta de Freguesia aprovada em reunião de ----- de ----- de 2016.

Cláusula 1ª

Objeto

O presente contrato tem por objeto a delegação de competências na **Freguesia de Santa Lucrécia de Algeriz e Navarra**, para a execução da obra denominada “**RUA DE ACESSO À CAPELA DE SANTA CATARINA – Santa Lucrécia de Algeriz**”, prevista no plano de atividades para o ano em curso e dotada no respetivo orçamento.

Cláusula 2ª

Condições

A obra será executada de acordo com o projeto aprovado pela Câmara Municipal que consta do respetivo processo administrativo.

Cláusula 3ª

(Recursos financeiros)

1 - Para a prossecução do objeto definido na cláusula 1ª e a sua execução nos termos previstos na cláusula 2ª, é concedida, pelo **MUNICÍPIO** à **FREGUESIA**, uma verba de 73.170,71 €, à qual acresce a importância de 3.145,29 €, correspondente ao IVA, perfazendo o total de **76.316,00 €** (*setenta e seis mil trezentos e dezasseis euros*), por conta da delegação efetuada.

2 – A referida verba será processada mensalmente, em conformidade com o valor de obra executada nesse período, tendo em vista a sua transferência para a **FREGUESIA**.

3 - Sem prejuízo do disposto no ponto 1, o montante da verba a conceder poderá ser, desde que devidamente fundamentado e justificado, objeto de acertos financeiros.

4 - Repartição de encargos:

Ano de 2016 – 20.000,00 €

Ano de 2017 – 56.316,00 €

Cláusula 4ª
Recursos humanos

Não são afetos recursos humanos à execução do presente contrato por não ter sido considerado necessário.

Cláusula 5ª
Recursos patrimoniais

Não são afetos recursos patrimoniais à execução do presente contrato por não ter sido considerado necessário.

Cláusula 6ª
Prazo

1 - O prazo de execução da obra é de 180 dias.

2 - A Junta de Freguesia deverá comunicar à Câmara Municipal, com antecedência de 8 dias, o início dos trabalhos, bem como da sua conclusão.

Cláusula 7.ª
Obrigações do MUNICÍPIO

No âmbito do presente contrato de delegação de competências, o **MUNICÍPIO** obriga-se a:

- a) Prestar acompanhamento técnico à **FREGUESIA**,
- b) Designar um representante para a verificação do modo de cumprimento do contrato e apoio técnico;
- d) Elaborar autos de medição de forma regular e mensal referente à execução da obra, objeto das competências delegadas, que serão remetidos à **FREGUESIA**.

Cláusula 8.ª
Obrigações da FREGUESIA

1 - No âmbito do presente contrato de delegação de competências, a **FREGUESIA** fica obrigada a:

- a) Cumprir rigorosamente as condições constantes do projeto, cabendo-lhe a responsabilidade pela sua execução em conformidade com as regras legalmente aplicáveis;
- b) Designar um representante para a verificação do modo de cumprimento do contrato e acompanhamento técnico, de acordo com a Lei nº 31/2009 de 3 de Julho.
- c) Informar O **MUNICÍPIO** do início da obra com antecedência mínima de oito dias, bem como das eventuais suspensões e reinício dos trabalhos.
- d) Cumprir todas as orientações e normas técnicas, legais e regulamentares relacionadas com a execução da obra, designadamente publicitando a execução da obra, sob a forma de aviso, segundo modelo indicado pela Câmara, a colocar no local de execução de forma bem visível da via pública, no prazo de cinco dias antes de iniciar as obras.

Cláusula 9.ª **Obrigações adicionais**

Para uma articulação permanente entre o **MUNICÍPIO** e a **FREGUESIA**, no âmbito da execução deste contrato, podem os representantes indicados por ambas reunir-se mensalmente, ou sempre que necessário.

Cláusula 10.ª **Informação a disponibilizar pela FREGUESIA**

1 - Serão elaborados pela **FREGUESIA** os seguintes relatórios:

- a) Relatório Trimestral de Acompanhamento, que deve ser acompanhado dos respetivos documentos de despesa referentes aos recursos financeiros disponibilizados pelo **MUNICÍPIO**;
- b) Relatório de Avaliação, que deve ser entregue no final da obra.
- c) Autos de receção provisória e definitiva da obra, com parecer favorável dos serviços técnicos do **MUNICÍPIO**.

2 - O **MUNICÍPIO** pode, ainda, solicitar outros relatórios adicionais que visem uma melhor compreensão da satisfação do interesse público

Cláusula 11.ª **Ocorrências e emergências**

A **FREGUESIA** deve comunicar ao **MUNICÍPIO**, imediatamente, por contacto pessoal e por escrito, qualquer anomalia que afete ou possa afetar de forma significativa o cumprimento do objeto do presente contrato.

Cláusula 12.ª

Verificação do cumprimento do objeto do contrato

1 - O **MUNICÍPIO** pode verificar o cumprimento do objeto do contrato pela **FREGUESIA**, mediante a realização de vistorias e inspeções, bem como exigir-lhe informações e documentos que julgue necessários.

2 - As determinações do **MUNICÍPIO** emitidas no âmbito da verificação do cumprimento desse contrato são imediatamente aplicáveis e vinculam a **FREGUESIA**, devendo esta proceder à correção das situações em conformidade com aquelas.

Cláusula 13.ª

Modificação do contrato

1 - O presente contrato pode ser modificado por acordo das partes outorgantes, sempre que se verifique uma alteração anormal e imprevisível das circunstâncias em que as partes outorgantes fundaram a decisão de contratar a delegação de competências objeto do presente contrato ou que assim o imponham razões de interesse público, desde que devidamente fundamentadas.

2 - A modificação do contrato obedece a forma escrita.

Cláusula 14.ª

Suspensão do contrato

1 - A execução das prestações que constituem o objeto do presente contrato pode ser, total ou parcialmente, suspensa com os seguintes fundamentos:

a) Impossibilidade temporária de cumprimento do contrato, designadamente em virtude de mora de um dos Outorgantes na disponibilização de meios ou bens necessários à sua execução;

b) Por razões de relevante interesse público, devidamente fundamentadas.

2 - Quando a suspensão seja fundamentada nos termos da alínea b) do número anterior, os outorgantes devem, com as devidas adaptações, demonstrar o preenchimento dos requisitos previstos nas alíneas a) a e) do n.º 3 do artigo 115.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Cláusula 15.ª

Resolução pelas Partes Outorgantes

1 - Sem prejuízo dos fundamentos gerais de resolução do contrato, as partes outorgantes podem resolver o presente contrato quando se verifique:

a) Incumprimento definitivo por facto imputável a um dos outorgantes;

b) Por razões de relevante interesse público devidamente fundamentado.

2 - Quando a resolução seja fundamentada nos termos da alínea b) do número anterior, a Primeira Outorgante deve demonstrar o preenchimento dos requisitos previstos nas alíneas a) a e) do n.º 3 do artigo 115.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Cláusula 16.ª

Revogação

1 - As Partes podem, por mútuo acordo, revogar o presente contrato de delegação de competências.

2 - A revogação obedece a forma escrita.

Cláusula 17.ª

Comunicações e notificações

1 - Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as Partes do contrato, estas deverão ser dirigidas, através de correio eletrónico, com aviso de receção e leitura para o respetivo endereço eletrónico identificado neste contrato.

2 - Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deverá ser comunicada à outra parte.

Cláusula 18.ª

Entrada em vigor

O presente contrato entra em vigor no dia da sua assinatura.

Cláusula 19.ª

Publicidade

Este contrato é publicitado no sítio da *internet* do Município de Braga.

Cláusula 20ª

Cabimento e compromisso

A despesa relativa a este contrato encontra-se cabimentada pelas propostas de cabimento nº --
-----, correspondendo-lhe as requisições externas de despesa com os compromissos
nº-----.

Cláusula 21ª

Disposições legais aplicáveis

1 - Na execução do presente contrato de delegação de competências, observar-se-ão:

a) o respetivo clausulado b) a Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

2 - Subsidiariamente, observar-se-ão, ainda:

- a) As disposições constantes do Código dos Contratos Públicos, em especial a sua Parte III;
- b) O Código do Procedimento Administrativo.

Arquiva-se no maço de documentos:

- a) As referidas deliberações da Assembleia Municipal, da Câmara Municipal, da Assembleia de Freguesia e da Junta de Freguesia;
- b) O mencionado Mapa contendo as verbas a transferir para a **FREGUESIA**;
- c) Os identificados documentos de cabimento e compromisso.

Pelo segundo outorgante foram exibidas:

- a) Uma certidão comprovativa em como a sua representada tem a situação regularizada relativamente a impostos devidos ao Estado, emitida em ----de ----- de 2016 pelo --º Serviço de Finanças de Braga;
- b) Uma declaração comprovativa em como a sua representada tem a situação contributiva regularizada para com a Segurança Social, emitida automaticamente pelo Serviço Segurança Social Direta em -----de ----- de 2016.

Para constar se lavrou o presente contrato em duplicado, ficando um exemplar para cada uma das partes.

Braga, 12 de Setembro de 2016

O Presidente da Câmara Municipal de Braga

**O Presidente da Junta da União de Freguesias de
Santa Lucrécia de Algeriz e Navarra**



BRAGA
Município

DAF - DIVISÃO DE APOIO ÀS FREGUESIAS

Ofício n.º E/5336/BU/2016

Assunto: Rua de acesso à capela de Santa Catarina - Santa Lucrécia de Algeriz

Freguesia: UF de Santa Lucrécia de Algeriz e Navarra

Informação do Coordenador da DAF	Informação do Adjunto do Sr. Vereador
<p>A UF de Santa Lucrécia de Algeriz e Navarra apresenta o processo tendo em vista a requalificação da Rua de acesso à capela de Santa Catarina, em Santa Lucrécia de Algeriz. Esta obra vai resolver um problema muito antigo, no que se refere às dificuldades de acesso à Capela de Santa Catarina, especialmente na época do Inverno, devido à degradação sistemática do pavimento de terra batida.</p> <p>O projeto apresentado está elaborado de acordo com as normas técnicas em vigor pelo que tem condições de ser aprovado.</p> <p>O valor da obra foi calculado em 76.316,00€, com IVA incluído, considerando-se correntes os preços unitários dos diferentes trabalhos.</p> <p>Posteriormente, caso haja concordância superior, será preparado um Contrato Interadministrativo, à UF de Santa Lucrécia de Algeriz e Navarra para aprovação em reunião de Câmara e de Assembleia Municipal de acordo com a Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro.</p> <p>À consideração superior,</p> <p>Braga, 5 de Setembro de 2016</p> <p><i>Harques</i></p> <p>AO Sr. Eng. Francisco Marques para elaboração do Contrato Inter- administrativo.</p> <p>12.09.2016</p> <p>A DC para calimentar e re- meter à reunião do executivo.</p> <p>12.09.2016</p>	<p>A obra em apreço decorre de uma promessa do Sr. Presidente, aquando da Visita Presidencial a esta União de Freguesias, por considerar absolutamente necessária a sua execução.</p> <p>Assim sendo, julgo de merecer a aprovação e a sua delegação na Junta da União de Freguesias de Santa Lucrécia de Algeriz e Navarra, através de um contrato interadministrativo a submeter à apreciação do executivo e, conseqüentemente, à aprovação da Assembleia Municipal.</p> <p>09.09.2016</p> <p>À consideração superior.</p> <p>Despacho do Sr. Vereador</p> <p>De acordo.</p> <p>Identificando e imputando o valor (para acesso à Capela de Santa Catarina) em o respectivo orçamento, deve a mesma ser aprovada e os valores do mesmo inscritos no orçamento para o ano de 2017.</p> <p>09/09/2016</p> <p>Despacho do Sr. Presidente da Câmara</p> <p>A S do Excmo.</p> <p>16.09.12</p>



BRAGA
Município

REQUISIÇÃO : 2016016/278 (DIVISÃO DE APOIO ÀS FREGUESIAS)
Data : 2016-09-12

2280

SANTA LUCRÉCIA DE ALGERIZ E NAVARRA
AV. DE SÃO TIAGO
BRAGA
4710-750 SANTA LUCRECIA ALGERIZ
PORTUGAL

Contribuinte: 510839541

Braga, 2016-09-12

Cabimento: 2016016/278 a 2016-09-12

(EUR)									
Código de Produto/Conta	Data de Entrega	Designação	U.C.	Quantidade	Preço	Desci	I.V.A.	Valor	
691362	2016-09-12	OBRAS E MELHORAM.FREGUESIAS							
		P/DELEG.COMP		1,000	20000,00000	0		20 000,00	
		Data Órgão Económica	Dotação	Valor					
		2016-09-12 01 0805010202		42 072,13	20 000,00				
		Ano Exercícios futuros	Valor						
		2016 041 EXERCICIO (N+1)			56 316,00				

Incidência	Taxa	Valor de Iva	Sub-Total	Valor total
20 000,00	0,00	0,00	20 000,00	20 000,00
			Valor IVA	0,00
			Valor total	20 000,00

Observações:
Contrato: 2016016/14

Condições de pagamento :
Local de entrega : RUA DE ACESSO À CAPELA DE SANTA CATARINA

Divisão de Contabilidade
Planeamento e Controlo de Gestão

NIF: 506 901 173

Praça Municipal, 4704-514 Braga

Telefone: 253 203 150 - Fax: 253 613 387

e-mail: municipe@cm-braga.pt

Contrato: 2016016/14

SANTA LUCRECIA DE ALGERIZ E NAVARRA
AV. DE SÃO TIAGO
BRAGA
4710-750 SANTA LUCRECIA ALGERIZ

NIF: 510839541

Ano	Código	Designação	Entrega	Quantidade	Unid	Preço unitário	T IVA	Dsc
2016	C 691362	OBRAS E MELHORAM.FREGUESIAS P/DELEG.COMP	12/09/2016	1,000000	----	20 000,0000	0 M99	
2017	C 691362	OBRAS E MELHORAM.FREGUESIAS P/DELEG.COMP	12/09/2017	1,000000	----	56 316,0000	0 M99	

CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA UNIÃO DE FREGUESIAS DE CELEIRÓS, AVELEDA E VIMIEIRO

PRIMEIRO OUTORGANTE: RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO, casado, natural da freguesia de Braga S. João do Souto, concelho de Braga, com domicílio profissional nos Paços do Concelho, sito na Praça do Município desta cidade, intervindo em representação do **MUNICÍPIO DE BRAGA** na qualidade de Presidente da respetiva Câmara Municipal, pessoa coletiva de direito público nº 506 901 173, com sede na morada acima referida, adiante designado *por* **MUNICÍPIO**.

SEGUNDO OUTORGANTE: ANTÓNIO ARAÚJO FONSECA VEIGA, intervindo em representação da **FREGUESIA DE CELEIRÓS, AVELEDA E VIMIEIRO**, pessoa coletiva de direito público nº 510 835 953, com sede na Avenida de Covedêlo, nº 57 – 4705-401 CELEIRÓS BRG, adiante designada *por* **FREGUESIA**.

Considerando que:

- 1 - A concretização da delegação de competências visa a promoção da coesão territorial, o reforço da solidariedade inter-regional, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis, conforme preceituado pelo art.º 118º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;
- 2 - O **MUNICÍPIO**, por força do disposto na alínea d) do n.º 2 do artigo 23.º do Anexo I da referida Lei nº 75/2013, dispõe de atribuições no domínio social, do equipamento rural e urbano, promoção do desenvolvimento, entre outras e a Câmara Municipal dispõe de competências próprias, designadamente, em matéria de criação, construção de equipamentos, serviços e redes de circulação, conforme estabelecido na alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º do mesmo diploma legal,
- 3 - Da conjugação do disposto no n.º 2 do artigo 117.º com o artigo 131.º, ambos do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, os municípios, através dos seus órgãos, podem delegar competências nos órgãos das freguesias para a prossecução das suas atribuições em todos os domínios dos interesses próprios das populações, em especial no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e do apoio direto às comunidades locais;
- 4 - De acordo com os estudos que têm sido promovidos pelo **MUNICÍPIO** esta competência fica melhor acautelada se delegada na freguesia, em virtude de se encontrar mais perto da população e, por isso, melhor conhecedora das necessidades desta;
- 5 - Que a concretização da delegação de competências, materializada no presente contrato, respeita os princípios estabelecidos no art.º 135º da referida Lei nº 75/2013, bem como os

demais princípios que devem reger a negociação, a celebração, a execução e a cessação dos contratos, concretamente a estabilidade, a prossecução do interesse público, a continuidade da prestação do serviço público e a necessidade e suficiência dos recursos, constantes do art.º 121.º do mesmo diploma legal;

6 - Por força do disposto na alínea l) do n.º 1 do artigo 33.º da referida Lei nº 75/2013, conjugado com a alínea i) do nº 1, do art.º 16º do mesmo diploma legal, a Câmara Municipal de Braga preparou, com a **Freguesia de Celeirós, Aveleda e Vimieiro**, o presente contrato de delegação de competências;

Entre os representados de ambos os outorgantes, e nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 120.º conjugado com o artigo 131.º da referida Lei nº 75/2013, é celebrado o presente contrato interadministrativo de delegação de competências, que se rege pelas cláusulas seguintes, e cuja minuta foi aprovada pela Assembleia Municipal, em sessão de----- de ---- de -----de 2016, sob proposta da Câmara Municipal, aprovada em reunião de -----de ----- de 2016 e pela Assembleia de Freguesia de Celeirós, Aveleda e Vimieiro, em sessão de----- de ----- de 2016, sob proposta da respetiva Junta de Freguesia aprovada em reunião de -- ---- de ----- de 2016.

Cláusula 1ª

Objeto

O presente contrato tem por objeto a delegação de competências na **Freguesia de Celeirós, Aveleda e Vimieiro**, para a execução da obra denominada “**REPAVIMENTAÇÃO DA RUA NOVA DAS CORUJEIRAS - Vimieiro**”, prevista no plano de atividades para o ano em curso e dotada no respetivo orçamento.

Cláusula 2ª

Condições

A obra será executada de acordo com o projeto aprovado pela Câmara Municipal que consta do respetivo processo administrativo.

Cláusula 3ª

(Recursos financeiros)

1 - Para a prossecução do objeto definido na cláusula 1ª e a sua execução nos termos previstos na cláusula 2ª, é concedida, pelo **MUNICÍPIO** à **FREGUESIA**, uma verba de 82.784,22 €, à qual acresce a importância de 4.967,05 €, correspondente ao IVA, perfazendo o total de **87.751,27 €** (*oitenta e sete mil setecentos cinquenta e um euros e vinte e sete cêntimos*), por conta da delegação efetuada.

2 – A referida verba será processada mensalmente, em conformidade com o valor de obra executada nesse período, tendo em vista a sua transferência para a **FREGUESIA**.

3 - Sem prejuízo do disposto no ponto 1, o montante da verba a conceder poderá ser, desde que devidamente fundamentado e justificado, objeto de acertos financeiros.

4 - Repartição de encargos:

Ano de 2016 – 20.000,00 €

Ano de 2017 – 67.751,27 €

Cláusula 4ª **Recursos humanos**

Não são afetos recursos humanos à execução do presente contrato por não ter sido considerado necessário.

Cláusula 5ª **Recursos patrimoniais**

Não são afetos recursos patrimoniais à execução do presente contrato por não ter sido considerado necessário.

Cláusula 6ª **Prazo**

1 - O prazo de execução da obra é de 180 dias.

2 - A Junta de Freguesia deverá comunicar à Câmara Municipal, com antecedência de 8 dias, o início dos trabalhos, bem como da sua conclusão.

Cláusula 7ª **Obrigações do MUNICÍPIO**

No âmbito do presente contrato de delegação de competências, o **MUNICÍPIO** obriga-se a:

a) Prestar acompanhamento técnico à **FREGUESIA**,

b) Designar um representante para a verificação do modo de cumprimento do contrato e apoio técnico;

d) Elaborar autos de medição de forma regular e mensal referente à execução da obra, objeto das competências delegadas, que serão remetidos à **FREGUESIA**.

Cláusula 8ª **Obrigações da FREGUESIA**

1 - No âmbito do presente contrato de delegação de competências, a **FREGUESIA** fica obrigada a:

- a) Cumprir rigorosamente as condições constantes do projeto, cabendo-lhe a responsabilidade pela sua execução em conformidade com as regras legalmente aplicáveis;
- b) Designar um representante para a verificação do modo de cumprimento do contrato e acompanhamento técnico, de acordo com a Lei nº 31/2009 de 3 de Julho.
- c) Informar O **MUNICÍPIO** do início da obra com antecedência mínima de oito dias, bem como das eventuais suspensões e reinício dos trabalhos.
- d) Cumprir todas as orientações e normas técnicas, legais e regulamentares relacionadas com a execução da obra, designadamente publicitando a execução da obra, sob a forma de aviso, segundo modelo indicado pela Câmara, a colocar no local de execução de forma bem visível da via pública, no prazo de cinco dias antes de iniciar as obras.

Cláusula 9.ª **Obrigações adicionais**

Para uma articulação permanente entre o **MUNICÍPIO** e a **FREGUESIA**, no âmbito da execução deste contrato, podem os representantes indicados por ambas reunir-se mensalmente, ou sempre que necessário.

Cláusula 10.ª **Informação a disponibilizar pela FREGUESIA**

1 - Serão elaborados pela **FREGUESIA** os seguintes relatórios:

- a) Relatório Trimestral de Acompanhamento, que deve ser acompanhado dos respetivos documentos de despesa referentes aos recursos financeiros disponibilizados pelo **MUNICÍPIO**;
- b) Relatório de Avaliação, que deve ser entregue no final da obra.
- c) Autos de receção provisória e definitiva da obra, com parecer favorável dos serviços técnicos do **MUNICÍPIO**.

2 - O **MUNICÍPIO** pode, ainda, solicitar outros relatórios adicionais que visem uma melhor compreensão da satisfação do interesse público

Cláusula 11.ª **Ocorrências e emergências**

A **FREGUESIA** deve comunicar ao **MUNICÍPIO**, imediatamente, por contacto pessoal e por escrito, qualquer anomalia que afete ou possa afetar de forma significativa o cumprimento do objeto do presente contrato.

Cláusula 12.ª

Verificação do cumprimento do objeto do contrato

1 - O **MUNICÍPIO** pode verificar o cumprimento do objeto do contrato pela **FREGUESIA**, mediante a realização de vistorias e inspeções, bem como exigir-lhe informações e documentos que julgue necessários.

2 - As determinações do **MUNICÍPIO** emitidas no âmbito da verificação do cumprimento desse contrato são imediatamente aplicáveis e vinculam a **FREGUESIA**, devendo esta proceder à correção das situações em conformidade com aquelas.

Cláusula 13.ª

Modificação do contrato

1 - O presente contrato pode ser modificado por acordo das partes outorgantes, sempre que se verifique uma alteração anormal e imprevisível das circunstâncias em que as partes outorgantes fundaram a decisão de contratar a delegação de competências objeto do presente contrato ou que assim o imponham razões de interesse público, desde que devidamente fundamentadas.

2 - A modificação do contrato obedece a forma escrita.

Cláusula 14.ª

Suspensão do contrato

1 - A execução das prestações que constituem o objeto do presente contrato pode ser, total ou parcialmente, suspensa com os seguintes fundamentos:

a) Impossibilidade temporária de cumprimento do contrato, designadamente em virtude de mora de um dos Outorgantes na disponibilização de meios ou bens necessários à sua execução;

b) Por razões de relevante interesse público, devidamente fundamentadas.

2 - Quando a suspensão seja fundamentada nos termos da alínea b) do número anterior, os outorgantes devem, com as devidas adaptações, demonstrar o preenchimento dos requisitos previstos nas alíneas a) a e) do n.º 3 do artigo 115.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Cláusula 15.ª

Resolução pelas Partes Outorgantes

1 - Sem prejuízo dos fundamentos gerais de resolução do contrato, as partes outorgantes podem resolver o presente contrato quando se verifique:

a) Incumprimento definitivo por facto imputável a um dos outorgantes;

b) Por razões de relevante interesse público devidamente fundamentado.

2 - Quando a resolução seja fundamentada nos termos da alínea b) do número anterior, a Primeira Outorgante deve demonstrar o preenchimento dos requisitos previstos nas alíneas a) a e) do n.º 3 do artigo 115.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Cláusula 16.ª

Revogação

1 - As Partes podem, por mútuo acordo, revogar o presente contrato de delegação de competências.

2 - A revogação obedece a forma escrita.

Cláusula 17.ª

Comunicações e notificações

1 - Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as Partes do contrato, estas deverão ser dirigidas, através de correio eletrónico, com aviso de receção e leitura para o respetivo endereço eletrónico identificado neste contrato.

2 - Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deverá ser comunicada à outra parte.

Cláusula 18.ª

Entrada em vigor

O presente contrato entra em vigor no dia da sua assinatura.

Cláusula 19.ª

Publicidade

Este contrato é publicitado no sítio da *internet* do Município de Braga.

Cláusula 20ª

Cabimento e compromisso

A despesa relativa a este contrato encontra-se cabimentada pelas propostas de cabimento nº --
-----, correspondendo-lhe as requisições externas de despesa com os compromissos
nº-----.

Cláusula 21ª

Disposições legais aplicáveis

1 - Na execução do presente contrato de delegação de competências, observar-se-ão:

a) o respetivo clausulado b) a Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

2 - Subsidiariamente, observar-se-ão, ainda:

- a) As disposições constantes do Código dos Contratos Públicos, em especial a sua Parte III;
- b) O Código do Procedimento Administrativo.

Arquiva-se no maço de documentos:

- a) As referidas deliberações da Assembleia Municipal, da Câmara Municipal, da Assembleia de Freguesia e da Junta de Freguesia;
- b) O mencionado Mapa contendo as verbas a transferir para a **FREGUESIA**;
- c) Os identificados documentos de cabimento e compromisso.

Pelo segundo outorgante foram exibidas:

- a) Uma certidão comprovativa em como a sua representada tem a situação regularizada relativamente a impostos devidos ao Estado, emitida em -----de ----- de 2016 pelo --º Serviço de Finanças de Braga;
- b) Uma declaração comprovativa em como a sua representada tem a situação contributiva regularizada para com a Segurança Social, emitida automaticamente pelo Serviço Segurança Social Direta em -----de ----- de 2016.

Para constar se lavrou o presente contrato em duplicado, ficando um exemplar para cada uma das partes.

Braga, 12 de Setembro de 2016

O Presidente da Câmara Municipal de Braga

**O Presidente da Junta da União de Freguesias de
Celeirós, Aveleda e Vimieiro**



BRAGA
Município

DAF - DIVISÃO DE APOIO ÀS FREGUESIAS

Ofício n.º E/5339/BU/2016

Assunto: Repavimentação da rua Nova das Corujeiras - Vimieiro

Freguesia: UF de Celeirós, Aveleda e Vimieiro

Informação do Coordenador da DAF	Informação do Adjunto do Sr. Vereador
<p>A UF de Celeirós, Aveleda e Vimieiro apresenta o processo tendo em vista a requalificação da Rua Nova das Corujeiras, em Vimieiro. Esta obra pretende melhorar substancialmente a referida rua e a zona verde existente.</p> <p>O projeto apresentado está elaborado de acordo com as normas técnicas em vigor pelo que tem condições de ser aprovado.</p> <p>O valor da obra foi calculado em 87.751,27€, com IVA incluído, considerando-se correntes os preços unitários dos diferentes trabalhos.</p> <p>Posteriormente, caso haja concordância superior, será preparado um Contrato Interadministrativo, à UF de Celeirós, Aveleda e Vimieiro para aprovação em reunião de Câmara e de Assembleia Municipal de acordo com a Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro.</p> <p>À consideração superior,</p> <p>Braga, 5 de Setembro de 2016</p> <p><i>[Assinatura]</i></p> <p>Ao Sr. Eng. Francisco Marques para elaboração do Contrato Interadministrativo.</p> <p>12.09.2016</p> <p><i>[Assinatura]</i></p> <p>De remeter a V. Ex. para calibrar e submeter a reunião do executivo.</p> <p>12.09.2016</p> <p><i>[Assinatura]</i></p>	<p>A obra em apreço está contemplada no Plano 2016 do município, pelo que deverá merecer a aprovação e a sua delegação na Junta da União de Freguesias de quatro Celeirós, Aveleda e Vimieiro, através de um contrato Interadministrativo a submeter a apreciação do executivo e, consequentemente, à aprovação da Assembleia Municipal.</p> <p>A consideração superior.</p> <p>09.09.2016</p> <p><i>[Assinatura]</i></p> <p>Despacho do Sr. Vereador</p> <p>De acordo, a obra descrita pela UF e inscrita no Plano Municipal 2016 deve recolher e velar os seus pontos de c. v. e, por intermédio do submeter a reunião do Executivo Municipal para se pronunciar e, caso a delegação de repav. da UF Celeirós, Aveleda e Vimieiro através do estabelecimento de um contrato interadministrativo.</p> <p>09/09/2016</p> <p>Despacho do Sr. Presidente da Câmara</p> <p>A ~ do Excmo.</p> <p>16.09.12</p> <p><i>[Assinatura]</i></p>

Contrato: 2016016/15

CELEIRÓS, AVELEDA E VIMIEIRO
AV. COVEDELO, Nº 57
BRAGA
4705-401 BRAGA

NIF: 510835953

Ano	Código	Designação	Entrega	Quantidade	Unid	Preço unitário	T IVA	Dsc
2016	C 691362	OBRAS E MELHORAM.FREGUESIAS P/DELEG.COMP	12/09/2016	1,000000	----	20 000,0000	0 M99	
2017	C 691362	OBRAS E MELHORAM.FREGUESIAS P/DELEG.COMP	12/09/2017	1,000000	----	67 751,2700	0 M99	

REQUISIÇÃO : 2016016/279 (DIVISÃO DE APOIO ÀS FREGUESIAS)
Data : 2016-09-12

2267

CELEIROS, AVELEDA E VIMIEIRO
AV. COVEDELO, N.º 57
BRAGA
4705-401 BRAGA
PORTUGAL

Contribuinte: 510835953

Braga, 2016-09-12

Cabimento: 2016016/279 a 2016-09-12

Código de	Data de							(EUR)
Produto/Conta	Entrega	Designação	U.C.	Quantidade	Preço	Desc%	I.V.A.	Valor
691362	2016-09-12	OBRAS E MELHORAM.FREGUESIAS						
		P/DELEG.COMP	----	1,000	20000,00000	0		20 000,00
		Data Órgão Económica	Dotação		Valor			
	2016-09-12	01 0805010202		22 072,13		20 000,00		
	Ano	Exercícios futuros			Valor			
	2016 041	EXERCICIO (N+1)			67 751,27			

Incidência	Taxa	Valor de Iva	Sub-Total	
20 000,00	0,00	0,00	20 000,00	
			Valor IVA	0,00
			Valor total	20 000,00

Observações:
Contrato: 2016016/15

Condições de pagamento :
Local de entrega : REPAVIMENTAÇÃO DA RUA NOVA DAS CORUJEIRA

Divisão de Contabilidade
Planeamento e Controlo de Gestão

NIF: 506 901 173

**CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS
NA UNIÃO DE FREGUESIAS DE ESCUDEIROS E PENSO (S.TO ESTÊVÃO E
S. VICENTE)**

PRIMEIRO OUTORGANTE: RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO, casado, natural da freguesia de Braga S. João do Souto, concelho de Braga, com domicílio profissional nos Paços do Concelho, sito na Praça do Município desta cidade, intervindo em representação do **MUNICÍPIO DE BRAGA** na qualidade de Presidente da respetiva Câmara Municipal, pessoa coletiva de direito público nº 506 901 173, com sede na morada acima referida, adiante designado *por* **MUNICÍPIO**.

SEGUNDO OUTORGANTE: ORLANDO AGOSTINHO MARQUES FERNANDES GOMES, intervindo em representação da **FREGUESIA DE ESCUDEIROS E PENSO (STO. ESTÊVÃO E S. VICENTE)**, pessoa coletiva de direito público nº 510 836 569, com sede no Lugar do Assento – 4705-473 ESCUDEIROS, adiante designada por **FREGUESIA**.

Considerando que:

- 1 - A concretização da delegação de competências visa a promoção da coesão territorial, o reforço da solidariedade inter-regional, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis, conforme preceituado pelo art.º 118º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;
- 2 - O **MUNICÍPIO**, por força do disposto na alínea d) do n.º 2 do artigo 23.º do Anexo I da referida Lei nº 75/2013, dispõe de atribuições no domínio social, do equipamento rural e urbano, promoção do desenvolvimento, entre outras e a Câmara Municipal dispõe de competências próprias, designadamente, em matéria de criação, construção de equipamentos, serviços e redes de circulação, conforme estabelecido na alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º do mesmo diploma legal,
- 3 - Da conjugação do disposto no n.º 2 do artigo 117.º com o artigo 131.º, ambos do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, os municípios, através dos seus órgãos, podem delegar competências nos órgãos das freguesias para a prossecução das suas atribuições em todos os domínios dos interesses próprios das populações, em especial no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e do apoio direto às comunidades locais;
- 4 - De acordo com os estudos que têm sido promovidos pelo **MUNICÍPIO** esta competência fica melhor acautelada se delegada na freguesia, em virtude de se encontrar mais perto da população e, por isso, melhor conhecedora das necessidades desta;
- 5 - Que a concretização da delegação de competências, materializada no presente contrato, respeita os princípios estabelecidos no art.º 135º da referida Lei nº 75/2013, bem como os demais princípios que devem reger a negociação, a celebração, a execução e a cessação dos

contratos, concretamente a estabilidade, a prossecução do interesse público, a continuidade da prestação do serviço público e a necessidade e suficiência dos recursos, constantes do art.º 121.º do mesmo diploma legal;

6 - Por força do disposto na alínea l) do n.º 1 do artigo 33.º da referida Lei nº 75/2013, conjugado com a alínea i) do n.º 1, do art.º 16º do mesmo diploma legal, a Câmara Municipal de Braga preparou, com a **Freguesia de Escudeiros e Penso (S.to Estêvão e S. Vicente)**, o presente contrato de delegação de competências;

Entre os representados de ambos os outorgantes, e nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 120.º conjugado com o artigo 131.º da referida Lei nº 75/2013, é celebrado o presente contrato interadministrativo de delegação de competências, que se rege pelas cláusulas seguintes, e cuja minuta foi aprovada pela Assembleia Municipal, em sessão de----- de -----de 2016, sob proposta da Câmara Municipal, aprovada em reunião de -----de -----de 2016 e pela Assembleia de Freguesia de Escudeiros e Penso (S.to Estêvão e S. Vicente), em sessão de----- de ----- de 2016, sob proposta da respetiva Junta de Freguesia aprovada em reunião de ----- de ----- de 2016.

Cláusula 1ª **Objeto**

O presente contrato tem por objeto a delegação de competências na **Freguesia de Escudeiros e Penso (S.to Estêvão e S. Vicente)**, para a execução da obra denominada **“ALARGAMENTO E PAVIMENTAÇÃO DA RUA DAS ALMINHAS – Penso S.to Estêvão”**, prevista no plano de atividades para o ano em curso e dotada no respetivo orçamento.

Cláusula 2ª **Condições**

A obra será executada de acordo com o projeto aprovado pela Câmara Municipal que consta do respetivo processo administrativo.

Cláusula 3ª **(Recursos financeiros)**

1 - Para a prossecução do objeto definido na cláusula 1ª e a sua execução nos termos previstos na cláusula 2ª, é concedida, pelo **MUNICÍPIO à FREGUESIA**, uma verba de 31.783,87 €, à qual acresce a importância de 1.667,03 €, correspondente ao IVA, perfazendo o total de **33.450,90 €** (*trinta e três mil quatrocentos e cinquenta euros e noventa cêntimos*), por conta da delegação efetuada.

2 – A referida verba será processada mensalmente, em conformidade com o valor de obra executada nesse período, tendo em vista a sua transferência para a **FREGUESIA**.

3 - Sem prejuízo do disposto no ponto 1, o montante da verba a conceder poderá ser, desde que devidamente fundamentado e justificado, objeto de acertos financeiros.

4 - Repartição de encargos:

Ano de 2016 – 10.000,00 €

Ano de 2017 – 23.450,90 €

Cláusula 4ª **Recursos humanos**

Não são afetos recursos humanos à execução do presente contrato por não ter sido considerado necessário.

Cláusula 5ª **Recursos patrimoniais**

Não são afetos recursos patrimoniais à execução do presente contrato por não ter sido considerado necessário.

Cláusula 6ª **Prazo**

1 - O prazo de execução da obra é de 90 dias.

2 - A Junta de Freguesia deverá comunicar à Câmara Municipal, com antecedência de 8 dias, o início dos trabalhos, bem como da sua conclusão.

Cláusula 7.ª **Obrigações do MUNICÍPIO**

No âmbito do presente contrato de delegação de competências, o **MUNICÍPIO** obriga-se a:

- a) Prestar acompanhamento técnico à **FREGUESIA**,
- b) Designar um representante para a verificação do modo de cumprimento do contrato e apoio técnico;
- d) Elaborar autos de medição de forma regular e mensal referente à execução da obra, objeto das competências delegadas, que serão remetidos à **FREGUESIA**.

Cláusula 8.ª **Obrigações da FREGUESIA**

1 - No âmbito do presente contrato de delegação de competências, a **FREGUESIA** fica obrigada a:

- a) Cumprir rigorosamente as condições constantes do projeto, cabendo-lhe a responsabilidade pela sua execução em conformidade com as regras legalmente aplicáveis;
- b) Designar um representante para a verificação do modo de cumprimento do contrato e acompanhamento técnico, de acordo com a Lei nº 31/2009 de 3 de Julho.
- c) Informar O **MUNICÍPIO** do início da obra com antecedência mínima de oito dias, bem como das eventuais suspensões e reinício dos trabalhos.
- d) Cumprir todas as orientações e normas técnicas, legais e regulamentares relacionadas com a execução da obra, designadamente publicitando a execução da obra, sob a forma de aviso, segundo modelo indicado pela Câmara, a colocar no local de execução de forma bem visível da via pública, no prazo de cinco dias antes de iniciar as obras.

Cláusula 9.ª **Obrigações adicionais**

Para uma articulação permanente entre o **MUNICIPIO** e a **FREGUESIA**, no âmbito da execução deste contrato, podem os representantes indicados por ambas reunir-se mensalmente, ou sempre que necessário.

Cláusula 10.ª **Informação a disponibilizar pela FREGUESIA**

1 - Serão elaborados pela **FREGUESIA** os seguintes relatórios:

- a) Relatório Trimestral de Acompanhamento, que deve ser acompanhado dos respetivos documentos de despesa referentes aos recursos financeiros disponibilizados pelo **MUNICIPIO**;
- b) Relatório de Avaliação, que deve ser entregue no final da obra.
- c) Autos de receção provisória e definitiva da obra, com parecer favorável dos serviços técnicos do **MUNICÍPIO**.

2 - O **MUNICÍPIO** pode, ainda, solicitar outros relatórios adicionais que visem uma melhor compreensão da satisfação do interesse público

Cláusula 11.ª **Ocorrências e emergências**

A **FREGUESIA** deve comunicar ao **MUNICÍPIO**, imediatamente, por contacto pessoal e por escrito, qualquer anomalia que afete ou possa afetar de forma significativa o cumprimento do objeto do presente contrato.

Cláusula 12.ª **Verificação do cumprimento do objeto do contrato**

1 - O **MUNICÍPIO** pode verificar o cumprimento do objeto do contrato pela **FREGUESIA**, mediante a realização de vistorias e inspeções, bem como exigir-lhe informações e documentos que julgue necessários.

2 - As determinações do **MUNICÍPIO** emitidas no âmbito da verificação do cumprimento desse contrato são imediatamente aplicáveis e vinculam a **FREGUESIA**, devendo esta proceder à correção das situações em conformidade com aquelas.

Cláusula 13.ª **Modificação do contrato**

1 - O presente contrato pode ser modificado por acordo das partes outorgantes, sempre que se verifique uma alteração anormal e imprevisível das circunstâncias em que as partes outorgantes fundaram a decisão de contratar a delegação de competências objeto do presente contrato ou que assim o imponham razões de interesse público, desde que devidamente fundamentadas.

2 - A modificação do contrato obedece a forma escrita.

Cláusula 14.ª **Suspensão do contrato**

1 - A execução das prestações que constituem o objeto do presente contrato pode ser, total ou parcialmente, suspensa com os seguintes fundamentos:

- a) Impossibilidade temporária de cumprimento do contrato, designadamente em virtude de mora de um dos Outorgantes na disponibilização de meios ou bens necessários à sua execução;
- b) Por razões de relevante interesse público, devidamente fundamentadas.

2 - Quando a suspensão seja fundamentada nos termos da alínea b) do número anterior, os outorgantes devem, com as devidas adaptações, demonstrar o preenchimento dos requisitos previstos nas alíneas a) e e) do n.º 3 do artigo 115.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Cláusula 15.ª **Resolução pelas Partes Outorgantes**

1 - Sem prejuízo dos fundamentos gerais de resolução do contrato, as partes outorgantes podem resolver o presente contrato quando se verifique:

- a) Incumprimento definitivo por facto imputável a um dos outorgantes;
- b) Por razões de relevante interesse público devidamente fundamentado.

2 - Quando a resolução seja fundamentada nos termos da alínea b) do número anterior, a Primeira Outorgante deve demonstrar o preenchimento dos requisitos previstos nas alíneas a) e e) do n.º 3 do artigo 115.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Cláusula 16.ª

Revogação

- 1 - As Partes podem, por mútuo acordo, revogar o presente contrato de delegação de competências.
- 2 - A revogação obedece a forma escrita.

Cláusula 17.ª

Comunicações e notificações

- 1 - Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as Partes do contrato, estas deverão ser dirigidas, através de correio eletrónico, com aviso de receção e leitura para o respetivo endereço eletrónico identificado neste contrato.
- 2 - Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deverá ser comunicada à outra parte.

Cláusula 18.ª

Entrada em vigor

O presente contrato entra em vigor no dia da sua assinatura.

Cláusula 19.ª

Publicidade

Este contrato é publicitado no sítio da *internet* do Município de Braga.

Cláusula 20.ª

Cabimento e compromisso

A despesa relativa a este contrato encontra-se cabimentada pelas propostas de cabimento nº --
-----, correspondendo-lhe as requisições externas de despesa com os compromissos
nº-----.

Cláusula 21.ª

Disposições legais aplicáveis

- 1 - Na execução do presente contrato de delegação de competências, observar-se-ão: a) o respetivo clausulado b) a Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;
- 2 - Subsidiariamente, observar-se-ão, ainda: a) As disposições constantes do Código dos Contratos Públicos, em especial a sua Parte III; b) O Código do Procedimento Administrativo.

Arquiva-se no maço de documentos:

- a) As referidas deliberações da Assembleia Municipal, da Câmara Municipal, da Assembleia de Freguesia e da Junta de Freguesia;
- b) O mencionado Mapa contendo as verbas a transferir para a **FREGUESIA**;
- c) Os identificados documentos de cabimento e compromisso.

Pelo segundo outorgante foram exibidas:

- a) Uma certidão comprovativa em como a sua representada tem a situação regularizada relativamente a impostos devidos ao Estado, emitida em ----de ----- de 2016 pelo --º Serviço de Finanças de Braga;
- b) Uma declaração comprovativa em como a sua representada tem a situação contributiva regularizada para com a Segurança Social, emitida automaticamente pelo Serviço Segurança Social Direta em -----de ----- de 2016.

Para constar se lavrou o presente contrato em duplicado, ficando um exemplar para cada uma das partes.

Braga, 13 de Setembro de 2016

O Presidente da Câmara Municipal de Braga

**O Presidente da Junta da União de Freguesias de
Escudeiros e Penso (S.to Estêvão e S. Vicente)**

A obra em apreço é de extrema importância para os habitantes locais e para a freguesia no geral, pelo que deverá merecer a aprovação e a sua delegação na junta da União de Freguesias de Escudeiros, Penso Stº Estevão e Penso S. Vicente, através de um contrato interadministrativo a submeter à apreciação do executivo e, consequentemente, à aprovação da Assembleia Municipal.

À consideração superior.

12.09.2016



Anexo histórico da comunidade, este documento deve merecer o coligamento do Município depois de validado pelo Senhor Vereador de C.A. Reg. e Executivo.

Posteriormente será elaborada a delegação da obra uz ut através de contrato interadministrativo.

V.º do Clavon
12 Setembro 2016

À m do Excmo.

16.09.13



REQUISIÇÃO : 2016016/281 (DIVISÃO DE APOIO ÀS FREGUESIAS)
Data : 2016-09-13

2269

ESCUDEIROS E PENSO(S.ESTEVÃO, S.VICENTE)
LARGO DO ASSENTO
BRAGA
4705-473 ESCUDEIROS
PORTUGAL

Contribuinte: 510836569

Braga, 2016-09-13

Cabimento: 2016016/281 a 2016-09-13

Código de	Data de							(EUR)
Produto/Conta	Entrega	Designação	U.C.	Quantidade	Preço	Desc	I.V.A.	Valor
691362	2016-09-13	ALARGAMENTO E PAVIMENTAÇÃO DA RUA DAS ALMINHAS - PENSO STº. ESTEVÃO	----	1,000	10000,00000	0		10 000,00
		<u>Data</u> <u>Órgão</u> <u>Económica</u>	<u>Dotação</u>		<u>Valor</u>			
		2016-09-13 01 0805010202		42 072,13	10 000,00			
		<u>Ano</u> <u>Exercícios futuros</u>			<u>Valor</u>			
		2016 041 EXERCICIO (N+1)			23 450,90			

<u>Incidência</u>	<u>Taxa</u>	<u>Valor de Iva</u>	<u>Sub-Total</u>	
10 000,00	0,00	0,00	10 000,00	
			<u>Valor IVA</u>	0,00
			<u>Valor total</u>	10 000,00

Observações:

Contrato: 2016016/17

Condições de pagamento :

Local de entrega : CONTRATO INTERADMINISTRATIVO

Divisão de Contabilidade
Planeamento e Controlo de Gestão

NIF: 506 901 173

Praça Municipal, 4704-514 Braga

Telefone: 253 203 150 - Fax: 253 613 387

e-mail: municipe@cm-braga.pt

Contrato: 2016016/17

ESCUDEIROS E PENSO(S.ESTEVÃO, S.VICENTE)
LARGO DO ASSENTO
BRAGA
4705-473 ESCUDEIROS

NIF: 510836569

Ano	Código	Designação	Entrega	Quantidade	Unid	Preço unitário	T IVA	Dsc
2016	C 691362	ALARGAMENTO E PAVIMENTAÇÃO DA RUA DAS ALMINHAS						
		- PENSO STº. ESTEVÃO	13/09/2016	1,000000	----	10 000,0000	0 M99	
	2016016/281	13/09/2016	Orgão Económica	Data	Valor			
		01 0805010202	13/09/2016	10 000,00				
2017	C 691362	ALARGAMENTO E PAVIMENTAÇÃO DA RUA DAS ALMINHAS						
		- PENSO STº ESTEVÃO	13/09/2017	1,000000	----	23 450,9000	0 M99	

**CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS
NA UNIÃO DE FREGUESIAS DE ESCUDEIROS E PENSO (S.TO ESTÊVÃO E
S. VICENTE)**

PRIMEIRO OUTORGANTE: RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO, casado, natural da freguesia de Braga S. João do Souto, concelho de Braga, com domicílio profissional nos Paços do Concelho, sito na Praça do Município desta cidade, intervindo em representação do **MUNICÍPIO DE BRAGA** na qualidade de Presidente da respetiva Câmara Municipal, pessoa coletiva de direito público nº 506 901 173, com sede na morada acima referida, adiante designado por **MUNICÍPIO**.

SEGUNDO OUTORGANTE: ORLANDO AGOSTINHO MARQUES FERNANDES GOMES, intervindo em representação da **FREGUESIA DE ESCUDEIROS E PENSO (STO. ESTÊVÃO E S. VICENTE)**, pessoa coletiva de direito público nº 510 836 569, com sede no Lugar do Assento – 4705-473 ESCUDEIROS, adiante designada por **FREGUESIA**.

Considerando que:

- 1 - A concretização da delegação de competências visa a promoção da coesão territorial, o reforço da solidariedade inter-regional, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis, conforme preceituado pelo art.º 118º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;
- 2 - O **MUNICÍPIO**, por força do disposto na alínea d) do n.º 2 do artigo 23.º do Anexo I da referida Lei nº 75/2013, dispõe de atribuições no domínio social, do equipamento rural e urbano, promoção do desenvolvimento, entre outras e a Câmara Municipal dispõe de competências próprias, designadamente, em matéria de criação, construção de equipamentos, serviços e redes de circulação, conforme estabelecido na alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º do mesmo diploma legal,
- 3 - Da conjugação do disposto no n.º 2 do artigo 117.º com o artigo 131.º, ambos do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, os municípios, através dos seus órgãos, podem delegar competências nos órgãos das freguesias para a prossecução das suas atribuições em todos os domínios dos interesses próprios das populações, em especial no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e do apoio direto às comunidades locais;
- 4 - De acordo com os estudos que têm sido promovidos pelo **MUNICÍPIO** esta competência fica melhor acautelada se delegada na freguesia, em virtude de se encontrar mais perto da população e, por isso, melhor conhecedora das necessidades desta;
- 5 - Que a concretização da delegação de competências, materializada no presente contrato, respeita os princípios estabelecidos no art.º 135º da referida Lei nº 75/2013, bem como os demais princípios que devem reger a negociação, a celebração, a execução e a cessação dos

contratos, concretamente a estabilidade, a prossecução do interesse público, a continuidade da prestação do serviço público e a necessidade e suficiência dos recursos, constantes do art.º 121.º do mesmo diploma legal;

6 - Por força do disposto na alínea l) do n.º 1 do artigo 33.º da referida Lei nº 75/2013, conjugado com a alínea i) do n.º 1, do art.º 16º do mesmo diploma legal, a Câmara Municipal de Braga preparou, com a **Freguesia de Escudeiros e Penso (S.to Estêvão e S. Vicente)**, o presente contrato de delegação de competências;

Entre os representados de ambos os outorgantes, e nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 120.º conjugado com o artigo 131.º da referida Lei nº 75/2013, é celebrado o presente contrato interadministrativo de delegação de competências, que se rege pelas cláusulas seguintes, e cuja minuta foi aprovada pela Assembleia Municipal, em sessão de----- de -----de 2016, sob proposta da Câmara Municipal, aprovada em reunião de -----de -----de 2016 e pela Assembleia de Freguesia de Escudeiros e Penso (S.to Estêvão e S. Vicente), em sessão de----- de ----- de 2016, sob proposta da respetiva Junta de Freguesia aprovada em reunião de ----- de ----- de 2016.

Cláusula 1ª **Objeto**

O presente contrato tem por objeto a delegação de competências na **Freguesia de Escudeiros e Penso (S.to Estêvão e S. Vicente)**, para a execução da obra denominada “**RUA DA BARROSA – Penso S. Vicente**”, prevista no plano de atividades para o ano em curso e dotada no respetivo orçamento.

Cláusula 2ª **Condições**

A obra será executada de acordo com o projeto aprovado pela Câmara Municipal que consta do respetivo processo administrativo.

Cláusula 3ª **(Recursos financeiros)**

1 - Para a prossecução do objeto definido na cláusula 1ª e a sua execução nos termos previstos na cláusula 2ª, é concedida, pelo **MUNICÍPIO** à **FREGUESIA**, uma verba de 127.238,45 €, à qual acresce a importância de 7.273,42 €, correspondente ao IVA, perfazendo o total de **134.511,87 €** (*cento trinta e quatro mil quinhentos e onze euros e oitenta e sete cêntimos*), por conta da delegação efetuada.

2 – A referida verba será processada mensalmente, em conformidade com o valor de obra executada nesse período, tendo em vista a sua transferência para a **FREGUESIA**.

3 - Sem prejuízo do disposto no ponto 1, o montante da verba a conceder poderá ser, desde que devidamente fundamentado e justificado, objeto de acertos financeiros.

4 - Repartição de encargos:

Ano de 2016 – 20.000,00 €

Ano de 2017 – 114.511,87 €

Cláusula 4ª
Recursos humanos

Não são afetos recursos humanos à execução do presente contrato por não ter sido considerado necessário.

Cláusula 5ª
Recursos patrimoniais

Não são afetos recursos patrimoniais à execução do presente contrato por não ter sido considerado necessário.

Cláusula 6ª
Prazo

1 - O prazo de execução da obra é de 180 dias.

2 - A Junta de Freguesia deverá comunicar à Câmara Municipal, com antecedência de 8 dias, o início dos trabalhos, bem como da sua conclusão.

Cláusula 7ª
Obrigações do MUNICÍPIO

No âmbito do presente contrato de delegação de competências, o **MUNICÍPIO** obriga-se a:

- a) Prestar acompanhamento técnico à **FREGUESIA**,
- b) Designar um representante para a verificação do modo de cumprimento do contrato e apoio técnico;
- d) Elaborar autos de medição de forma regular e mensal referente à execução da obra, objeto das competências delegadas, que serão remetidos à **FREGUESIA**.

Cláusula 8ª
Obrigações da FREGUESIA

1 - No âmbito do presente contrato de delegação de competências, a **FREGUESIA** fica obrigada a:

- a) Cumprir rigorosamente as condições constantes do projeto, cabendo-lhe a responsabilidade pela sua execução em conformidade com as regras legalmente aplicáveis;

- b) Designar um representante para a verificação do modo de cumprimento do contrato e acompanhamento técnico, de acordo com a Lei nº 31/2009 de 3 de Julho.
- c) Informar O **MUNICÍPIO** do início da obra com antecedência mínima de oito dias, bem como das eventuais suspensões e reinício dos trabalhos.
- d) Cumprir todas as orientações e normas técnicas, legais e regulamentares relacionadas com a execução da obra, designadamente publicitando a execução da obra, sob a forma de aviso, segundo modelo indicado pela Câmara, a colocar no local de execução de forma bem visível da via pública, no prazo de cinco dias antes de iniciar as obras.

Cláusula 9.ª
Obrigações adicionais

Para uma articulação permanente entre o **MUNICÍPIO** e a **FREGUESIA**, no âmbito da execução deste contrato, podem os representantes indicados por ambas reunir-se mensalmente, ou sempre que necessário.

Cláusula 10.ª
Informação a disponibilizar pela FREGUESIA

1 - Serão elaborados pela **FREGUESIA** os seguintes relatórios:

- a) Relatório Trimestral de Acompanhamento, que deve ser acompanhado dos respetivos documentos de despesa referentes aos recursos financeiros disponibilizados pelo **MUNICÍPIO**;
- b) Relatório de Avaliação, que deve ser entregue no final da obra.
- c) Autos de receção provisória e definitiva da obra, com parecer favorável dos serviços técnicos do **MUNICÍPIO**.

2 - O **MUNICÍPIO** pode, ainda, solicitar outros relatórios adicionais que visem uma melhor compreensão da satisfação do interesse público

Cláusula 11.ª
Ocorrências e emergências

A **FREGUESIA** deve comunicar ao **MUNICÍPIO**, imediatamente, por contacto pessoal e por escrito, qualquer anomalia que afete ou possa afetar de forma significativa o cumprimento do objeto do presente contrato.

Cláusula 12.ª
Verificação do cumprimento do objeto do contrato

1 - O **MUNICÍPIO** pode verificar o cumprimento do objeto do contrato pela **FREGUESIA**, mediante a realização de vistorias e inspeções, bem como exigir-lhe informações e documentos que julgue necessários.

2 - As determinações do **MUNICIPIO** emitidas no âmbito da verificação do cumprimento desse contrato são imediatamente aplicáveis e vinculam a **FREGUESIA**, devendo esta proceder à correção das situações em conformidade com aquelas.

Cláusula 13.ª

Modificação do contrato

1 - O presente contrato pode ser modificado por acordo das partes outorgantes, sempre que se verifique uma alteração anormal e imprevisível das circunstâncias em que as partes outorgantes fundaram a decisão de contratar a delegação de competências objeto do presente contrato ou que assim o imponham razões de interesse público, desde que devidamente fundamentadas.

2 - A modificação do contrato obedece a forma escrita.

Cláusula 14.ª

Suspensão do contrato

1 - A execução das prestações que constituem o objeto do presente contrato pode ser, total ou parcialmente, suspensa com os seguintes fundamentos:

a) Impossibilidade temporária de cumprimento do contrato, designadamente em virtude de mora de um dos Outorgantes na disponibilização de meios ou bens necessários à sua execução;

b) Por razões de relevante interesse público, devidamente fundamentadas.

2 - Quando a suspensão seja fundamentada nos termos da alínea b) do número anterior, os outorgantes devem, com as devidas adaptações, demonstrar o preenchimento dos requisitos previstos nas alíneas a) a e) do n.º 3 do artigo 115.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Cláusula 15.ª

Resolução pelas Partes Outorgantes

1 - Sem prejuízo dos fundamentos gerais de resolução do contrato, as partes outorgantes podem resolver o presente contrato quando se verifique:

a) Incumprimento definitivo por facto imputável a um dos outorgantes;

b) Por razões de relevante interesse público devidamente fundamentado.

2 - Quando a resolução seja fundamentada nos termos da alínea b) do número anterior, a Primeira Outorgante deve demonstrar o preenchimento dos requisitos previstos nas alíneas a) a e) do n.º 3 do artigo 115.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Cláusula 16.ª

Revogação

- 1 - As Partes podem, por mútuo acordo, revogar o presente contrato de delegação de competências.
- 2 - A revogação obedece a forma escrita.

Cláusula 17.ª

Comunicações e notificações

- 1 - Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as Partes do contrato, estas deverão ser dirigidas, através de correio eletrónico, com aviso de receção e leitura para o respetivo endereço eletrónico identificado neste contrato.
- 2 - Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deverá ser comunicada à outra parte.

Cláusula 18.ª

Entrada em vigor

O presente contrato entra em vigor no dia da sua assinatura.

Cláusula 19.ª

Publicidade

Este contrato é publicitado no sítio da *internet* do Município de Braga.

Cláusula 20.ª

Cabimento e compromisso

A despesa relativa a este contrato encontra-se cabimentada pelas propostas de cabimento nº --
-----, correspondendo-lhe as requisições externas de despesa com os compromissos
nº-----.

Cláusula 21.ª

Disposições legais aplicáveis

- 1 - Na execução do presente contrato de delegação de competências, observar-se-ão: a) o respetivo clausulado b) a Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;
- 2 - Subsidiariamente, observar-se-ão, ainda: a) As disposições constantes do Código dos Contratos Públicos, em especial a sua Parte III; b) O Código do Procedimento Administrativo.

Arquiva-se no maço de documentos:

- a) As referidas deliberações da Assembleia Municipal, da Câmara Municipal, da Assembleia de Freguesia e da Junta de Freguesia;

b) O mencionado Mapa contendo as verbas a transferir para a **FREGUESIA**;

c) Os identificados documentos de cabimento e compromisso.

Pelo segundo outorgante foram exibidas:

a) Uma certidão comprovativa em como a sua representada tem a situação regularizada relativamente a impostos devidos ao Estado, emitida em -----de ----- de 2016 pelo --º Serviço de Finanças de Braga;

b) Uma declaração comprovativa em como a sua representada tem a situação contributiva regularizada para com a Segurança Social, emitida automaticamente pelo Serviço Segurança Social Direta em -----de ----- de 2016.

Para constar se lavrou o presente contrato em duplicado, ficando um exemplar para cada uma das partes.

Braga, 13 de Setembro de 2016

O Presidente da Câmara Municipal de Braga

**O Presidente da Junta da União de Freguesias de
Escudeiros e Penso (S.to Estêvão e S. Vicente)**

Hoje em apreço e de extrema importância para os moradores locais e para a freguesia no geral, pelo que deverá merecer a aprovação e a sua delegação na junta da União de Freguesias de Escudermos, Pouso São Estêvão e Pouso S. Vicente, através de um contrato interadministrativo a submeter à apreciação do executivo e, consequentemente, à aprovação da Assembleia Municipal.

A consideração superior.

12.09.2016

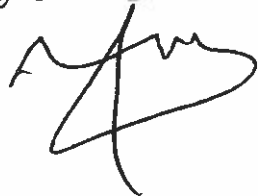


O projecto em apreço, uma obra que melhorará substancialmente o estado de mobilidade no território da UT e particular de Pouso S. Vicente, deverá recolher a validação do Senhor Presidente da Câmara e do Executivo para posterior elucidação do respectivo contrato interadministrativo com a Autarquia Local de Escudermos e Pouso (São Estêvão e S. Vicente).

Visto e aprovado
12 de Setembro 2016

À mesa do executivo.

16.09.13





BRAGA
Município

REQUISIÇÃO : 2016016/282 (DIVISÃO DE APOIO ÀS FREGUESIAS)
Data : 2016-09-13

2269

ESCUDEIROS E PENSO(S.ESTEVÃO, S.VICENTE)
LARGO DO ASSENTO
BRAGA
4705-473 ESCUDEIROS
PORTUGAL

Contribuinte: 510836569

Braga, 2016-09-13

Cabimento: 2016016/282 a 2016-09-13

(EUR)

Código de	Data de	Designação	U.C.	Quantidade	Preço	Desc	I.V.A.	Valor
Produto/Conta	Entrega							
691362	2016-09-13	RUA DA BARROSA - PENSO S. VICENTE	----	1,000	20000,00000		0	20 000,00
		Data Órgão Económica		Dotação	Valor			
		2016-09-13 01 0805010202		32 072,13	20 000,00			
		Ano Exercícios futuros		Valor				
		2016 041 EXERCICIO (N+1)			114 511,87			

Incidência	Taxa	Valor de Iva	Sub-Total	Valor total
20 000,00	0,00	0,00	20 000,00	20 000,00
			Valor IVA	0,00

Observações:

Contrato: 2016016/18

Condições de pagamento :

Local de entrega : CONTRATO INTERADMINISTRATIVO

Divisão de Contabilidade
Planeamento e Controlo de Gestão

NIF: 506 901 173

Praça Municipal, 4704-514 Braga

Telefone: 253 203 150 - Fax: 253 613 387

e-mail: municípe@cm-braga.pt

Contrato: 2016016/18

ESCUDEIROS E PENSO(S.ESTEVÃO, S.VICENTE)
LARGO DO ASSENTO
BRAGA
4705-473 ESCUDEIROS

NIF: 510836569

Ano	Código	Designação	Entrega	Quantidade	Unid	Preço unitário	T IVA	Dsc
2016	C 691362	RUA DA BARROSA - PENSO S. VICENTE	13/09/2016	1,000000	----	20 000,0000	0 M99	
	2016016/282	13/09/2016 <u>Ordão Económica</u>	<u>Data</u>	<u>Valor</u>				
		01 0805010202	13/09/2016	20 000,00				
2017	C 691362	RUA DA BARROSA -PENSO S. VIVENTEEG.COMP	13/09/2017	1,000000	----	114 511,8700	0 M99	



CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA UNIÃO DE FREGUESIAS DE CRESPOS E POUSADA

PRIMEIRO OUTORGANTE: RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO, casado, natural da freguesia de Braga S. João do Souto, concelho de Braga, com domicílio profissional nos Paços do Concelho, sito na Praça do Município desta cidade, intervindo em representação do **MUNICÍPIO DE BRAGA** na qualidade de Presidente da respetiva Câmara Municipal, pessoa coletiva de direito público nº 506 901 173, com sede na morada acima referida, adiante designado *por* **MUNICÍPIO**.

SEGUNDO OUTORGANTE: AGOSTINHO JOAQUIM PEREIRA SOARES, intervindo em representação da **FREGUESIA DE CRESPOS E POUSADA**, pessoa coletiva de direito público nº 510 836 364, com sede na Rua da Boavista, nº 4 – 4710-613 CRESPOS, adiante designada *por* **FREGUESIA**.

Considerando que:

- 1 - A concretização da delegação de competências visa a promoção da coesão territorial, o reforço da solidariedade inter-regional, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis, conforme preceituado pelo art.º 118º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;
- 2 - O **MUNICÍPIO**, por força do disposto na alínea d) do n.º 2 do artigo 23.º do Anexo I da referida Lei nº 75/2013, dispõe de atribuições no domínio social, do equipamento rural e urbano, promoção do desenvolvimento, entre outras e a Câmara Municipal dispõe de competências próprias, designadamente, em matéria de criação, construção de equipamentos, serviços e redes de circulação, conforme estabelecido na alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º do mesmo diploma legal,
- 3 - Da conjugação do disposto no n.º 2 do artigo 117.º com o artigo 131.º, ambos do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, os municípios, através dos seus órgãos, podem delegar competências nos órgãos das freguesias para a prossecução das suas atribuições em todos os domínios dos interesses próprios das populações, em especial no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e do apoio direto às comunidades locais;
- 4 - De acordo com os estudos que têm sido promovidos pelo **MUNICÍPIO** esta competência fica melhor acautelada se delegada na freguesia, em virtude de se encontrar mais perto da população e, por isso, melhor conhecedora das necessidades desta;
- 5 - Que a concretização da delegação de competências, materializada no presente contrato, respeita os princípios estabelecidos no art.º 135º da referida Lei nº 75/2013, bem como os

demaís princípios que devem reger a negociação, a celebração, a execução e a cessação dos contratos, concretamente a estabilidade, a prossecução do interesse público, a continuidade da prestação do serviço público e a necessidade e suficiência dos recursos, constantes do art.º 121.º do mesmo diploma legal;

6 - Por força do disposto na alínea l) do n.º 1 do artigo 33.º da referida Lei nº 75/2013, conjugado com a alínea i) do nº 1, do art.º 16º do mesmo diploma legal, a Câmara Municipal de Braga preparou, com a **Freguesia de Crespos e Pousada**, o presente contrato de delegação de competências;

Entre os representados de ambos os outorgantes, e nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 120.º conjugado com o artigo 131.º da referida Lei nº 75/2013, é celebrado o presente contrato interadministrativo de delegação de competências, que se rege pelas cláusulas seguintes, e cuja minuta foi aprovada pela Assembleia Municipal, em sessão de----- de ----
-----de 2016, sob proposta da Câmara Municipal, aprovada em reunião de -----de -----
de 2016 e pela Assembleia de Freguesia de Crespos e Pousada, em sessão de----- de -----
-- de 2016, sob proposta da respetiva Junta de Freguesia aprovada em reunião de ----- de ---
----- de 2016.

Cláusula 1ª

Objeto

O presente contrato tem por objeto a delegação de competências na **Freguesia de Crespos e Pousada**, para a execução da obra denominada “**REQUALIFICAÇÃO DA RUA DAS CRUZES - Crespos**”, prevista no plano de atividades para o ano em curso e dotada no respetivo orçamento.

Cláusula 2ª

Condições

A obra será executada de acordo com o projeto aprovado pela Câmara Municipal que consta do respetivo processo administrativo.

Cláusula 3ª

(Recursos financeiros)

1 - Para a prossecução do objeto definido na cláusula 1ª e a sua execução nos termos previstos na cláusula 2ª, é concedida, pelo **MUNICÍPIO à FREGUESIA**, uma verba de 34.074,24 €, à qual acresce a importância de 2.44,45 €, correspondente ao IVA, perfazendo o total de **36.118,69 €** (*trinta e seis mil cento e dezoito euros e sessenta e nove cêntimos*), por conta da delegação efetuada.

2 – A referida verba será processada mensalmente, em conformidade com o valor de obra executada nesse período, tendo em vista a sua transferência para a **FREGUESIA**.

3 - Sem prejuízo do disposto no ponto 1, o montante da verba a conceder poderá ser, desde que devidamente fundamentado e justificado, objeto de acertos financeiros.

4 - Repartição de encargos:

Ano de 2016 – 10.000,00 €

Ano de 2017 – 26.118,69 €

Cláusula 4ª
Recursos humanos

Não são afetos recursos humanos à execução do presente contrato por não ter sido considerado necessário.

Cláusula 5ª
Recursos patrimoniais

Não são afetos recursos patrimoniais à execução do presente contrato por não ter sido considerado necessário.

Cláusula 6ª
Prazo

1 - O prazo de execução da obra é de 90 dias.

2 - A Junta de Freguesia deverá comunicar à Câmara Municipal, com antecedência de 8 dias, o início dos trabalhos, bem como da sua conclusão.

Cláusula 7.ª
Obrigações do MUNICÍPIO

No âmbito do presente contrato de delegação de competências, o **MUNICÍPIO** obriga-se a:

- a) Prestar acompanhamento técnico à **FREGUESIA**,
- b) Designar um representante para a verificação do modo de cumprimento do contrato e apoio técnico;
- d) Elaborar autos de medição de forma regular e mensal referente à execução da obra, objeto das competências delegadas, que serão remetidos à **FREGUESIA**.

Cláusula 8.ª
Obrigações da FREGUESIA

1 - No âmbito do presente contrato de delegação de competências, a **FREGUESIA** fica obrigada a:

- a) Cumprir rigorosamente as condições constantes do projeto, cabendo-lhe a responsabilidade pela sua execução em conformidade com as regras legalmente aplicáveis;
- b) Designar um representante para a verificação do modo de cumprimento do contrato e acompanhamento técnico, de acordo com a Lei nº 31/2009 de 3 de Julho.
- c) Informar O **MUNICÍPIO** do início da obra com antecedência mínima de oito dias, bem como das eventuais suspensões e reinício dos trabalhos.
- d) Cumprir todas as orientações e normas técnicas, legais e regulamentares relacionadas com a execução da obra, designadamente publicitando a execução da obra, sob a forma de aviso, segundo modelo indicado pela Câmara, a colocar no local de execução de forma bem visível da via pública, no prazo de cinco dias antes de iniciar as obras.

Cláusula 9.ª **Obrigações adicionais**

Para uma articulação permanente entre o **MUNICÍPIO** e a **FREGUESIA**, no âmbito da execução deste contrato, podem os representantes indicados por ambas reunir-se mensalmente, ou sempre que necessário.

Cláusula 10.ª **Informação a disponibilizar pela FREGUESIA**

1 - Serão elaborados pela **FREGUESIA** os seguintes relatórios:

- a) Relatório Trimestral de Acompanhamento, que deve ser acompanhado dos respetivos documentos de despesa referentes aos recursos financeiros disponibilizados pelo **MUNICÍPIO**;
- b) Relatório de Avaliação, que deve ser entregue no final da obra.
- c) Autos de receção provisória e definitiva da obra, com parecer favorável dos serviços técnicos do **MUNICÍPIO**.

2 - O **MUNICÍPIO** pode, ainda, solicitar outros relatórios adicionais que visem uma melhor compreensão da satisfação do interesse público

Cláusula 11.ª **Ocorrências e emergências**

A **FREGUESIA** deve comunicar ao **MUNICÍPIO**, imediatamente, por contacto pessoal e por escrito, qualquer anomalia que afete ou possa afetar de forma significativa o cumprimento do objeto do presente contrato.

Cláusula 12.ª

Verificação do cumprimento do objeto do contrato

1 - O **MUNICÍPIO** pode verificar o cumprimento do objeto do contrato pela **FREGUESIA**, mediante a realização de vistorias e inspeções, bem como exigir-lhe informações e documentos que julgue necessários.

2 - As determinações do **MUNICÍPIO** emitidas no âmbito da verificação do cumprimento desse contrato são imediatamente aplicáveis e vinculam a **FREGUESIA**, devendo esta proceder à correção das situações em conformidade com aquelas.

Cláusula 13.ª

Modificação do contrato

1 - O presente contrato pode ser modificado por acordo das partes outorgantes, sempre que se verifique uma alteração anormal e imprevisível das circunstâncias em que as partes outorgantes fundaram a decisão de contratar a delegação de competências objeto do presente contrato ou que assim o imponham razões de interesse público, desde que devidamente fundamentadas.

2 - A modificação do contrato obedece a forma escrita.

Cláusula 14.ª

Suspensão do contrato

1 - A execução das prestações que constituem o objeto do presente contrato pode ser, total ou parcialmente, suspensa com os seguintes fundamentos:

a) Impossibilidade temporária de cumprimento do contrato, designadamente em virtude de mora de um dos Outorgantes na disponibilização de meios ou bens necessários à sua execução;

b) Por razões de relevante interesse público, devidamente fundamentadas.

2 - Quando a suspensão seja fundamentada nos termos da alínea b) do número anterior, os outorgantes devem, com as devidas adaptações, demonstrar o preenchimento dos requisitos previstos nas alíneas a) a e) do n.º 3 do artigo 115.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Cláusula 15.ª

Resolução pelas Partes Outorgantes

1 - Sem prejuízo dos fundamentos gerais de resolução do contrato, as partes outorgantes podem resolver o presente contrato quando se verifique:

a) Incumprimento definitivo por facto imputável a um dos outorgantes;

b) Por razões de relevante interesse público devidamente fundamentado.

2 - Quando a resolução seja fundamentada nos termos da alínea b) do número anterior, a Primeira Outorgante deve demonstrar o preenchimento dos requisitos previstos nas alíneas a) a e) do n.º 3 do artigo 115.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Cláusula 16.ª

Revogação

1 - As Partes podem, por mútuo acordo, revogar o presente contrato de delegação de competências.

2 - A revogação obedece a forma escrita.

Cláusula 17.ª

Comunicações e notificações

1 - Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as Partes do contrato, estas deverão ser dirigidas, através de correio eletrónico, com aviso de receção e leitura para o respetivo endereço eletrónico identificado neste contrato.

2 - Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deverá ser comunicada à outra parte.

Cláusula 18.ª

Entrada em vigor

O presente contrato entra em vigor no dia da sua assinatura.

Cláusula 19.ª

Publicidade

Este contrato é publicitado no sítio da *internet* do Município de Braga.

Cláusula 20.ª

Cabimento e compromisso

A despesa relativa a este contrato encontra-se cabimentada pelas propostas de cabimento nº --
-----, correspondendo-lhe as requisições externas de despesa com os compromissos
nº-----.

Cláusula 21.ª

Disposições legais aplicáveis

1 - Na execução do presente contrato de delegação de competências, observar-se-ão:

a) o respetivo clausulado b) a Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

2 - Subsidiariamente, observar-se-ão, ainda:

- a) As disposições constantes do Código dos Contratos Públicos, em especial a sua Parte III;
- b) O Código do Procedimento Administrativo.

Arquiva-se no maço de documentos:

- a) As referidas deliberações da Assembleia Municipal, da Câmara Municipal, da Assembleia de Freguesia e da Junta de Freguesia;
- b) O mencionado Mapa contendo as verbas a transferir para a **FREGUESIA**;
- c) Os identificados documentos de cabimento e compromisso.

Pelo segundo outorgante foram exibidas:

- a) Uma certidão comprovativa em como a sua representada tem a situação regularizada relativamente a impostos devidos ao Estado, emitida em ----de ----- de 2016 pelo --º Serviço de Finanças de Braga;
- b) Uma declaração comprovativa em como a sua representada tem a situação contributiva regularizada para com a Segurança Social, emitida automaticamente pelo Serviço Segurança Social Direta em -----de ----- de 2016.

Para constar se lavrou o presente contrato em duplicado, ficando um exemplar para cada uma das partes.

Braga, 13 de Setembro de 2016

O Presidente da Câmara Municipal de Braga

**O Presidente da Junta da União de Freguesias de
Crespos e Pousada**



BRAGA
Município

DAF - DIVISÃO DE APOIO ÀS FREGUESIAS

Ofício n.º E/1143/BU/2016

Assunto: Requalificação da Rua das Cruzes, em Crespos

Freguesia: UF de Crespos e Pousada

Informação do Coordenador da DAF	Informação do Adjunto do Sr. Vereador
<p>A UF de Crespos e Pousada, no seguimento do nosso ofício n.º S/65/DAF-Secretaria/2016, fez chegar estes serviços, em mãos o processo corrigido para a requalificação da Rua das Cruzes, em Crespos. Trata-se uma via em terra batida que não satisfaz as necessidades atuais de trânsito.</p> <p>O projeto apresentado está elaborado de acordo com as normas técnicas em vigor pelo que tem condições de ser aprovado.</p> <p>O valor da obra foi calculado em 36.118,69€, com IVA incluído, considerando-se correntes os preços unitários dos diferentes trabalhos.</p> <p>Posteriormente, caso haja concordância superior, será preparado um Contrato Interadministrativo, à UF de Crespos e Pousada para aprovação em reunião de Câmara e de Assembleia Municipal de acordo com a Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro.</p> <p>À consideração superior,</p> <p>Braga, 20 de Julho de 2016</p> <p><i>[Assinatura]</i></p> <p>A execução da obra em apreço é urgente e necessária, pelo que deverá merecer a aprovação e a sua delegação na Junta da União de Freguesias de Crespos e Pousada, através de um contrato interadministrativo a submeter à aprovação da Assembleia Municipal.</p> <p>A consideração superior.</p> <p>09.09.2016</p> <p><i>[Assinatura]</i></p>	<p>A obra em apreço irá integrar o Plano 2017 do Município. Julgo pois de aguardar para aprovar na reunião do executivo de janeiro de 2017.</p> <p>A consideração superior.</p> <p>21.07.2016</p> <p><i>[Assinatura]</i></p>
	<p>Despacho do Sr. Vereador</p> <p>Processo em movimento no final do ano de 2016, para a construção Plano de actividades para 2017.</p> <p>21.07.2016</p> <p>Tendo em conta a obra foi alterada substancialmente a mobilidade no local onde</p>
	<p>Despacho do Sr. Presidente da Câmara</p> <p>Uma vez que a obra é urgente e necessária, a Assembleia Municipal de Crespos e Pousada para introduzir o mesmo no Executivo Municipal de modo a poder delegar a mesma no contrato interadministrativo à UF de Crespos e Pousada.</p> <p>12.08.2016</p> <p>A AS do Executivo.</p>

As Sr. Eng. Francisco Marques para elaboração do respectivo contrato inter-administrativo.

13.09.2016

[Assinatura]

De remeter a DE para submeter e submeter à reunião da Câmara

17.09.2016



BRAGA
Município

REQUISIÇÃO : 2016016/283 (DIVISÃO DE APOIO ÀS FREGUESIAS)
Data : 2016-09-13

2268

CRESPOS E POUSADA
RUA DA BOAVISTA, Nº 2
BRAGA
4710-613 CRESPOS
PORTUGAL

Contribuinte: 510836364

Braga, 2016-09-13

Cabimento: 2016016/283 a 2016-09-13

(EUR)							
Código de	Data de						
Produto/Conta	Entrega	Designação	U.C.	Quantidade	Preço	Desc%	I.V.A. Valor
691362	2016-09-13	CONTRATO INTERADMINISTRATIVO	----	1,000	10000,00000	0	10 000,00
		Data Órgão Económica		Dotação	Valor		
		2016-09-13 01 0805010202		12 072,13	10 000,00		
		Ano Exercícios futuros		Valor			
		2016 041 EXERCICIO (N+1)			26 118,69		

Incidência	Taxa	Valor de Iva	Sub-Total	
10 000,00	0,00	0,00	10 000,00	
			Valor IVA	0,00
			Valor total	10 000,00

Observações:
Contrato: 2016016/19

Condições de pagamento :
Local de entrega : REQUALIFICAÇÃO DA RUA DAS CRUZES - CRESP

Divisão de Contabilidade
Planeamento e Controlo de Gestão

NIF: 506 901 173

Praça Municipal, 4704-514 Braga

Telefone: 253 203 150 - Fax: 253 613 387

e-mail: municipe@cm-braga.pt

Contrato: 2016016/19

CRESPOS E POUSADA
RUA DA BOAVISTA, N° 2
BRAGA
4710-613 CRESPOS

NIF: 510836364

Ano	Código	Designação	Entrega	Quantidade	Unid	Preço unitário	T IVA	Dsc
2016	C 691362	CONTRATO INTERADMINISTRATIVO	13/09/2016	1,000000	----	10 000,0000	0 M99	
		2016016/283 13/09/2016 Orgão Económica	Data Valor					
		01 0805010202	13/09/2016	10 000,00				
2017	C 691362	CONTRATO INTERADMINISTRATIVO	13/09/2017	1,000000	----	26 118,6900	0 M99	